

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas – CCH

Curso de História

Edileuza Pimenta de Lima

**"Trabalhador: arme-se e liberte-se":  
A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária  
pela luta guerrilheira.**

Rio de Janeiro

2007

Edileuza Pimenta de Lima

**"Trabalhador: arme-se e liberte-se":  
A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária  
pela luta guerrilheira.**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para obtenção do grau de bacharel, orientada pelo professor pós-doutor Marco Aurélio Santana.

Rio de Janeiro  
2007

## **Agradecimentos**

A todos os entrevistados, que me abriram não somente suas casas, mas também suas vidas. Agradeço por nossas conversas, por suas contribuições, críticas e questionamentos. Agradeço a confiança depositada e espero nunca decepcioná-los.

A meus pais, que embora não tenham estudo legaram destino diferente a seus filhos. Ao mano querido pela cumplicidade. Ao Josias, pessoa fundamental em minha caminhada, mesmo que tenhamos tomado rumos diferentes.

A Carlos Henrique de Oliveira, guerrilheiro tardio da ALN, que honrando a memória de seu pai, Genésio Homem de Oliveira, me abriu a rede de contatos em São Paulo. Agradeço também, meu grande amigo e eterno companheiro, por você ter reavivado minha paixão revolucionária e minha consciência latino-americana ao me apresentar Victor Jara.

A Paulo Carvalho, pela força em Belo Horizonte, seja por ocasião deste trabalho seja por motivos que só pertencem ao baú de segredos de dois grandes amigos que nos tornamos.

A Reinaldo Guarany Simões, guerrilheiro "faca-grande", por nossos muitos papos e pelos seus sempre bem humorados questionamentos. Só não aceito concorrer com você ao Jabuti de ficção.

A Luís Roberto Clauset e a Manoel Cyrillo de Oliveira Neto pelo carinho e pelos bons papos. A Clauset por seus sempre valorosos conselhos e pelas grandiosas oportunidades, e ao Maneco pelo respeito (como ele diz, "avalie a magnitude do respeito de uma personagem – mesmo que seja a de um guerrilheiro – diante da (oni)presença de sua autora").

A meu orientador, Marco Aurélio Santana, quem primeiro acreditou em mim e estendeu-me a mão. Ensinou-me que ousadia é diferente de precipitação, e nossa convivência me marcou muito pelas críticas sutis, mas contundentes.

Ao NETS (Núcleo de Estudos e Referências sobre Trabalho, Trabalhadores e Sindicatos), onde trabalhei com o professor Marco Aurélio e com caros colegas que me permitiram muitas trocas.

A UNIRIO, por me proporcionar as experiências mais significativas possíveis em termos de conhecimento e por fazer de mim uma historiadora.

A Icléia Thiesen, grande amiga, pelo carinho e preocupação que sempre demonstrou, pela sensibilidade diante de minhas angústias e pelas muitas lições de vida. Exemplo de mulher que me inspira pela força, competência, equilíbrio e sensatez.

Aos amigos do trabalho, com quem muito aprendi no último ano e presenciaram minha "transformação": A Ana e a Chris, que viram desmoronar minha coleção de certezas absolutas e conferiram a mim a leveza necessária para viver, e não "encarar" a vida; a Victor, Patrícia, Célia, Fátima e Silvana, seres preciosos de características radicalmente distintas uns dos outros e que por isso mesmo me permitem partilhar o que há de mais diverso possível; a Leyla, minha mãe adotiva, quem muito me abriu os olhos em diversos momentos e cuja maior luta foi tentar me convencer da existência do operário taxista (sic). Ao Roberto, quem muito contribuiu com este trabalho ao saber compreender minhas ausências.

Aos puros e muitos amigos dos bancos escolares de meus primeiros anos. Aos poucos, mas valorosos, da faculdade, que buscaram se eximir da torpe vaidade acadêmica.

Aos muitos outros amigos, os presentes e os ausentes com quem sei que posso contar, anjos que sempre souberam muito bem rir e chorar junto. Cada um a seu modo contribuiu para que eu me tornasse o que sou hoje, mas responsabilizo-os apenas pelas minhas qualidades, pois meus defeitos reservo-os à autocrítica.

A Deus, aos deuses, aos espíritos, à natureza, enfim, à Metafísica e a todas as suas contribuições diretas ou indiretas.

A todos os guerrilheiros que lutaram, tombaram e não tiveram tempo de se perceber entrando para a História. Fica registrada toda a minha reverência e a promessa de sempre honrar os seus nomes.

*Em memória de Genésio Homem de Oliveira, guerrilheiro operário que aprendi a amar.*

*Levántate  
y mírate las manos  
para crecer  
estréchala a tu hermano.  
Juntos iremos  
unidos em la sangre,  
hoy es el tiempo  
que puede ser mañana.*

*Líbranos de aquél que nos domina  
en la miseria,  
tráenos tu reino de justicia  
e igualdad.  
Sopla como el viento,  
la flor de la quebrada,  
limpia como el fuego  
el cañon de mi fusil.*

**(Victor Jara)**

*Enquanto vocês se vendiam  
barato  
com ares de grande dignidade  
fiquei por aí  
zanzando feito uma besta  
fazendo a revolução dos imberbes  
praticando a pureza dos tolos*

*Minhas concepções mudaram  
mas tenho muito orgulho  
de não ter sido um burocrata.  
Dizem que os desvios de direita  
São mais fáceis de consertar.  
Mas sempre gostei de errar pela esquerda  
Mesmo correndo o risco de não ficar vivo  
pra fazer autocrítica.*

**(Alex Polari)**

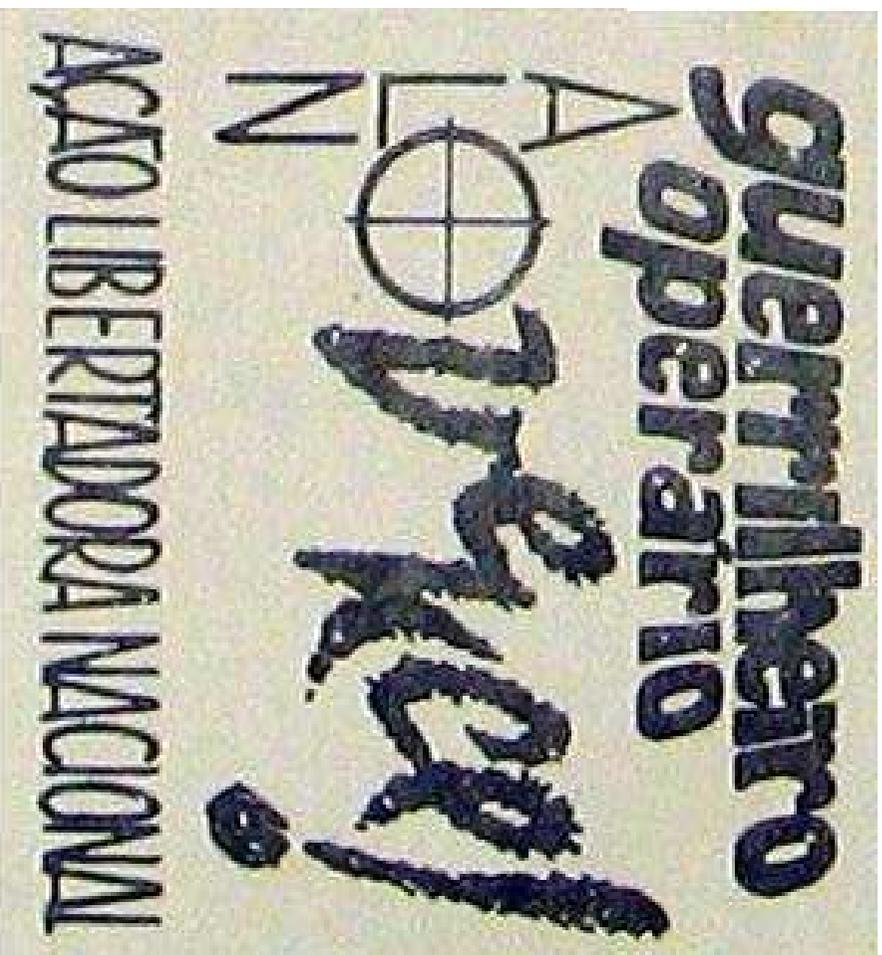
*O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade.*

*Na organização da classe operária está o caminho da sua libertação e da libertação da nossa pátria.*

**(Carlos Marighella)**



**TRABALHADOR**  
*através do* **liberdade**



# Sumário

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo I</b>	
"O povo armado derruba a ditadura": Do golpe à luta armada .....	24
<b>Capítulo II</b>	
"Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil": A Ação Libertadora Nacional (ALN) .....	32
<b>Capítulo III</b>	
"Trabalhador: Arme-se e Liberte-se": A Questão Operária.....	41
3.1 – Greves (Contagem e Osasco).....	46
3.2 - Expropriações, Ocupações de Fábricas e Propaganda Armada .....	53
3.3 - Guerrilha Operária: O jornal do guerrilheiro operário da ALN .....	57
3.4 - Os Guerrilheiros Operários: Alguns Perfis .....	63
<b>Capítulo IV</b>	
"1º de maio é dia de luto e de luta": A Questão Operária em conflito .....	89
<b>Conclusão</b> .....	103
<b>Anexo I</b>	
ALN: ocupação dos processados judicialmente nos anos 60 e 70 .....	108
<b>Anexo II</b>	
Quadro de Entrevistados .....	109
<b>Bibliografia</b> .....	110

## Introdução

Passados poucos anos do fim do século XX, considerado o mais revolucionário da História, observa-se uma mudança estrutural do capitalismo, com predominância absoluta do capital financeiro, uma revolução tecnológica extraordinária, forças produtivas avassaladoras, a acelerada diminuição do proletariado e o fim das grandes unidades de produção, tornando-se necessário uma revisão profunda da própria noção de Revolução e da possibilidade de se levar a frente um projeto revolucionário.

A maioria dos movimentos revolucionários que existiram ou ainda persistem já depuseram as armas, a ponto de atualmente podermos falar de utopias desarmadas<sup>1</sup>, que consideram que a idéia de revolução deixou de fazer parte da ordem do dia, assim como não o fez nas décadas que precederam a Revolução Cubana.

Comunistas do mundo inteiro viam a transição para o socialismo sempre acompanhada de guerra civil e luta armada, mas a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ocorrido em 1956 – em que Krushev denuncia os crimes de Stálin e a URSS assume uma orientação política de não-conflito – passou-se a afirmar que a transição revolucionária para o socialismo era possível de forma pacífica. Essa posição foi considerada reformista por vários movimentos e está na origem do rompimento da grande potência socialista com a China.

Nesse contexto, em grande parte da América Latina muitos grupos germinaram como reação aos Partidos Comunistas que assumiram o "reformismo soviético". Este rompimento agrupou, portanto, todos aqueles que adotaram o caminho armado: marxistas em dissidência com seus partidos, cristãos revolucionários, nacionalistas combativos, todos os que levantaram as bandeiras da guerra de guerrilhas e da revolução iminente.

---

<sup>1</sup> Uma referência ao livro de Castañeda, intitulado **Utopia desarmada**. Cf. CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia desarmada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

No Brasil não foi diferente. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) perdeu o posto de referencial revolucionário diante das esquerdas brasileiras, que desde o início da década de 60 se agrupavam sob muitas outras siglas. Este fato foi agravado com o golpe de 1964, em que as direitas não encontraram nenhum obstáculo significativo para a tomada do poder.

O fracasso das esquerdas em 1964 foi atribuído pelas organizações dissidentes aos erros da vanguarda, principalmente do PCB, mas também de grupos menores, como AP, POLOP e PC do B, sem contar a inação das lideranças populistas e nacionalistas que não teriam sabido resistir ao golpe, caso de Brizola e do próprio presidente Goulart<sup>2</sup>.

Com o fechamento do regime, a multiplicação dos grupos armados tornou-se irreversível. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, as organizações comunistas que optaram pela luta-armada no Brasil no pós-64 eram um aspecto derivado da disputa sino-cubana-soviética sobre qual deveria ser o caráter da revolução e o método empregado (Reis Filho, 1989: 78).

De fato, as três experiências revolucionárias indicavam rumos totalmente diversos: os soviéticos advogavam as revoluções nacional-democráticas, as alianças com as "burguesias nacionais", o caminho eleitoral, a coexistência pacífica. Os chineses viam com outros olhos o contexto internacional e o caminho revolucionário - um mundo dividido e tensionado entre dois sistemas irreconciliáveis e a guerra revolucionária para efetuar as transformações antiimperialistas e antifeudais; apareciam com perfil próprio e já pretendiam competir com a URSS pela liderança do mundo subdesenvolvido. Os cubanos, embora também favoráveis à luta armada contra o imperialismo, apresentavam um caminho próprio: o "foco guerrilheiro", e negavam qualquer dinamismo revolucionário às "burguesias nacionais", distinguindo-se, assim, de soviéticos e chineses<sup>3</sup>.

Predominou no Brasil a estratégia cubana do foco guerrilheiro. A teoria do foco, tal como foi formulada por Régis Debray e encarnada por Che Guevara, conferia prioridade absoluta à luta armada; destaque-se nesse sentido, por exemplo, as formulações da POLOP (Política Operária), que acreditava no foco como uma síntese

---

<sup>2</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 41.

<sup>3</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro – Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 85.

recriadora do marxismo-leninismo às condições latino-americanas, em um movimento nacional dirigido pela classe operária e seu partido e catalisado por um foco guerrilheiro no campo. Até mesmo organizações que negavam o foco acabaram o implantando: o PC do B defendia a estratégia chinesa de Guerra Popular Prolongada, entretanto, a Guerrilha do Araguaia não foi nada mais que um foco guerrilheiro. É justamente após a morte de Che Guevara, em outubro de 1967, que as guerrilhas urbanas crescem no Brasil visando à preparação e desencadeamento dessa forma de luta que a morte do líder revolucionário vinha radicalmente colocar em questão.

Cuba incentivava movimentos armados em toda a América Latina, e o ponto culminante dessa política foi a OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade). Carlos Marighella participou da conferência de fundação em 1967, em Havana, rompeu com o PCB ao optar pelo caminho da luta armada e fundou a ALN (Ação Libertadora Nacional), tendo alguns de seus militantes sido enviados para Cuba a fim de receberem treinamento guerrilheiro.

Em 1968, com o fechamento da Ditadura a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), as formas de luta política anteriores, como as passeatas provocadas pelo movimento estudantil, não se tornaram mais possíveis e, a partir do ano seguinte, desdobraram-se em ações contundentes de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis e seqüestros de embaixadores. Os revolucionários chegaram a ter momentos significativos, mas, isolados, cedo foram derrotados. Uma das ações mais espetaculares foi o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, em setembro de 69. No início da década de 70, seriam seqüestrados também o cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, e os embaixadores da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, e da Suíça, Giovanni Bücher. Todos foram trocados por presos políticos. Os revolucionários brasileiros iniciaram uma forma de luta que se espalhou por movimentos do mundo inteiro, desde os Tupamaros no Uruguai até o Baader-Meinhof na Alemanha.

A luta armada no Brasil<sup>4</sup>, desenvolvida predominantemente sob a forma de guerrilha urbana, não era um fator isolado, pois estava situada em um contexto bastante

---

<sup>4</sup> Neste trabalho, entendemos a questão da resistência da mesma forma que Ridenti: "a chamada luta armada no Brasil constituiu-se efetivamente no pólo mais extremado da resistência à ditadura no final da década de 60. Resistência no sentido libertário e não necessariamente institucional, subversivo por

significativo para a história das esquerdas no mundo: era o tempo das revoluções, dos grandes protestos, da contracultura, dos jovens que sonhavam em mudar o mundo e da classe operária que se levantava através de grandes greves.

Era também o tempo da Guerra Fria, das ditaduras, do anti-totalitarismo; era o tempo do imperialismo e do anti-imperialismo; era o tempo da repressão e das lutas pela liberdade. A ditadura brasileira refletia, e ao mesmo tempo reprimia, todas essas contradições. Era o tempo das incertezas, dos gritos silenciados, dos conflitos ideológicos, dos rachas nos partidos, do fim da democracia. Restavam apenas a indiferença, a capitulação ou a resistência. Poucos optaram por esta última, entre os quais destacamos aqueles que pegaram em armas para lutar contra o poder armado, guerrilheiros que se agrupavam em muitas organizações de luta armada, entre as quais a Ação Libertadora Nacional, que será estudada ao longo deste trabalho.

Eis a particularidade do momento histórico, que impulsionou a luta armada no Brasil. Não seria possível tratá-la fora desse contexto, como veremos adiante, ignorando influências como a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã e as lutas de libertação africanas.

Movimentos de protesto e mobilização política surgiram por toda parte, especialmente no ano de 1968: das manifestações nos Estados Unidos contra a guerra no Vietnã à Primavera de Praga; do maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses ao massacre de estudantes no México; da alternativa pacifista dos *hippies*, passando pelo desafio existencial da contracultura, até os grupos de luta armada, espalhados mundo afora. Os sentimentos e as práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem fundiam-se criativamente<sup>5</sup>.

---

excelência numa sociedade como a brasileira, com classes dominantes de tradição autoritária secular. Uma resistência armada contra aqueles que impunham uma ordem que recusava um lugar para a expressão libertária dos movimentos sociais; resistência não necessariamente enquadrável pelo sistema, ou cabível nos mecanismos tradicionais de contestação à ordem, como o próprio PCB. Tratava-se de uma resistência marcada, sim, pela herança politizadora anterior ao golpe, como também pela agitação social e pela efervescência cultural mundial de 1968, pela crise das esquerdas no período, pela busca de novos modelos revolucionários internacionais – como os de Cuba e os da guerra no Vietnã – que inspirassem soluções para os problemas vividos pela sociedade de classes no Brasil. Uma resistência também contra a "modernização conservadora" da sociedade brasileira imposta pelo regime, com o arrocho salarial, o desemprego e outras medidas econômica e politicamente excludentes da maioria da população. Uma resistência armada que não implicava necessariamente a idéia de redemocratização, mas, sobretudo, a de revolução". Cf. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Op.cit., p. 64-65.

<sup>5</sup> RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: **Versões e ficções: o seqüestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997, p. 13.

A década de 60 foi um período de efervescência cultural e grandes questionamentos, com destaque para a chamada Geração de 68, que propôs mudanças no campo social, político e cultural em todo o mundo. O pano de fundo desse período era a Guerra Fria, que polarizava o mundo e as discussões entre Capitalismo e Socialismo, representados, respectivamente, pelas potências Estados Unidos e União Soviética, cada uma com seus campos de influência.

A América Latina como um todo se encontrava na área de influência americana, com exceção de Cuba que rompeu com esse aspecto a partir da Revolução de 1959. Nesse passo, existia uma preocupação especial com o Brasil, pois em caso de revolução – acreditava-se – arrastaria toda a América, e isso pode ser observado pelo apoio ostensivo dos Estados Unidos ao Golpe de 1964, ajudando a implantar uma ditadura contra "a tentativa do governo Goulart de criar uma república sindicalista", devido a sua grande aproximação com os movimentos de trabalhadores e manutenção de relações internacionais com países socialistas como Cuba, China e URSS.

O período pós-golpe vem sendo cada vez mais estudado e discutido. Além da produção acadêmica, cujo número aumenta a cada ano (o que pode ser constatado nos congressos e seminários de pesquisa), a mídia igualmente vêm trabalhando a memória dessa época, com especial destaque para o cinema. No final de 2005 chegou aos cinemas o filme **Vlado – 30 anos depois**, que trata da trajetória do jornalista Vladimir Herzog, assassinado no DOI-CODI paulista, em 1975; e somente no último semestre houve a estréia de mais dois filmes situados no mesmo contexto: **Zuzu Angel** (sobre a luta da estilista que se pôs contra a ditadura para ter o direito de enterrar seu filho, o militante da esquerda armada Stuart Edgard Angel Jones) e **O Sol – Caminhando contra o vento** (sobre o suplemento do Jornal dos Sports, O Sol, que, apesar de ter existido por poucos meses em 68, marcou época ao representar uma imprensa independente e contra o regime militar). E, por último, durante o fechamento deste trabalho, assisti – não poderia deixar de mencionar – **O ano em que meus pais saíram de férias**, que retratou o clima de prisões e clandestinidade do pós-golpe com lirismo absoluto, cujo personagem principal, um menino, em determinado momento diz: "Acho que ser exilado é ter um pai atrasado, mas tão atrasado, que nunca mais volta pra casa".

Segundo Marcelo Ridenti, os historiadores, ao estudarem este período, "precisam estar conscientes de que o realce analítico de alguns aspectos, em detrimento de outros, pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo"<sup>6</sup>. Foi exatamente o que aconteceu com o papel dos estudantes na historiografia: sua presença nas organizações armadas passou a ser estudada de forma quase que exclusiva.

Não ignorando a esquerda armada ser composta predominantemente de camadas médias intelectualizadas (leia-se estudantes), escolhemos os operários como objeto de estudo, optando por um "realce analítico" distinto do que é tão comumente utilizado, trazendo ao prosclênio os trabalhadores mesmo considerando que

A composição social de cada um dos diversos grupos armados era relativamente diversificada no que tange à ocupação dos processados, embora no conjunto predominassem os que poderiam ser classificados como de camadas sociais intelectualizadas, que compunham 57,8% do total de implicados em processo por ligação com organizações armadas urbanas<sup>7</sup>.

Esses dados percentuais utilizados por Ridenti em seu trabalho têm como fonte os dados brutos levantados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) sobre os processados por se oporem ao regime militar. São muito esclarecedores e aqui serão de grande valia porque, entre outras informações, mostram estatisticamente a proporção de operários dentro da ALN, como veremos adiante.

A existência de poucos registros acerca das relações entre Luta Armada e Movimento Operário constitui a justificativa deste trabalho. Não obstante a predominância dos intelectuais de classe média na guerrilha, o papel dos operários nos movimentos armados tem sido estudado somente em segundo plano ou não tem sido estudado devido a um entendimento corrente de que a participação operária na luta armada ocorreu de forma irrelevante ou mesmo não existiu, e é contra esta tendência que está sendo configurado este estudo. Nosso ponto de partida deve-se ao grande número de referências aos trabalhadores nos documentos da Ação Libertadora Nacional, o que foi

---

<sup>6</sup> RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para os pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2004, p. 64.

<sup>7</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Op.cit., p. 58-59.

aprofundado com a realização de entrevistas a ex-militantes. Concluímos que estes trabalhadores existiram e – surpreendentemente – em grande número na guerrilha.

Para realização deste estudo, o primeiro livro com o qual tivemos contato, e que consideramos uns dos mais importantes, é **Combate nas Trevas: das ilusões perdidas à luta armada**, de Jacob Gorender. Esta obra traça o histórico e o perfil de cada uma das organizações de luta armada existentes no Brasil desde o pré-golpe até os estertores dessa forma de luta, constituindo-se em referência obrigatória sobre o tema. O próprio autor fez parte dessa história que conta, tendo sido um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

As teses de doutorado de Daniel Aarão Reis (**A Revolução faltou ao encontro**) e Marcelo Ridenti (**O fantasma da Revolução Brasileira**), ambas transformadas em livro de grande repercussão no meio acadêmico, analisam, cada um a seu modo, o contexto da época, as opções dos diversos grupos que optaram pela luta armada e a extração de classe dos militantes revolucionários, concluindo que a maioria dos que praticaram a guerrilha urbana no Brasil eram intelectuais de classe média oriundos do movimento estudantil. O livro de Daniel Aarão, por exemplo, possui como tese central que "elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muito jovens, do sexo masculino, residindo em algumas – e poucas – grandes cidades, formam a ampla maioria dos militantes" da luta armada. (Reis Filho, 1989: 184).

Estes dois livros constituem referências indispensáveis para o estudo das organizações armadas, pois as situam em um contexto amplo, mapeiam suas referências teóricas e práticas e analisam o esgotamento dessa forma de luta sob o estigma de uma revolução que não foi feita, pois ela "faltou ao encontro" e nos deixou como herança um "fantasma" que até hoje "perdura, como obsessão, na mente das esquerdas brasileiras"<sup>8</sup>. Denise Rollemberg, ao estudar ambos os livros, tece comparações sobre o ponto de vista dos autores na análise da relação entre luta armada e classes trabalhadoras:

Utilizando-se da análise sociológica das classes médias - "desvendar o significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente dos armados, entre 1964 e 1974 (...)" – às quais a maior parte dos militantes

---

<sup>8</sup> Como afirma Jacob Gorender no prefácio do livro de Marcelo Ridenti. Cf. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Op.cit., p. 14.

da luta armada estava ligada, Ridenti vê o isolamento das vanguardas como o resultado da impossibilidade de elas representarem politicamente a classe trabalhadora. Aí estaria a contradição que levou à derrota. Diferentemente de Daniel Aarão Reis Filho, mantém-se fiel à idéia de que os interesses se definem em função do lugar na sociedade, ou seja, das classes sociais. O problema da pouca expressão das classes trabalhadoras na luta armada não leva à reflexão acerca dos seus interesses concretos, uma vez que esses são dados pela teoria. Se a história não comprovou suas opções revolucionárias, não é porque fizeram outras escolhas, mas devido a uma crise de representação<sup>9</sup>.

Ainda destacando a contribuição de Daniel Aarão - ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) - para a historiografia da esquerda armada, ele organizou, junto com Jair Ferreira de Sá - ex-militante da Ação Popular (AP) -, o livro **Imagens da Revolução**, composto pela transcrição de documentos das organizações que pregaram a luta armada no pré e pós golpe, como POLOP, PC do B, VPR, ALN, PCBR. Essa obra possui entre seus méritos facilitar o acesso a fontes diversificadas e permitir ao pesquisador fugir da armadilha do anacronismo, pois pode analisar as práticas dos grupos guerrilheiros a partir dos pontos de vista desses mesmos grupos.

Ao considerar-se o estudo específico da Ação Libertadora Nacional, há três livros diretamente relacionados a este assunto: **Batismo de Sangue – Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**, **Carlos Marighella – O inimigo número um da ditadura militar** e **Carlos Marighella – O homem por trás do mito**. O primeiro é de autoria de Frei Betto, ex-militante que narra a sua versão dos acontecimentos que resultaram na emboscada e morte de Marighella, acontecimentos relacionados ao conhecido episódio do envolvimento dos dominicanos com a ALN; o livro também traz contribuições a respeito da biografia do líder guerrilheiro, das concepções e estruturas da Organização. O segundo é de autoria de Emiliano José, um jornalista que também escreveu um livro sobre o guerrilheiro Carlos Lamarca; este livro possui um caráter biográfico, rico em detalhes sobre a vida de Marighella - inclusive antes de escolher o caminho armado - e seu relacionamento com a militância. O terceiro, acadêmico, é

---

<sup>9</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (Orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 55-56.

formado por uma coletânea de artigos sobre Marighella, seu pensamento e sua trajetória pessoal e política, organizada pelos historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa por ocasião dos trinta anos da morte do líder comunista; entre suas contribuições traz alguns documentos de autoria do comunista baiano e algumas entrevistas com pessoas que conviveram com ele, desde familiares até companheiros, contribuindo para o entendimento das influências que a ALN recebeu de seu fundador e líder.

Todas estas obras dialogam entre si, ora reafirmando aspectos, ora criticando, ora contradizendo, e o mais interessante nesse sentido são as controvérsias, que depois se transformaram em divergências, entre Frei Betto e Jacob Gorender. Eles discutem a respeito de detalhes que envolveram a morte de Marighella e o papel de alguns militantes nesse episódio, e as discussões ocorrem a cada nova edição de um dos livros: a cada novo livro um tenta responder objeções lançadas pelo outro em livro anterior, e as edições são constantes, obrigando-nos a um acompanhamento constante para ver qual é o limite dessas colocações.

Por último não se pode esquecer das contribuições autobiográficas de ex-militantes da ALN, e nesse sentido merecem citação os dois livros de Carlos Eugênio Paz (**Viagem à Luta Armada** e **Nas Trilhas da ALN**, ambos memórias romanceadas), o livro de Ottoni Fernandes Júnior (**O Baú do Guerrilheiro – Memórias da Luta Armada Urbana no Brasil**), os dois livros de Reinaldo Guarany (**A Fuga** e **Fornos Quentes**) e o livro de Oswaldo Lourenço (**Companheiros de Viagem**<sup>10</sup>), lançado em 2005, mais recente, portanto. Todos contam a militância dos autores dentro da ALN, com exceção do livro **Fornos Quentes**, que aborda com mais ênfase a questão do exílio, mais ainda assim fala da Organização, de seus quadros em países como Chile, França, Alemanha, Suécia.

Esta pesquisa possui como metodologia a análise de fontes orais e escritas. Entre as fontes escritas predominam documentos da Ação Libertadora Nacional, como jornais, textos teóricos redigidos por seus membros e comunicados internos; destaca-se que a maioria dos documentos são de autoria expressa do fundador Marighella e encontram-se

---

<sup>10</sup> Referimo-nos ao volume 1 deste livro, pois Oswaldo Lourenço pretende publicar em breve o 2º volume. Enquanto no 1º volume o autor narra sua trajetória até a saída dos cárceres da ditadura, em 1974, o volume 2 pretende ser um livro sobre a história do Movimento dos Aposentados, no qual ele milita atualmente.

em arquivos policiais, particulares e de serviços de informação, também podendo ser consultados em bibliotecas e arquivos públicos.

O trabalho com as fontes orais utiliza-se da prática da História Oral, metodologia que consiste em lidar com informações obtidas através de entrevistas que se concentram em histórias de vida, consideradas de grande importância porque permitem ao pesquisador o acesso a informações muito específicas e até mesmo singulares; a execução da entrevista é acompanhada da elaboração prévia de roteiros, da transcrição das fitas obtidas e posterior análise dos dados.

A importância dos depoimentos orais como instrumentos para se preencher as lacunas documentais criadas na vigência do regime militar traz uma preocupação com o perfil dos entrevistados, que no caso em questão são ex-militantes da Ação Libertadora Nacional e poderão contribuir de forma mais precisa para atingirmos os objetivos propostos. O contato com essas pessoas cujas histórias de vida são excepcionais se revela muito proveitoso, pois além de nos permitir o aprendizado do fazer histórico a partir da metodologia empregada, nos traz questões reveladoras e grandes surpresas, como o acesso a documentos e informações que não teríamos sob outra forma.

Nesse sentido, foram realizadas 17 entrevistas e formou-se uma rede de mais de 30 contatos que contribuirão futuramente para o desenvolvimento e aprofundamento deste tema. O acesso ao primeiro militante foi por ocasião do Seminário de Pesquisa em História Oral, disciplina cursada na graduação; com a tarefa de conseguir entrevistas a fim de escrever um artigo, aliada ao fato de que já pensava em estudar a Ação Libertadora Nacional, tive a motivação inicial de sair a campo.

Uma colega (Maria Fernanda Scelza), que estudava os presos políticos da Ilha das Flores, indicou-me o nome de Eunício Precílio Cavalcante, que foi meu primeiro entrevistado. Cavalcante indicou-me Francisco Roberval Mendes e este, por sua vez, levou-me a Reinaldo Guarany Simões, quem me abriu grande número de contatos no Rio de Janeiro por recomendação a outros ou por convite a eventos (como a festa de 80 anos de Zilda Xavier Pereira, também militante e mãe dos guerrilheiros Alex e Iuri Xavier Pereira) que contavam com a participação de muitos que foram quadros da ALN. Outra contribuição do meu primeiro entrevistado foi a indicação do nome de Carlos

Henrique de Oliveira (filho do guerrilheiro operário Genésio Homem de Oliveira e guardião da memória do pai), quem me abriu a rede de contatos em São Paulo.

Essas são as duas principais ramificações da nossa rede de entrevistados, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, mas naturalmente existem outros contatos que nos chegaram de outras formas, como Carlos Guilherme de Mendonça Penafiel, indicado por sua neta, Carolina Penafiel, que, trabalhando comigo no NETS (Núcleo de Estudos e Referências sobre Trabalho, Trabalhadores e Sindicatos), uma vez disse: "Edileuza, eu tenho um avô que foi da ALN".

A questão da Memória também se faz presente, seja por trabalharmos uma História que ainda não foi inteiramente contada, seja por nos referirmos a um período que possui muitos silêncios e feridas abertas, seja por falarmos de uma memória em disputa, pois

em nosso país, em todo o planeta, foram anos de movimentos subversivos, de promessas de transformação, de desafios, em que os sistemas estabelecidos foram postos a rude prova. Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente. Inclusive porque, em larga medida, o controle do futuro passa, como se sabe, pelo poder sobre o passado, dado, por sua vez, aos que imprimem na memória coletiva a *sua* específica versão dos acontecimentos<sup>11</sup>.

Esta pesquisa se desenvolve a partir da contribuição de duas importantes disciplinas cursadas na graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que são a gênese deste trabalho: Seminário de Pesquisa em História do Brasil, ministrada pelo orientador deste trabalho, o professor Marco Aurélio Santana, e a disciplina Seminário de Pesquisa em História Oral (comentada anteriormente), ministrada pela professora Icléia Thiesen. O mérito deste aprendizado foi possibilitar escrever e dar existência a uma idéia que permanece conosco há muito.

A primeira nos fez atentar para a questão das lutas históricas no Brasil tendo os trabalhadores como protagonistas e resultou no artigo "Movimento Operário em Marighella", apresentado sob a forma de Painel de Iniciação Científica no XXIII Simpósio Nacional de História, ocorrido em Londrina (PR) em julho de 2005. A segunda permitiu maior clareza sobre como desenvolver uma pesquisa em História Oral

---

<sup>11</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: **Versões e ficções: o seqüestro da história**. Op.cit., p. 33.

e deu origem ao artigo "Visões e vivências de ex-militantes da Ação Libertadora Nacional", que está sendo enriquecido com maior número de entrevistas e transformou-se em meu projeto de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Caminhando para um aprofundamento do tema aqui proposto, que é o estudo da questão operária na organização guerrilheira Ação Libertadora Nacional, este trabalho se divide em quatro capítulos. O capítulo I ("**O povo armado derruba a ditadura: Do golpe à luta armada**") faz uma análise do golpe de 1964 e do imobilismo das esquerdas, em especial do Partido Comunista Brasileiro, diante deste fato; as discussões sobre os erros que possibilitaram a ascensão da direita promovem muitos rachas em seu interior e dá origem à maioria das organizações de luta armada. O capítulo II ("**Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil: A Ação Libertadora Nacional (ALN)**") analisa de forma aprofundada a ALN em relação aos outros grupos guerrilheiros, apresenta sua formação, seu programa e seu histórico. O capítulo III ("**Trabalhador: Arme-se e Liberte-se: A Questão Operária**") analisa como o operariado é visto nos documentos da ALN, com destaque para as análises de Marighella, e apresenta os modos de ação dos guerrilheiros operários, tais como greves, expropriações e propaganda armada; trabalha com um fonte inédita, o jornal **Guerrilha Operária**, mostrando que a ALN tinha um projeto voltado para a classe trabalhadora, e traça alguns perfis de militantes operários que fizeram História na Organização. O capítulo IV ("**1º de maio é dia de luto e de luta: A Questão Operária em conflito**"), por último, é mais analítico, aprofunda a análise da questão operária apresentando e contestando argumentos contra a sua existência, oriundos da bibliografia e da própria fala de militantes.

Foram pouco mais de dois anos de pesquisa, muito aprendizado, muitas críticas, muitas reconsiderações, muita luta, além da constante pressão promovida pela consciência da responsabilidade que é desenvolver este tema. Primeiro porque ele é controverso, e nossa vontade de comprovar nossa hipótese foi tanta que o resultado final saiu com jeito de tese, embora essa não seja, nem de longe, nossa pretensão no momento; segundo porque os personagens estão mais do que presentes para julgar tanto os fatos que presenciaram, mas também, principalmente, os que desconhecem. Registro

aqui a minha disposição de discutir, aprender e corrigir quaisquer imprecisões caso seja apontadas.

Aos que perguntam sobre o envolvimento com o tema, respondo humildemente: mais do que poderia e muito mais do que deveria, em certos aspetos. Entretanto, busquei conduzir a pena como historiadora, pretendendo ser isenta e observando o rigor acadêmico, embora não deixe de confessar, assim como o fez a professora Maria Paula Nascimento Araújo: "Eleger a esquerda como objeto de estudo me remeteu a uma questão que é unanimemente vista como delicada pelos historiadores: a paixão. Ou mais claramente, o envolvimento apaixonado com o objeto de estudo"<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Cf. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Por uma história da esquerda brasileira**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 333.

## Capítulo I

# "O povo armado derruba a ditadura": Do golpe à luta armada

O golpe de 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo, espécie de fascismo peculiar ao Brasil na época da ascensão do nazismo. O de 29 de outubro de 1945 levou à deposição de Vargas e destinava-se a impedir a livre eleição de uma Assembléia Constituinte. O de 24 de agosto de 1954 induziu ao suicídio de Vargas e objetivava anular a Constituição de 1946. O de 11 de novembro de 1955 tinha em vista impedir a posse do presidente eleito, o que motivou, na mesma data, o contragolpe vitorioso, chefiado pelo então general Lott. Isto fez fracassar os intuítos dos golpistas. O de 25 de agosto de 1961 conduziu à renúncia de Jânio e à insubordinação dos ministros militares fascistas, sublevados contra a posse de Jango, substituto legal do presidente renunciante. O de 1º de abril - o mais recente e mais calamitoso – deu origem à deposição de Jango e levou à ditadura dos "gorilas"<sup>13</sup>.

Essa retrospectiva, que evidencia uma tradição golpista na história brasileira, é de Carlos Marighella, comunista baiano, filho de um anarquista italiano com uma brasileira descendente de escravos, uma das figuras mais importantes do período da ditadura militar inaugurada com o golpe de 1964, pois colocou na ordem do dia a resistência à opressão. Marighella, nascido em 1911, começou sua trajetória política nos anos 30, quando se filiou ao Partido Comunista Brasileiro; quadro de destaque no Partido, chegou a fazer parte de seu Comitê Central, mas assumiu trajetória própria quando, em 1967, criticando o pacifismo partidário e seus erros de longa data que possibilitaram a emergência da ditadura, rachou e fundou a organização guerrilheira Ação Libertadora Nacional, levando consigo muitos companheiros.

Marighella considerava que o Partido não se moveu diante do golpe, estava certo, e sua análise é compartilhada por outros autores: em **Utopia desarmada**, um estudo sobre a esquerda latino-americana, é significativa a análise de Jorge Castañeda sobre o PCB, expressando sua incapacidade de se posicionar mais à esquerda ao mesmo tempo em que era considerado radical pelos setores direitistas. Porque confiou no dispositivo militar do governo João Goulart e sua real inserção no governo e nos movimentos

---

<sup>13</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. 3ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA: OLODUM, 1995, p. 107-108.

populares mostrou-se muito menor do que imaginava, o "Partidão" teve sua luta interna acentuada no pós-golpe:

O problema estava na incapacidade dos comunistas para influir ou unir à esquerda. Eles tinham força suficiente para servir de espantalho, unindo à direita as classes médias, o setor empresarial e a embaixada dos Estados Unidos numa frente temporariamente monolítica, mas não convergiam unir à esquerda local, nacionalista e populista, os movimentos católicos de base, os movimentos estudantis, os sindicatos e os intelectuais em uma coalizão articulada e eficaz. O PCB era demasiado radical e pró-soviético para deixar de assustar grandes setores da comunidade brasileira de negócios, a classe média e os Estados Unidos; mas moderado e prudente em excesso para controlar e orientar os setores radicalizados da esquerda política altamente polarizada do Brasil. Superestimou sistematicamente tanto sua força no movimento popular quanto a capacidade do governo para impedir um levante militar. (...) Uma vez passada sua hora, o PCB logo foi marginalizado, dividindo-se ainda mais em alas armadas e reformistas, grupos pró-soviéticos e outros independentes. Nunca mais voltaria a ser uma força significativa na esquerda brasileira<sup>14</sup>.

Na mesma linha, sobre a perda do posto de referencial na esquerda brasileira, segue a análise de Marco Aurélio Santana em seu estudo sobre o PCB:

Ao longo de toda a conjuntura 1945-1964, o PCB desfrutou da hegemonia na representação não só dos trabalhadores mas também dos setores de esquerda, esse quadro se alterou bastante a partir de meados dos anos sessenta. Não estamos esquecendo aqui a contribuição que outros setores deram, de longa data, à luta dos trabalhadores, entre os quais trotsquistas, socialistas, trabalhistas etc. Porém, apesar de sua importância, nenhum desses agrupamentos acabou por atingir o patamar conseguido pelo PCB. Seria só mais tarde, com os impactos do "racha" que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e de muitas outras defecções, bem como do surgimento e/ou reforço de propostas alternativas externas ao partido, que o PCB começaria a perder o posto como referencial na esquerda brasileira<sup>15</sup>.

A discussão interna sobre os níveis de responsabilidade do PCB no golpe, nesse momento, opôs os termos "esquerda" e "direita". O Comitê Central entendia que foram os "desvios de esquerda" (que encontraram sua maior expressão no termo "voluntarismo") dos grupos dissidentes que possibilitaram a emergência da ditadura,

---

<sup>14</sup> CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia desarmada**. Op.cit., p.43.

<sup>15</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRIO e Boitempo Editorial, 2001, p. 145-146.

enquanto estes atribuíam aos "desvios de direita" (reformismo, colaboração com a burguesia) a atuação quase nula do PCB no sentido de evitar o golpe.

Jacob Gorender reproduz, em seu livro, o primeiro pronunciamento da Comissão Executiva do PCB após o golpe:

Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições etc.).

É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo.

Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros<sup>16</sup>.

Esse discurso, bastante progressista e autocrítico, não corresponde à posição que o Partido adotou posteriormente. Segundo Marco Aurélio Santana,

mesmo que, pouco tempo depois, a posição exposta no pronunciamento se alterasse, à medida que quando foi redigido a composição momentânea do órgão não refletia sua realidade, podemos ter uma idéia das diferentes posições e análises que dilacerariam o PCB momentos depois. (...) Quando se rearticula propriamente, a Comissão Executiva revoga as determinações desse documento e caminha, na verdade, em direção oposta. Porém, a posição exposta na primeira avaliação estará representada em órgãos do partido em importantes capitais do país<sup>17</sup>.

Entretanto, algumas discussões começaram a se impor desde o V Congresso, em 1960, e na Conferência Nacional, de 1962, a oposição contra a postura conciliadora com

---

<sup>16</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada**. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2003, p. 95.

<sup>17</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRIO e Boitempo Editorial, 2001, p. 146-147.

a burguesia tornou-se clara através de um grupo que também assume uma posição radical em relação às reformas de base. Esse grupo era composto por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira (que posteriormente fundariam a ALN), Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho (que fundariam o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), entre outros. Segundo Edgard Carone, é este mesmo grupo que imediatamente após o golpe acusa o PCB de manter a linha de conciliação e a linha de verticismo diante do movimento operário e sindical, o que, segundo eles, fora um dos fatores favoráveis ao golpe:

Para esses críticos, verticismo significa que o Partido trabalhara intensamente a cúpula do movimento sindical – CGT, CNTI, PUA – e mantivera pouca organização dentro das fábricas; "conciliação" ou "reboquismo à burguesia" significa que o partido tivera confiança excessiva no esquema militar janguista, enquanto relaxara o seu próprio esquema de luta, onde coexistem ação legal e ilegal<sup>18</sup>.

Após o golpe, o PCB, mesmo enfraquecido, passou a acreditar em uma situação transitória, acreditava que haveria as eleições de 1965. A ordem era evitar provocações, manter-se no pacifismo, e as divergências com Marighella começaram a se aprofundar a partir desse momento, quando, procurado pela ditadura, ele resiste à prisão, ainda em maio de 1964. Criticado pelo Partido, escreve o documento **Por que resisti à prisão**, em que conta as circunstâncias nas quais foi preso e promove duras críticas ao PCB.

Em 1966, Marighella escreve um dos seus trabalhos teóricos mais importantes: **A Crise Brasileira**, em que combate acidamente as ilusões que os comunistas de seu partido nutriam em relação à burguesia e começa a traçar um projeto revolucionário para o país propondo alianças entre todos os segmentos da população. Nesse mesmo ano, em dezembro, se configura seu primeiro rompimento: renuncia à Comissão Executiva, permanecendo apenas à frente do Comitê Estadual de São Paulo. Sua carta-renúncia, a **Carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro**, evidenciava seu ímpeto de partir para a ação revolucionária:

O centro de gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação planejada, o trabalho não gira em torno da luta. (...) Solicitando demissão da atual

---

<sup>18</sup> CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984, p. 8

Executiva – como o faço aqui -, desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança<sup>19</sup>.

Definindo nesse momento sua opção pela luta armada, Marighella colocava na ordem do dia a violência das massas contra a violência das classes dominantes:

Depois de tanto se ter falado que à violência das classes dominantes se responderia com a violência das massas, nada foi feito para que as palavras coincidissem com os atos. Esquece-se o prometido e continua-se a pregar o pacifismo. Falta o impulso revolucionário, a consciência revolucionária, que é gerada pela luta. A saída do Brasil – a experiência atual está mostrando – só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as consequências e implicações que daí resultarem<sup>20</sup>.

Seu rompimento definitivo com o Partido se deu quando ele foi a Cuba em agosto de 1967 e participou da conferência da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), que tinha o objetivo de estender a revolução armada por toda a América Latina, seguindo o exemplo da Revolução Cubana e com o lema "Criar um, dois, três Vietnãs". A presença do líder comunista foi desautorizada pelo Partido, ao qual ele responde dando por encerrada sua trajetória de mais de 30 anos de militância no PCB:

É evidente que compareci sem pedir permissão ao CC, primeiro porque não tenho que pedir licença para praticar atos revolucionários, segundo porque não reconheço nenhuma autoridade revolucionária nesse Comitê Central para determinar o que devo ou não fazer... As divergências que tenho com a Executiva, da qual já me demiti em data anterior, são as mesmas que tenho com o atual Comitê Central. Uma direção pesada como é, com pouca ou nenhuma mobilidade, corroída pela ideologia burguesa, nada pode fazer pela revolução. Eu não posso continuar pertencendo a esta espécie de Academia de Letras, cuja única função consiste em se reunir (...) Falta ao CC a condição mais importante para a liderança marxista-leninista, que é saber conduzir e enfrentar a luta ideológica. E como não pode fazê-lo, recorre a medidas administrativas constantes, suspendendo, afastando, expulsando militantes, apreendendo documentos e proibindo a leitura de materiais dos que discordem. É o CC da censura, das reprimendas, das desautorizações, do crê ou morre. (...) Em minha opinião de comunista, à qual jamais renunciarei, que não pode ser dada nem retirada pelo CC, pois o Partido Comunista e o marxismo-leninismo não tem donos e não são monopólios de ninguém,

---

<sup>19</sup> Marighella, Carlos. Carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro. In: NOVA, Cristiane, NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Marighella: O homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 537.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 541.

prossegurei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo definitivamente com vocês<sup>21</sup>.

Marighella voltou de Cuba com a certeza de que estava na hora de iniciar a luta guerrilheira; mais do que socialismo, era uma questão de libertação nacional:

Quando se desencadeou o golpe de abril de 64, no Brasil, não houve resistência. O imperialismo norte-americano e os "gorilas" nacionais se aproveitaram disso e estão massacrando o nosso povo. Se fizermos a resistência, eles tentarão aniquilá-la, para que tenha prosseguimento a exploração do Brasil. Mas a resistência deve ser feita. A resistência do povo brasileiro é a guerrilha.

A guerrilha é para defender a causa dos pobres, dos humilhados e ofendidos, dos homens e mulheres de pés descalços. É para conquistar a libertação do Brasil, expulsar o imperialismo norte-americano, aniquilar a ditadura e suas forças armadas, derrubar seu poder, e instaurar o poder do povo<sup>22</sup>.

Além dos conflitos com Marighella, a luta interna, permeada pela discussão em torno dos desvios que possibilitaram a ascensão da direita, proporcionou o surgimento de organizações que optaram por questões programáticas, táticas e estratégicas distintas do "Partidão" e que tinham em comum a opção pela luta armada

Nacionalmente, a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de Corrente Revolucionária ou simplesmente Corrente (Gorender, 2003: 97), e em Minas Gerais permaneceria com o mesmo nome (Corrente Revolucionária de Minas Gerais); muitos estudos ignoraram esse primeiro dado e o termo **Corrente** é unicamente utilizado para se referir ao grupo de Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, a Corrente Revolucionária se expressou principalmente nas DIs (Dissidências Internas), como a DI-RJ (concentrada em Niterói, que deu origem ao primeiro MR-8) e a DI-GB (Dissidência da Guanabara, de maior visibilidade, que assumiu o nome **Movimento Revolucionário 8 de Outubro** após o desmantelamento do primeiro grupo pela repressão e por ocasião

---

<sup>21</sup> SILVA, Antônio Ozai da. **História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)**. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

<sup>22</sup> MARIGHELLA, Carlos. Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979, p.129.

do seqüestro do embaixador americano)<sup>23</sup>. Em São Paulo, o chamado Agrupamento Comunista, que deu origem à ALN, foi maioria esmagadora.

O projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 1964 e defendido por organizações como a POLOP e as Ligas Camponesas de Francisco Julião<sup>24</sup>. O exemplo da Revolução Cubana existia desde 1959 e o projeto de se pegar em armas já fizera parte da linha teórica do próprio PCB (vide o Manifesto de Agosto de 1950), sendo ainda possível considerar o levante armado de 35. Portanto, não se pode considerar a luta armada apenas como produto da falta de alternativas do momento histórico em questão, embora não seja possível negar que a opção pela guerrilha atingiu o paroxismo com o fechamento da ditadura, especialmente após o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que representou o fechamento completo do regime, dando origem ao que Jacob Gorender chamou de "imersão geral na luta armada".

A primeira reação armada ao golpe militar ocorreu em 1965, quando um grupo, comandado pelo ex-coronel do Exército Jefferson Cardin Osório ocupou a localidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul. Esse movimento, que foi sufocado em pouco mais de um mês, ficou conhecido como a **Guerrilha de Três Passos**. No ano seguinte, a partir de setembro de 1966, houve a **Guerrilha de Caparaó**, na fronteira entre Minas e Espírito Santo, cujos guerrilheiros foram presos antes de dispararem o primeiro tiro.

Verifica-se a inserção dos grupos armados nos movimentos sociais, em especial no movimento estudantil, já no início de 1968, buscando adeptos às suas propostas. Eis boletim distribuído na Guanabara logo após o assassinato de Edson Luís, ocorrido em março desse ano:

A ditadura repele a luta do povo com tiros. O que o povo deve fazer? Responder a ditadura com balas. Sim somente balas vingarão as balas. Somente o sangue pagará o sangue. O que resta, então? *Vamos às armas!* Só o povo armado derruba a ditadura assassina! Só o povo armado vingará a morte do companheiro Edson Luís Souto. Só o povo armado alcançará o

---

<sup>23</sup> Atualmente podemos falar em um terceiro MR-8, que surgiu no início da década de 80, com propostas e contexto obviamente muito distintos dos dois primeiros grupos.

<sup>24</sup> As Ligas Camponesas chegaram a receber apoio de Cuba para desencadear um foco guerrilheiro. Sobre esse fato e o apoio cubano a outras organizações de luta armada, inclusive à ALN, ver ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

poder! Só o povo armado fará chegar à nossa pátria a verdadeira democracia do povo no poder! **Pátria ou Morte!**<sup>25</sup>

Como Marighella dissera, "não [era possível derrubar] a ditadura através de quarteladas, nem de eleições, redemocratizações ou outras panacéias da oposição burguesa consentida"<sup>26</sup>. A luta armada era realmente uma opção considerável, e até única para algumas pessoas que vivenciaram aquele contexto, o que pode se depreender da fala do ex-militante da ALN Carlos Guilherme de Mendonça Penafiel:

Ou você era a favor do governo, ou você fazia luta armada ou você era indiferente. Só tinham essas três possibilidades. Que outra possibilidade tinha? Ou você era neutro, tinha sua vida, não se interessava por nada, era alienado completamente; ou você era a favor da repressão, ou você fazia a luta armada. Não tinha como lutar sem ser com a luta armada, por mais errada que ela fosse era o único caminho para quem queria tirar aquela ditadura do lugar<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Não é certa a autoria desse comunicado, pode ser da ALN ou de qualquer outra organização, embora esteja reproduzido em seu jornal **O Guerrilheiro** nº 1, de abril de 1968.

<sup>26</sup> MARIGHELLA, Carlos. Chamamento ao povo brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de Carlos Marighella**. Op.cit., p.140.

<sup>27</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/05, no Rio de Janeiro. É significativo quando Penafiel diz que "não tinha como lutar sem ser com a luta armada", mas é importante lembrar a atuação de outros segmentos que adotaram posição distinta, como os trotskistas.

## Capítulo II

### **"Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil": A Ação Libertadora Nacional (ALN)**

Em abril de 1967, militantes do PCB reuniram-se em uma propriedade rural situada em área próxima a Campinas, no que foi chamado de Conferência de Campinas, e consistia numa conferência preparatória para o VI Congresso, que se realizaria em dezembro do mesmo ano. Entre várias discussões, verificou-se aí o rompimento definitivo entre Prestes e Marighella no que concerne às formas de enfrentamento da ditadura. O grupo dissidente, liderado por Marighella, formou o que ficou conhecido como "Ala Marighella", um embrião do Agrupamento Comunista de São Paulo, e alguns militantes foram treinar guerrilha em Cuba ainda nesse ano. Embora o "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo"<sup>28</sup>, que fundou formalmente a Ação Libertadora Nacional, seja datado de fevereiro de 1968, o 1º Exército da ALN foi para Cuba em setembro de 67, logo após a Conferência da OLAS. Sobre esses fatos, que são pouco detalhados ao se trabalhar o surgimento da ALN, Oswaldo Lourenço nos permite um aprofundamento:

Procedeu-se ainda durante a Conferência de Campinas a eleição para o Comitê Estadual. Os escolhidos: Carlos Marighella (reeleito), Joaquim Câmara Ferreira, Rolando Frati e Costa Pinto. Designaram-se também os delegados ao Congresso Nacional: Marighella, Costa Pinto, Cícero Viana, Rolando Frati, Lindolfo Silva, Argonauta Pacheco e Silva, Joaquim Câmara Ferreira, Nestor Veras e Oswaldo Lourenço.

Quando chegou a data do Congresso, a direção nacional do PCB não informou o local de sua realização, impedindo que os delegados opositoristas de São Paulo encontrassem com os delegados de outros estados e pudessem influenciá-los.

Àquela altura, porém, para o grupo opositorista, então chamado de Ala Marighella, o fato já não importava mais. O racha com o Partido, na prática, já se dera.

Três meses antes, Marighella embarcara para Havana, Cuba, onde participaria, em julho, de uma reunião da Organização Latino Americana de Solidariedade – OLAS. Antes de partir, deixara montada a primeira turma de

---

<sup>28</sup> O "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo" foi publicado no jornal **O Guerrilheiro** nº1

militantes designada para treinar técnicas de guerrilha também em Cuba e que embarcaria algumas semanas depois<sup>29</sup>.

A ALN não se colocou como objetivo primeiro uma revolução socialista, pois era, em seus princípios, uma organização de libertação nacional. Sobre sua fundação, seus objetivos e seu caráter, eis depoimento de Cloves de Castro:

A sorte estava lançada, então começamos os preparativos para discutir com a base do Partido os passos que daríamos, daí surge o Agrupamento Comunista de São Paulo. Já não queríamos formar um outro partido; nas próprias falas do Marighella e do Joaquim Câmara Ferreira você percebe que o objetivo não era fundar outro partido, pois um novo partido cometeria os mesmos erros, formaria os seus comitês, as suas executivas, permaneceria na teoria e ficaria exatamente a mesma coisa. O objetivo era fundar um agrupamento, uma organização que realmente preparasse a luta armada contra a ditadura, e para isso contaria não só com os militantes comunistas, mas com todos os patriotas que se colocassem contra a ditadura militar<sup>30</sup>.

O nome **Ação Libertadora Nacional** seria uma referência à **Aliança Nacional Libertadora** de 35, com a diferença de que não se tratava mais de uma política de alianças, mas de uma ação direta. A ANL agrupou grande parte da esquerda brasileira dos anos 30 em torno de seus objetivos, e a ALN buscava adquirir igual êxito, sustentando muitas bandeiras de sua precursora, tais como a luta antiimperialista e anti-latifundiária: "Radical na ação e amplo no esquema político, o que Marighella propõe é, de certa forma, uma retomada do programa da Aliança Nacional Libertadora, de 1935"<sup>31</sup>.

Essa associação entre as duas organizações de fato ocorre, a ponto de em alguns livros sobre o período ditatorial encontrarmos a expressão **Aliança Libertadora Nacional** para se referir à ALN. Como exemplo citamos o livro de memórias do guerrilheiro operário Oswaldo Lourenço: "Desde 1967, eu militava na organização

---

<sup>29</sup> LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. vol. 1. São Paulo: Editora Maturidade, 2005, p. 191.

<sup>30</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

<sup>31</sup> CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. Op. cit., p. 13.

clandestina revolucionária liderada por Carlos Marighella, fundador da **Aliança Libertadora Nacional (ALN)**"<sup>32</sup>.

Porém, percebemos a preocupação de alguns militantes em reafirmar o correto nome da Organização. Na primeira edição do jornal **Venceremos** é possível encontrar uma pequena nota que demonstra essa confusão entre os nomes e a reafirmação do nome correto: "Retificação. Nas pág. 5 e 6, onde se lê Aliança Libertadora Nacional, leia-se AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL"<sup>33</sup>.

Quanto ao programa da Organização, Marighella o enuncia de forma mais completa no documento Chamamento ao Povo Brasileiro<sup>34</sup>, de dezembro de 1968:

Entre algumas das medidas populares previstas para serem executadas de forma inapelável, com a vitória da revolução, executaremos as seguintes:

- aboliremos os privilégios e a censura;
- estabeleceremos a liberdade de criação e a liberdade religiosa;
- libertaremos todos os presos políticos e os condenados pela atual ditadura; eliminaremos a polícia, o SNI (Serviço Nacional de Informação), o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e os demais órgãos da repressão policial;
- depois de julgamento público sumário, executaremos os agentes da CIA encontrados no país, e os agentes policiais responsáveis por torturas, espancamentos, tiros e fuzilamentos de presos;
- expulsaremos os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo as empresas, bancos e terras;
- confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaboraram com os norte-americanos e que se opuseram à revolução;
- tornaremos efetivo o monopólio estatal das finanças, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações e serviços fundamentais;
- confiscaremos a propriedade latifundiária, terminando com o monopólio da terra, garantindo títulos de propriedade aos agricultores que trabalhem a terra, extinguindo as formas de exploração como a meia, a terça, os arrendamentos,

---

<sup>32</sup> LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. Op. cit., p. 181. (Grifo nosso).

<sup>33</sup> Jornal **Venceremos** nº 1. Abril de 1971, p. 10.

<sup>34</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. Op.cit., p. 142-143.

o foro, o vale, o barracão (escravidão agrária), os despejos e a ação dos grileiros, e castigando todos os responsáveis por crimes contra camponeses;

- confiscaremos todas as fortunas ilícitas dos grandes capitalistas e exploradores do povo;
- eliminaremos a corrupção;
- serão garantidos empregos a todos os trabalhadores e às mulheres, terminando com o desemprego e o sub-emprego e aplicando o lema "de cada um segundo de sua capacidade, a cada um segundo do seu trabalho";
- extinguiremos a atual legislação do inquilinato, eliminando o acordo e reduzindo o aluguéis, para proteger os interesses dos inquilinos, assim como criaremos condições materiais para a aquisição de casa própria;
- reformaremos todo o sistema de educação, eliminando o acordo MEC-USAID e qualquer outro vestígio da intromissão norte-americana, para dar ao ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente;
- daremos expansão à pesquisa científica;
- retiraremos o Brasil da condição de satélite da política exterior norte-americana para que sejamos independentes, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e à luta contra o colonialismo.

A ALN propunha a guerrilha rural como fim a ser alcançado (tarefa estratégica), embora a maior parte de suas ações em toda a sua trajetória tenha ocorrido nas cidades (as ações urbanas eram tarefa tática), consideradas como meios de apoio para fins de propaganda política, para ações de obtenção de fundos (expropriações, como assaltos a bancos), recrutamento de quadros para a guerrilha e ataques estratégicos ao inimigo. Era uma organização em que se permitia pequenos grupos com total independência tática desde que estivessem subordinados à sua estratégia geral; sua estrutura pode ser entendida como horizontal, sem hierarquias:

“(...) o militante era incentivado a atuar, a agir, não ficar esperando orientação de um poder centralizado. Não, ao contrário. O militante que se considerasse capaz de formar um grupo para fazer ações expropriatórias que o fizesse. Os grupos e as ações, assim, se multiplicariam. A centralização emperraria a organização, que, ao contrário, deveria ser ágil”<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> ROLLEMBRG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. Op.cit., p.70.

Tendo entre seus princípios palavras de ordem como **A ação faz a vanguarda e Não precisamos pedir licença para praticar atos revolucionários**, liberdade de ação era o que mais se pregava nas fileiras da ALN. Há documento fundamental nesse sentido, uma carta de Marighella dirigida aos revolucionários de São Paulo, de dezembro de 1968, intitulada **Quem samba fica, quem não samba vai embora**:

Vocês tem carta branca na frente guerrilheira para desencadear a ação. Só não tem carta branca para coisas burocráticas, isto é, para impedir ações planejadas por outros grupos, sejam eles quais forem. Nem podem fazer discussões formais. É preciso ação e mais ação. Distribuir manifestos, pichar muros, sabotar, fazer política de terra arrasada, tudo isto com trabuco na cintura<sup>36</sup>.

O líder finaliza o documento dizendo: "É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica"<sup>37</sup>. O que torna esta carta mais interessante é que ela visa a condenar algumas dissensões internas, despertando muitas polêmicas nos dias de hoje ao tentarmos supor a quem ou a que grupo dentro da ALN Marighella teria se dirigido:

Nossos vínculos são ideológicos. Quem diverge ideologicamente deve dizer e colocar-se em sua verdadeira posição. A verdade deve ser dita claramente. (...) Se alguém acha que o nosso caminho armado é o correto ou não é correto, faça o favor, siga o seu caminho e não está obrigado a seguir o nosso<sup>38</sup>.

Do Agrupamento Comunista à consolidação da ALN houve uma série de mudanças em termos de concepção, pois quem compunha o Agrupamento, em sua maioria, eram quadros oriundos do PCB, que tinham uma visão de guerrilha a longo prazo e em situação excepcional. A ALN inovou em termos de quadros e estrutura, criticando, por exemplo, o centralismo democrático, fator inerente a qualquer partido comunista. Com a palavra seu maior líder:

Todos nós somos guerrilheiros, terroristas e assaltantes e não homens que dependem de votos de outros revolucionários ou de quem quer que seja

---

<sup>36</sup> MARIGHELLA, Carlos. Quem samba fica, quem não samba vai embora. In: NOVA, Cristiane, NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Marighella: O homem por trás do mito**. Op.cit., p. 549.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 550.

<sup>38</sup> MARIGHELLA, Carlos. Sobre a organização dos revolucionários. In: NOVA, Cristiane, NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Marighella: O homem por trás do mito**. Op.cit., p. 552-553.

para se desempenharem do dever de fazer a revolução. O centralismo democrático não se aplica a Organizações revolucionárias como a nossa. Em nossa Organização o que há é a democracia revolucionária. E a democracia revolucionária é o resultado da confiança no papel desempenhado pela ação revolucionária e nos que participam da ação revolucionária<sup>39</sup>.

Marighella, seguindo a mesma linha, fala do método de ação e violência revolucionária da ALN em outro documento, reafirmando que se trata de uma luta prática, e não de proselitismo:

Quando utilizamos o método da ação revolucionária, os elementos que vêm às nossas fileiras só o fazem porque desejam lutar e sabem que não encontrarão outra alternativa entre nós senão a luta prática e concreta. Sendo o nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser antepostas com eficiência à violência indomável da ditadura) os que afluem à nossa organização não virão enganados, e sim, atraídos pela violência que nos caracteriza<sup>40</sup>.

No programa da ALN, a guerrilha teria três fases fundamentais: **Planejamento e Preparação, Lançamento e Sobrevivência e Crescimento e sua transformação em guerra de manobras**. No decorrer da luta, observa-se claramente que as duas primeiras fases ficaram sobrepostas: da Preparação para o Lançamento não houve intervalos, e rapidamente a Organização encontrou-se na fase de Sobrevivência: não uma sobrevivência como pretendia, no sentido de manutenção regular do grupo, mas uma sobrevivência de seus próprios militantes, que passaram a lutar para não perder a própria vida.

O processo de desmobilização da luta armada no Brasil acentuou-se com a morte de Marighella em São Paulo no dia 4 de novembro de 1969, assassinado em uma emboscada promovida pelo delegado do DOPS Sérgio Paranhos Fleury, um dos tristes símbolos da repressão ditatorial.

Joaquim Câmara Ferreira, antigo companheiro do PCB que fundou com Marighella a ALN e compartilhava com ele a direção, recebeu a notícia da morte em Paris, onde estava cuidando da divulgação da ALN na Europa (desses contatos destacam-se a publicação de documentos da ALN em francês, inclusive na revista

---

<sup>39</sup> CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. Op.cit., p. 62.

<sup>40</sup> MARIGHELLA, Carlos. O papel da ação revolucionária na organização. Mimeo.1969.

**Temps Modernes**, de Sartre). Ao regressar ao Brasil, colocou a tarefa imediata de reorganização da ofensiva contra a ditadura, em que passou a privilegiar a formação de alianças com outros grupos da esquerda revolucionária.

A partir dos contatos de Câmara Ferreira com outras organizações nasceu a Frente Armada Revolucionária, primeiramente uma aliança da ALN com a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), à qual depois se associaram outros grupos como a REDE (Resistência Democrática) e o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes). Dadas as enormes divergências em termos de programa e de táticas entre as organizações guerrilheiras, a Frente Armada era a iniciativa mais progressista possível no sentido de uní-las, embora a fusão entre grupos estivesse fora de cogitação<sup>41</sup>:

A diversidade dos grupos revolucionários brasileiros é uma peculiaridade da nossa revolução e uma conseqüência das nossas condições histórico-sociais. Essa diversidade decorre, também, da necessidade de enfrentar o inimigo através de organizações fragmentárias, e não através de uma única organização compacta, que seria facilmente destruída pela polícia<sup>42</sup>.

Em 23 de outubro de 1970 morre Câmara Ferreira, também vítima de uma emboscada como Marighella, quase um ano após sua morte. Esse fato desestruturou ainda mais a ALN, que já se encontrava em precário nível de organização:

Em 1967, em um balanço superficial, o chamado Agrupamento Comunista de São Paulo (origem da ALN) contava com cerca de 6000 membros, entre militantes, simpatizantes e apoios, nas principais cidades do país. Em maio de 1970, realizamos uma reunião em Pedra de Guaratiba [Rio de Janeiro]: Aldo Sá Brito, Marcos Nonato da Fonseca, Élcio Pereira Fortes, o Grandão [Ottoni Fernandes Júnior] e eu. Nossa contagem para o Rio mal chegou ao número 14<sup>43</sup>.

Agravando-se as possibilidades de organização após a morte de seus principais líderes – Marighella e Câmara Ferreira – começam a haver dissidências no interior da ALN, destacando-se a Tendência Leninista (TL) e o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Este criticava apenas alguns aspectos estruturais da ALN, como o abandono

---

<sup>41</sup> O único caso de fusão que se registrou entre as organizações guerrilheiras da Frente foi entre a REDE (Resistência Democrática) e a ALN. A REDE, organização muito pequena e por isso sem grandes possibilidades de ação, juntou-se à ALN por iniciativa de seu fundador, Eduardo Leite, o Bacuri.

<sup>42</sup> MARIGHELLA, Carlos. As perspectivas da revolução brasileira. Mimeo.1969.

<sup>43</sup> GUANANY, Reinaldo. **A fuga**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 2.

do trabalho com as massas e o militarismo extremo a ponto de se tornar anti-teoricista; aquela propunha a organização em partido no molde marxista-leninista e uma maior aproximação com a classe operária.

Em 13 de julho de 1973, Luís José da Cunha, último coordenador geral da ALN, foi morto por policiais em São Paulo. A ALN caminhava para seu fim, atuando até aproximadamente 1974, quando a repressão consegue desestruturá-la completamente a ponto de a maior parte de seus militantes encontrarem-se no cárcere ou no exílio.

Considerando a proeminência das figuras de Marighella e Toledo<sup>44</sup>, fundadores e líderes da ALN, encerramos este histórico da organização com uma homenagem produzida por guerrilheiros exilados no Chile em 1971:

Cuatro de noviembre de 1969 y 23 de octubre de 1970: dos fechas que marcan dos miserables crímenes del régimen militar fascista instalado em 1964, los asesinatos de Carlos Marigella y Joaquim Câmara Ferreira (Toledo), líderes revolucionários de nuestro pueblo, fundadores y dirigentes de Acción Libertadora Nacional. Nunca será suficiente todo lo que se pueda decir o escribir sobre esos dos queridos dirigentes de nuestro pueblo. De sus vidas llenas de dignidad, de su actuación por decenas de años frente a las luchas de la clase obrera y del pueblo, por la libertación de nuestra pátria y por la causa del socialismo. La firmeza, la fidelidad a los ideales revolucionários se vieran cristalizando desde las luchas obreras de la década del año 30 en médio de la dura represión de aquel regimen fascista. Cuando em 1964, las clases dominantes interrumpieran el juego democrático burguês e instalaran una sangrienta dictadura fascista, cuando muchos se entregaran a la perplejidad y a las ilusiones, esos hombres supieron observar com clareza las duras tareas revolucionárias que enfrentabamos.

Cuando muchos se entregaran a la alienación o se encerraran em el intelectualismo, esos hombres supieron colocarse em primera linea de la lucha armada, arriesgándose en los momentos más duros, orientando, organizando, participando.

La lucha se inició. Y se inició no de una forma anárquica, pero sobre la dirección firme de hombres temperados en anos de guerra y de paz, armados de la teoría marxista, que tan profundamente dominavam. Y es esto que garantiza su continuidad, apesar de todos los golpes.

Y tumbaran. Tumbaran en la senda del inicio de una larga jornada. Pero, apesar de eso tomaran despues de a nosotros nos indicar el camino y de aprender com su firmeza, humildad y heroísmo a recordalos como revolucionários y comunistas. Su acción no fue sembrada al viento: dejaran

---

<sup>44</sup> Fator interessante é que os dois principais nomes da ALN morreram com a mesma idade: 57 anos [Joaquim Câmara Ferreira: (☼05/09/1913 - ☼24/10/1970) – Carlos Marighella (☼05/12/1911 - ☼04/09/1969)].

una organización, una estrategia, una táctica, un programa: la ACCIÓN LIBERTADORA NACIONAL. (Teoria y Practica de ALN en 1971/Brasil)<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Trata-se de uma publicação da ALN em forma de revista, com textos em espanhol. Esse documento foi produzido no Chile com o objetivo de participar dos debates existentes entre a esquerda brasileira no exterior e difundir a linha teórica e experiências práticas da Organização. [Acervo CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP]

### Capítulo III

## "Trabalhador: Arme-se e Liberte-se": A Questão Operária

Dado que as organizações de luta armada que predominaram no período pós-64 em sua maioria queriam derrubar a ditadura com o exclusivo poder das armas e não se referiam às velhas formas de luta desenvolvidas pelos trabalhadores (isto é, eram estritamente militaristas), a ALN não deixa de ser vítima dessa acusação, que inclusive é comentada por Marighella no documento **O Papel da Ação Revolucionária na Organização**<sup>46</sup>, de maio de 1969. Segundo ele, diziam "que não tínhamos nenhum trabalho de massa, subestimávamos tal atividade, e estávamos, por isso, isolados do povo". Sua resposta a esta questão ressalta que não se trata de subestimar o movimento de massas, mas reconhecer a importância da luta armada como forma de captar a simpatia do povo nessa conjuntura em que a luta reivindicativa estava reduzida à impotência:

O emprego das ações de pequenos grupos armados não exclui a luta de massas nem as ações de massa. Prova, entretanto, que sem potência de fogo e sem homens armados, nada poderemos fazer contra a ditadura (...).

As organizações que restringem a sua atividade ao trabalho de massa, através da luta reivindicativa e tendo em vista a sua transformação em luta política, terminam reduzidas à impotência diante da superioridade armada do inimigo.

A outra concepção sobre o trabalho de massa e ligação com o povo é a das organizações cuja preocupação fundamental consiste em partir para a luta armada, visando enfrentar a ditadura através de uma potência de fogo, ainda que pequena, mas manejada pelos revolucionários e pelos movimentos de massa.

Em torno dessa potência de fogo, que surge do nada e vai crescendo pouco a pouco, a massa aglutina-se, constrói a sua unidade e marcha para a tomada do poder.

A essência de tal concepção consiste em proclamar a importância do movimento de massas em função do crescimento da luta armada.

Segundo este ponto de vista, o movimento de massas não tem condições de subsistir se não estiver escudado na sua própria potência de fogo e na potência de fogo dos revolucionários.

A nossa organização segue esta concepção revolucionária, e nem por isso pode ser acusada de subestimar o movimento de massas.

---

<sup>46</sup> MARIGHELLA, Carlos. O papel da ação revolucionária na organização. Op. cit.

Em política é preciso avaliar o acerto ou desacordo das posições segundo os resultados no meio do povo.

As organizações que nada fazem em virtude da impossibilidade de conduzir a luta reivindicativa ficam para trás e são esquecidas.

As organizações - como a nossa - que empregam a violência e a luta armada são as que conseguem fazer alguma coisa e acabam captando a simpatia e a confiança das massas. São estes que têm ligação com o povo.

Dentro desta preocupação de se manter próxima às massas, há um cuidado especial da Ação Libertadora Nacional com o papel dos operários, do proletariado sempre visto como libertador pelos comunistas, fato que pode ser verificado no texto **As perspectivas da Revolução Brasileira**<sup>47</sup>, de setembro de 1969:

Os operários por sua vez, quando intensificarem as greves com ocupações de fábricas e seqüestros e patrões e gerentes, serão outra grande fonte de recrutamento para os grupos revolucionários armados.

Antes, no documento de fundação da ALN, o **Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo**, alguns métodos de ação são definidos, e é interessante notar referência à organização sindical.

A agitação política das massas deve ser posta em prática, com a distribuição de volantes nas portas de fábricas e no seu interior, e com pinturas murais, defendidas por grupos armados. (...) O movimento de massas sindical deve fazer-se de baixo para cima, abolindo o sistema de trabalho pela cúpula, e visando à radicalização, para desmascarar o governo e despertar o espírito de luta revolucionário dos operários<sup>48</sup>.

Embora defenda a aliança operário-camponesa para a guerrilha e não obstante o destaque aos camponeses quando se objetiva a guerrilha rural, a preocupação com o operariado é evidente, principalmente se lembrarmos que entre os fundadores da ALN estavam sindicalistas históricos como Raphael Martinelli e Oswaldo Lourenço. As lutas de Marighella e Joaquim Câmara Ferreira no seio da classe trabalhadora também são de longa data. Este último foi inclusive vogal da Justiça do Trabalho, cuja função era

---

<sup>47</sup> MARIGHELLA, Carlos. As perspectivas da revolução brasileira. Op.cit.

<sup>48</sup> MARIGHELLA, Carlos. Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de Carlos Marighella**. Op.cit., p.136.

administrar conflitos entre patrões e empregados procurando resguardar os direitos destes últimos.

Marighella, em seu mandato de deputado federal, no período da redemocratização pós-Estado Novo, sempre utilizava a tribuna para defender os interesses dos trabalhadores baianos, a ponto de ter se registrado 195 discursos seus em dois anos. Quando foi cassado, em 1947, ele retornou clandestino para São Paulo para atuar nos sindicatos, contrariando a política do PCB, no período, de afastamento dessas entidades.

No início da década de 50, por pressão da militância, principalmente de Marighella, o PCB fez uma autocrítica em relação à política que vinha adotando e voltou a trabalhar no interior dos sindicatos para recuperar os espaços que perdeu: Marighella seria uma das figuras chaves em São Paulo nesse trabalho de vinculação aos operários nas fábricas e nos sindicatos, tendo organizado e dirigido a greve dos trezentos mil em 1953 na capital paulista.

Essa característica, de estar inserido no operariado liderando suas lutas políticas e econômicas desde a juventude, quando aderiu ao Partido Comunista, fez com que Marighella imprimisse caráter próprio à ALN, afastando-a do militarismo estrito, pelo menos até sua morte, pois nenhuma outra organização guerrilheira possuiu um líder de tamanha estatura, que tinha plena consciência do poder das massas e condições de instrumentalizá-lo. Esse foi um dos motivos pelo qual foi considerado inimigo nº 1 da ditadura, quão temido era:

Apesar de Marighella haver, anteriormente, demonstrado suas divergências com a estratégia do PCB, em discussões internas, pública e oficialmente ele seguiu, até o momento do golpe, em linhas gerais, a tática pecebista, tendo sido um dos principais atores nas articulações do Partido com as estruturas sindicais e com o governo de Jango. Mas ele, diferentemente de muitos outros militantes, enxergava, com bastante clareza, as possibilidades de um golpe de direita naquela conjuntura, reivindicando, dentro dos limites da disciplina partidária, que o Partido preparasse a si e as massas para uma reação, caso o golpe viesse a se concretizar. Provavelmente, ele não confiava na defesa que supostamente viria dos setores das forças armadas partidários da legalidade (cujo papel progressista era destacado por alguns setores da esquerda). Ele acreditava ser necessário que as massas fossem armadas, política, mas também militarmente, para poder fazer frente ao golpe que estava sendo preparado. Isso ajuda a explicar a violência e

determinação do governo militar em caracteriza-lo, logo após o golpe, como um dos principais inimigos da ditadura que acabava de se implantar<sup>49</sup>

A partir do golpe, quando começaram a se intensificar as divergências de Marighella com o PCB, o líder comunista, em seus escritos, começou a pregar um projeto próprio de revolução e a estabelecer que papel seria reservado aos trabalhadores. Para ele, a revolução brasileira seria uma "revolução cuja liderança incontestável, no terreno prático e ideológico, pertence de direito e historicamente à classe operária"<sup>50</sup>. Sempre atento às demandas dos líderes da revolução, percebia que a conjuntura pós-golpe não lhes era favorável:

O descontentamento lavra em todas as camadas dentro do país, a começar pela classe operária. Os trabalhadores sofrem com o desemprego, cujas causas são agravadas, cada dia que passa, sob o guante da ditadura. O peso das dificuldades atuais é transferido para os ombros dos que alugam sua força de trabalho, mercê da nefasta política salarial do governo. E sem os sindicatos – impedidos de realizarem eleições livres, em consequência de arbitrária intervenção governamental - , os assalariados são privados dos seus tradicionais meios de defesa reivindicatória<sup>51</sup>

Diante dessa conjuntura, não haveria outra saída senão a luta revolucionária e radical, pois o caminho pacífico teria o efeito de alimentar ilusões no povo e contribuir para institucionalizar a ditadura:

Os fatos indicam que o proletariado – em face do tremendo impacto da abrilada – não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da insurreição armada popular. Trata-se do caminho não pacífico, violento – até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração<sup>52</sup>.

Por isso, as críticas ao Partido recaíam na confiança que este depositava na burguesia, fruto do que Marighella chamava de conciliação e reboquismo:

---

<sup>49</sup> NOVA, Cristiane. NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. Op.cit., p.101.

<sup>50</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. Op.cit., p. 102.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>52</sup> MARIGHELLA, Carlos. *A Crise Brasileira (Ensaio Político)*. Mimeo.1966, p. 19-20.

Toda tática que, na nova situação do país, pretender prosseguir subordinando ideologicamente o proletariado à burguesia é uma tática condenável. (...) Sua maneira de ser é fruto de uma concepção reboquista, por falta de confiança no proletariado. Seu ponto de partida está em reconhecer que, objetivamente, o processo político brasileiro se desenvolve sob a direção da burguesia. E disso não se liberta. É a tática que busca uma saída moderada, teme as lutas radicais e uma solução revolucionária, para não desgostar a burguesia e manter com ela uma colaboração duradoura<sup>53</sup>.

Consolidando suas reflexões, que passaram a ser voltadas para um projeto de guerrilha, no **Mini-manual do Guerrilheiro Urbano** Marighella sugere funções para os guerrilheiros operários:

Os trabalhadores têm conhecimento infinito da esfera industrial e são os melhores nos trabalhos revolucionários urbanos. O trabalhador guerrilheiro urbano participa na luta mediante a construção de armas, sabotando e preparando sabotadores e dinamiteiros, e pessoalmente participando em ações envolvendo armas de mão, ou organizando greves e paradas parciais com a violência em massa característica em fábricas, centros de trabalho e outros lugares de trabalho<sup>54</sup>.

Percebemos que grande parte dos quadros operários da ALN se concentrava em São Paulo, pois são provenientes do Partido Comunista Brasileiro; o Comitê Estadual de São Paulo quase todo acompanhou Marighella quando ele rachou e formou o Agrupamento Comunista. Obviamente existiram operários de outras origens, recrutados para a Organização, mas seu número é bem menor: basta perceber o perfil dos militantes de outros estados: a ALN no Rio de Janeiro, por exemplo, era praticamente toda composta por estudantes. Todos os operários que entrevistamos para este trabalho são de São Paulo, com exceção de Conceição Imaculada de Oliveira, que é de Belo Horizonte. Sob esse aspecto, portanto, a ALN foi mais ativa em São Paulo, não podemos descartar esta relação: "Quem pensa em fazer a revolução tem que se apoiar nas empresas e na classe operária. No Brasil, tem que se apoiar em São Paulo, a concentração operária e decisiva no país"<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>54</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Mini-manual do Guerrilheiro Urbano**. Mimeo, 1969.

<sup>55</sup> MARIGHELLA, Carlos. Quem samba fica, quem não samba vai embora. Op.cit., p. 544.

Os documentos da Ação Libertadora Nacional são ricos em exemplos que destacam o papel do proletariado na guerrilha. Podemos, também, constatar a existência de muitos operários na organização, e aqui traçaremos o perfil de alguns deles. A ALN possuiu um projeto de guerrilha operária e buscou consolidá-lo tendo como um de seus instrumentos o jornal **Guerrilha Operária** (que será analisado neste capítulo), e buscava atingir os trabalhadores com ações como propaganda armada e expropriações em fábrica. Tinha entre seus símbolos um com o "slogan" **Trabalhador: Arme-se e Liberte-se**, e foi representada em greves como as de Contagem e Osasco, que serão estudadas a seguir:

### 3.1 – Greves (Contagem e Osasco)

O modelo de "modernização conservadora" da ditadura, que expurgou qualquer vestígio das reformas de base do governo João Goulart e resultou no "milagre econômico", começou a ser estruturado já no primeiro governo ditatorial, tendo como ponto de partida o arrocho salarial dos trabalhadores. Para dificultar, e até mesmo impedir sua organização, a intervenção nos sindicatos e a repressão a qualquer movimento organizado era medida corrente. Jacob Gorender define com muita propriedade o refluxo involuntário do movimento operário que se configurou a partir desse momento:

De 1964 a 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos, a metade deles de trabalhadores da indústria. Das seis confederações de empregados, quatro sofreram intervenção. (...) Ao mesmo tempo, o Governo Castello Branco pôs em vigência legislação quase proibitiva do direito de greve (somente as greves contra atrasos de pagamento terão alguma tolerância) e revogou conquistas importantes de categorias profissionais como os ferroviários, portuários e estivadores, marítimos e petroleiros<sup>56</sup>.

Esse refluxo, nessa primeira fase, não significou uma paralisação. Feitas as discussões pós-golpe, os rachas e os expurgos nos partidos e movimentos populares, 1968 vai ser um ano de novo ascenso de lutas. A historiografia brasileira insiste na

---

<sup>56</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada**. Op.cit., p. 153.

proeminência de um 1968 estudantil, o que se justifica em parte porque este não foi um fenômeno apenas brasileiro (vide os estudantes americanos contra a guerra do Vietnã e aqueles do maio francês), mas aqui iremos falar de um 1968 operário, que possui como principal expressão as greves de Contagem e Osasco, sendo a de Contagem a primeira greve após o golpe de abril.

Estavam na ordem do dia a expulsão dos pelegos, o anti-arrocho salarial, a luta contra a política do fim da estabilidade no emprego. As organizações de esquerda, com relevo para aquelas que optaram pela luta armada, vão para dentro das fábricas, em uma época em que ainda não se verificava seu isolamento em relação às massas:

Apesar da clandestinidade e do cerco policial, muitas organizações de esquerda continuavam a manter vinculações com o movimento operário. Dentre as que se posicionaram a favor da luta armada, somente a ALN, o COLINA e a VPR já se engolfavam nela. (...) Graças a estas vinculações, as organizações da esquerda radical imprimiram sua marca nas manifestações do movimento operário de 1968. Ao contrário do PCB, que brilha pela ausência nas lutas de massas e vê minguar sua capacidade de direção dos trabalhadores<sup>57</sup>.

Nesse contexto, o Partido Comunista Brasileiro ficou em uma situação muito delicada no meio sindical, pois como "a onda da esquerda armada estava em franco desenvolvimento, o PCB associa-se às forças que, segundo ele, não se identificavam com aquele *aventureirismo pequeno-burguês* distanciado das massas. Nesse quadro, fugia do *aventureirismo* e se identificava, embora de forma crítica, com os <<pelegos>>"<sup>58</sup>. Essa identificação, mesmo que indesejada, permitiu ao Partido angariar muitas críticas que sobreviveram ao fim da ditadura e desembocaram no surgimento do "novo sindicalismo", no início da década de 80, quando passou a figurar sob a pecha de "reformista" em contraposição aos "combativos" das Oposições Sindicais e do Sindicalismo "Autêntico".

Na Greve de Contagem destacaremos a participação, entre outros grupos, da CORRENTE (Corrente Revolucionária de Minas Gerais), um racha do PCB em Minas que se ligaria à ALN. Na greve de Osasco, embora a ALN tenha participado através de

---

<sup>57</sup> Ibidem, p. 154-155.

<sup>58</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil**. Op. cit., p. 169.

alguns de seus militantes como Dorival Ferreira, o papel mais ativo foi desempenhado pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Na greve mineira "pode-se perceber claramente o trabalho <<clandestino>> dos grupos de esquerda, principalmente da Ação Popular (AP), da Corrente Revolucionária de Minas Gerais e do Comando de Libertação Nacional (COLINA)"<sup>59</sup>. A AP, fundada no final dos anos 50 no contexto de uma Igreja católica progressista, insere seus militantes (em grande parte universitários) dentro das fábricas<sup>60</sup> para um maior contato com a classe trabalhadora e se volta para a formação dos comitês de empresa. Os COLINA (Comandos de Libertação Nacional), um racha da POLOP (ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista - Política Operária), e a própria POLOP, organização fundada em 1961, tinham uma proposta de preparação de comitês de empresa e buscaram agir nesse sentido; tinham muitos grupos organizados quando iniciou-se a greve. A CORRENTE teve a atuação mais destacada pela grande base operária, oriunda do Partido Comunista Brasileiro, que possuía; "de início, era apenas uma dissidência do PCB, mas deve-se observar que ela chegou a fazer uma ou outra atividade armada, em 1968, em Belo Horizonte, vindo a transformar-se na ALN de Minas Gerais, cedendo bases também para o PCBR, ambos grupos armados urbanos típicos"<sup>61</sup>. A ligação da CORRENTE com o PCBR de fato existiu, principalmente pelo fato de que Mário Alves, um dos líderes da cisão com o PCB e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, atuava clandestinamente em Minas Gerais no pós-golpe. Entretanto, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais divergiu de Mário Alves quanto à necessidade de um partido para conduzir a luta revolucionária e aderiu à ALN.

Conceição Imaculada de Oliveira, que em 1967 começou a fazer parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e pertenceu à CORRENTE, lembra a inserção desses grupos no movimento operário de Minas Gerais:

---

<sup>59</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>60</sup> "Entre 1968 e 1970, à semelhança do que era vivido por jovens estudantes e intelectuais franceses que se estabeleciam em fábricas e nas periferias das cidades, a AP manteve uma política de "proletarização através da integração na produção", que levou à transferência de inúmeros quadros universitários para o campo e para as fábricas". Cf.: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia Fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 82.

<sup>61</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Op.cit., p. 57.

Aqui em Belo Horizonte, como eu vou para o sindicato, viro um ponto de contato de todo mundo, começa o trabalho da Ação Popular, do PC do B, da POLOP, mais tarde vai ter o pessoal da COLINA, em termos nossos a Corrente (que é uma parte da ALN). No sindicato sou um ponto de contato de todos porque todo mundo queria trabalhar no movimento operário<sup>62</sup>.

Gilney Amorim Vianna, um dos fundadores da CORRENTE que se tornaria dirigente da Ação Libertadora Nacional, fala das duas organizações:

Logo que fui para Belo Horizonte eu me filei ao Partido Comunista Brasileiro. E até 1966 e início de 1967, quando houve a cisão, constituímos um grupo a parte chamado Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que já tinha um contato com o Marighella. (...) Depois a Corrente definitivamente se colocou ao lado de Marighella, sob o comando dele. Mas ele tinha uma opinião de que os grupos tinham liberdade de tática, e só seguiriam uma orientação estratégica. Só mais tarde, em 1969, é que foi constituída a ALN (Aliança Libertadora Nacional) [sic]<sup>63</sup>. E aí é que nós ingressamos na ALN<sup>64</sup>.

O mesmo cuidado em definir e expressar a aproximação entre os dois grupos é apresentado por Conceição e pelas militantes Margot Alvarenga Araújo e Luciene Duayer Picardi, que, perguntadas sobre se teriam sido da ALN, em primeiro lugar respondiam: "Eu fui da CORRENTE":

Todos nós, quando falamos ALN, é Corrente. O Marighella acompanhava o trabalho direto aqui, veio muitas vezes a Belo Horizonte. A ALN estava aqui na Corrente. (...) Quando começam as prisões de abril de 1969, que vai prender muita gente tanto em Belo Horizonte, como no Rio, como em São Paulo, há necessidade de uma fusão e passa a ser um comando só<sup>65</sup>.

Contando com a participação dos diversos grupos armados aqui descritos, a Greve de Contagem eclodiu a 16 de abril de 1968 na Belgo Mineira, que foi ocupada por

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida à autora em 21/10/2006, em Belo Horizonte. Essa entrevista contou com a presença e o apoio de Luciene Duayer Picardi e Margot de Alvarenga Araújo, também militantes da CORRENTE/ALN, a quem agradeço imensamente.

<sup>63</sup> Dado interessante é que o entrevistado, além de chamar a ALN de "Aliança Libertadora Nacional", em detrimento da palavra "Ação" (vide discussão contida no Capítulo 2 a respeito da utilização desse termo), situa a constituição da Ação Libertadora Nacional em 1969, desconsiderando, nesta entrevista, sua origem formal em 1968.

<sup>64</sup> Depoimento de Gilney Amorim Vianna a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Projeto "A Corrente Revolucionária de Minas Gerais", 2004. [Laboratório de Pesquisa Histórica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade Federal de Ouro Preto].

<sup>65</sup> Entrevista concedida à autora em 21/10/2006, em Belo Horizonte.

dois dias. No 3º dia outras fábricas próximas aderiram. Estima-se um total de 16 mil trabalhadores em greve. Somente no dia 2 de maio as fábricas voltaram a funcionar normalmente, muito depois da intervenção do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, que concedeu um abono de 10% aos trabalhadores, algo muito aquém de suas reivindicações mas que contribuiu para dar fim ao movimento grevista. Nossa entrevistada expressa os motivos da greve mas a situa no mês de março, quando de fato começaram as articulações para desencadeá-la:

Então nós vamos ter uma primeira greve, que foi a greve do mês de março. Por que essa greve? Naquele momento tinha um arrocho salarial muito grande, e também estava começando uma mudança, uma transição: foi naquele momento que se estava começando a criar as linhas de produção no Brasil, pelo menos aqui em Belo Horizonte ainda não tinha. (...) Tínhamos também o problema da perda da estabilidade, que foi quando surgiu o fundo de garantia, então isso estava em efervescência; o pessoal falava em opção, mas na verdade não existia opção nenhuma, eles chegavam perto de você e diziam: "a partir de hoje você passa para o fundo de garantia ou vai demitido", essa era a opção. Existiu todo um movimento porque as pessoas não queriam perder nem a estabilidade nem o emprego. (...) Outro grande problema que estava existindo nesse momento, e que as pessoas começaram a tomar consciência, foi o grande número de acidentes de trabalho, porque não existia material de prevenção de acidentes<sup>66</sup>.

Em seu depoimento a Otávio Luiz Machado, Gilney fala da participação da CORRENTE em Contagem e discorre sobre a atuação de companheiros como Hércio Pereira Fortes e da própria Conceição Imaculada de Oliveira:

Na Greve de Contagem a Corrente teve um papel fundamental. Primeiro na eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. (...) Então, tudo começa com a nossa vitória na direção do sindicato e com um trabalho clandestino que nós fazíamos desde a retomada do movimento após o golpe. Particularmente 65, 66 e 67 teve o processo de reorganização. E então, nós fizemos todo o movimento. Nessa época nós tínhamos gente do Partidão e da AP (Ação Popular). A liderança maior era da AP, que nós colocamos na presidência. E ele foi cassado<sup>67</sup>. (...) E os nossos quadros meio Partidão e meio Corrente não eram conhecidos. Então, eles não foram cassados. Então, foi aí que nós colocamos um quadro que era ligado a gente na presidência e na secretaria, que era um cargo estratégico. Colocamos a Conceição Imaculada. Então, ali nós tínhamos uma influência muito grande no sindicato. E nós fizemos umas comissões de fábricas. Várias comissões de fábricas na Belgo e na Mannesman. Então, esse é um processo aonde a gente disputava com a POLOP (Organização Política [sic] Marxista – "Política Operária"), mas não tanto com a POLOP, mas com a divisão da POLOP,

---

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> Gilney refere-se a Ênio Seabra.

inicialmente com o POC (Partido Operário Comunista) e outros começamos a fazer um trabalho lá. Mas nós éramos uma força hegemônica. E na verdade a primeira greve se deu de dentro pra fora. Ela não se deu do sindicato para lá. Embora nós tivéssemos uma influência no sindicato, porque não tinha ambiente político para fazer uma greve no sindicato. E a greve foi dirigida pela comissão de fábrica da Belgo-Mineira. E nisso aí o Hércio Pereira Fortes teve um papel estratégico, porque nós deslocamos o Hércio de Ouro Preto para ser quadro da Corrente profissionalizado lá em Contagem na Cidade Industrial. Então, ele foi uma peça de articulação, de concepção. (...) Eu dava estrutura e apoio também, porque antes dele eu que dava assistência ao nosso comitê operário. Depois eu larguei na mão dele e continuei o que tinha necessidade de suporte. E foi uma coisa belíssima, porque nós inovamos muito antes de Osasco de como uma comissão de fábrica fez uma greve de dentro da fábrica e em plena fábrica. E inovou<sup>68</sup>.

Há um fator importantíssimo quanto a essa greve: ela não foi feita à revelia do sindicato, o que verdadeiramente houve foi uma manobra do sindicato para evitar a repressão, para parecer que a greve foi feita de dentro pra fora:

Trabalhamos de uma forma que o DOPS e a delegacia do trabalho não conseguiram ligar a greve com a diretoria do sindicato, apesar de toda a greve ter sido liderada comigo, eu fui pra dentro da Belgo Mineira, formei as comissões, (...) não houve intervenção no sindicato neste momento. Isso é março, e fomos trabalhando de março a outubro, porque a gente sabia que o embate de outubro ia ser terrível, o arrocho salarial era muito forte e a negociação a gente sabia que não ia ser fácil<sup>69</sup>.

O Sindicato dos Metalúrgicos sofreria intervenção apenas na greve de outubro. Essa é pouco falada porque durou apenas um dia e sofreu uma repressão muito intensa. A ditadura já tinha acumulado a experiência de duas greves no mesmo ano: a primeira, de abril, e a de Osasco, em julho, além de outras manifestações menores, mas não menos significativas, como a de 1º de maio, no centro de São Paulo, quando trabalhadores, na Praça da Sé, expulsaram do palanque o governador Abreu Sodré e saíram em passeata:

---

<sup>68</sup> O caso de Hércio Pereira Fortes (1948-1972) é significativo no sentido das relações entre operários e estudantes. Hércio foi um quadro estudantil da ALN que, antes de ingressar na Organização, dirigiu um jornal intitulado "1º de Maio", órgão da Corrente Revolucionária de Minas Gerais voltado para seu Comitê Operário. Segundo dados do **Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**, Hércio foi assassinado na tortura em 28 de janeiro de 1972, aos 24 anos de idade. Sobre ele diz Carlos Eugênio Paz em seu livro: "Um dos maiores quadros políticos da ALN, deslocou-se de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, onde foi preso em janeiro de 1972 e torturado até a morte. Componente da primeira Coordenação nacional, era uma das unanimidades da Organização. Sem ser um grande quadro militar, conseguiu ser admirado e respeitado por todos, quando os critérios de julgamento da época primavam pelo militarismo" (PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada. – Memórias Romanceadas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 223).

<sup>69</sup> Entrevista concedida à autora em 21/10/2006, em Belo Horizonte.

As grandes comemorações do Dia do Trabalho pertenciam a uma tradição extinta, mas ainda costumavam reunir-se alguns milhares de pessoas nos comícios da Praça da Sé. Na manhã de 1º de maio de 1968, as avaliações do público vão de seis a quinze mil. Não era um público comum. As organizações de esquerda consideraram insultuosa a presença do Governador Abreu Sodré, representante da ditadura militar, e decidiram escorraça-lo da praça. (...) No meio da massa, ativistas de organizações clandestinas ainda em circulação legal. Na primeira fila, frente ao palanque, o próprio Marquito, junto a companheiros da ALN. Assim que Abreu Sodré e membros do Governo subiram ao palanque, acompanhados de pelegos ministerialistas e sindicalistas do PCB, tiveram de recuar diante das pedradas. O Governador se retirou amparado por auxiliares, com pequeno ferimento nas testa, e se abrigou na catedral. Rompidos os cordões policiais, o palanque foi incendiado e destruído. Os trabalhadores saíram em passeata da Praça da Sé até a Praça da República, onde se improvisou um comício e Zequinha fez o discurso principal<sup>70</sup>.

Esse episódio representou uma vitória para os trabalhadores paulistas e elevou consideravelmente seus ânimos, o que contribuiu para a rápida eclosão da Greve de Osasco. Em junho começaram pequenas paralisações em algumas fábricas da Grande São Paulo e em 16 de julho a Cobrasma (a maior metalúrgica de Osasco) pára. A greve teve início quando um grupo de trabalhadores abandonaram a produção e tomaram 15 engenheiros como reféns. Outras fábricas próximas aderiram ao movimento que teve a coordenação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, cujo presidente era José Ibrahim. Embora a Cobrasma tivesse sido ocupada militarmente, no terceiro dia a greve já contava com 15 mil trabalhadores.

Protestava-se contra o arrocho salarial e a repressão ao movimento sindical. A greve geral não se consolidou e as reivindicações não foram atendidas. A diretoria do sindicato foi cassada, seus integrantes foram presos ou exilados.

Após essa greve, muitos operários foram jogados na clandestinidade e houve uma adesão em massa à guerrilha urbana, a maioria destes trabalhadores tendo integrado

---

<sup>70</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada**. Op. Cit., p. 156. Neste trecho, Gorender refere-se a Marquito e a Zequinha. Marquito é o militante da ALN Marco Antônio Brás de Carvalho e Zequinha é o militante da VPR José Campos Barreto, que viria a morrer no sertão baiano junto com Lamarca, em setembro de 1971. Também é significativo o caráter conciliador do PCB neste episódio, dividindo o palanque com um governador da ditadura. Essa postura do PCB, aliada à crítica aos grupos revolucionários armados, revelou-se uma estratégia deveras mal-sucedida, dado que após o desmantelamento desses grupos, a repressão se volta com toda a força contra ele.

a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); José Ibrahim já tinha ligação anterior com esse grupo. A VPR representou uma alternativa mais próxima porque estava materialmente presente em meio a essa repressão que se abateu sobre os participantes da greve, oferecendo-lhes todos os recursos possíveis; alguns de seus quadros militavam em Osasco desde o pré-64, na época da POLOP<sup>71</sup>, e a Organização, como um todo, era muito atuante no movimento de massas da cidade<sup>72</sup>.

### **3.2 - Expropriações, Ocupações de Fábricas e Propaganda Armada**

Dentro da perspectiva do que a Ação Libertadora Nacional chamava de "Movimento de Massas", a aproximação com o operariado, um de seus segmentos, se mostrou na prática em algumas ocasiões, embora tenha se tornado cada vez mais rara na medida em que a perseguição policial aos guerrilheiros se intensificou.

Nas ocasiões em que se voltou para os operários, a ALN buscava atingir essa classe por formas específicas, tais quais ocupações de fábricas, expropriação de patrões e propaganda armada. Essas ações objetivavam denunciar a política de exploração dos trabalhadores empreendida pela ditadura, promover uma aproximação dos guerrilheiros com o povo, apresentando a Organização como vanguarda de uma guerra revolucionária entre exploradores e explorados, patrões e empregados, e adquirir adeptos para a guerrilha.

As ações aqui descritas foram retiradas dos jornais da ALN **O Guerrilheiro**, **Venceremos** e **Guerrilha Operária**, que funcionavam como veículo interno, buscando informar os militantes, e como veículos externos na medida do possível, pois eram distribuídos durante ações em fábricas, escolas, bancos, e também passados de mão-em-mão.

---

<sup>71</sup> A VPR possui, em sua formação, militantes provenientes do racha da POLOP.

<sup>72</sup> Para maior aprofundamento sobre as greves de Contagem e Osasco, ver SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil**. Op. cit.

Em uma ação de expropriação em uma metalúrgica percebe-se a preocupação em conscientizar os operários, através de uma "preleção sobre a guerra do povo contra os exploradores":

Mangels: Às 13 horas do dia 10/2 passado, um comando revolucionário expropriou duas carabinas CBC Calibre 22, um revólver calibre 38, e Cr\$ 270.000,00, da metalúrgica norte-americana Mangels Industrial S/A, localizada a 500 metros do parque motomecanizado da 2ª região militar, localizada no Ipiranga. Durante a ação de expropriação, revolucionários componentes do comando fizeram uma preleção aos operários sobre a guerra do povo contra os exploradores<sup>73</sup>.

Ação mais ousada foi uma ocupação de fábrica, executada pela ALN em conjunto com o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)<sup>74</sup> - organização que possuía muitos quadros operários de destaque, a começar por seu maior dirigente, Devanir José de Carvalho. Ocuparam a fábrica e picharam palavras de ordem contra os patrões, explicando aos operários que a conquista de seus objetivos só é possível de armas na mão, através da guerrilha operária:

#### Expropriação na Aços Villares S/A

Dia 10 de março, um comando guerrilheiro composto de combatentes do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Ação Libertadora Nacional (ALN) invadiu e ocupou militarmente a fábrica Aços Villares S/A.

Executava-se assim mais uma expropriação de dinheiro, destinado à compra de armas e munições para a luta de libertação nacional. Os guerrilheiros picharam as paredes da fábrica com as frases: "abaixo os patrões, armemo-nos e lutemos".

Os operários que presenciaram a ação não foram imobilizados pelos guerrilheiros, que neles viram seus próprios companheiros de luta. Em ambiente fraternal foram explicados os objetivos da luta e ficou claro, pela reação favorável dos operários, que estes objetivos – luta dos pobres contra os ricos, dos operários contra os patrões, pelos trabalhadores no poder, pelas liberdades de reunião, de discussão e de greve, etc. – só serão atingidos se lutarmos de armas na mão<sup>75</sup>.

Essas expropriações tinham uma dupla função: obter fundos para a Organização e buscar uma proximidade com os trabalhadores através da propaganda. Ao se colocarem contra os patrões, os guerrilheiros da ALN também executaram ações

---

<sup>73</sup> Jornal **Venceremos** nº 1. Abril de 71, p. 5.

<sup>74</sup> Quando duas ou mais organizações se reuniam para executar ações constituía-se uma "Frente Revolucionária".

<sup>75</sup> Jornal **Venceremos** nº 2. Maio de 71, p. 3.

simbólicas, como essa de 1º de maio de 1971, em que invadiram um "restaurante da burguesia":

**Guerrilheiros tomaram restaurante da burguesia. Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil.**

Enquanto o ministro Barata dirigia versos melosos aos trabalhadores, guerrilheiros da Ação Libertadora Nacional (ALN) mostraram que 1º de maio é dia de guerra e não um dia de festas como querem os patrões. Nesta data o comando Marilena Vilas Boas (companheira morta sob torturas e que a repressão deu como morta num tiroteio na Guanabara) invadiu um restaurante dos grandes patrões: o Hungária. Desta maneira eles levaram a guerra aos patrões que esbanjam o dinheiro saído do suor dos operários em bebidas e farta comida, chegando a gastar um milhão numa só noite. Os burgueses parasitas foram empurrados para o fundo do restaurante e as metralhadoras dos guerrilheiros mostravam naquele instante que a burguesia está perdida nesta guerra que virá elimina-la como classe parasita e exploradora<sup>76</sup>.

Interessante é a consideração de que o 1º de maio é um dia de guerra revolucionária e não de festas, um recado indireto aos sindicatos pelegos e àqueles que tentavam desviar os trabalhadores de sua consciência de lutas, não obstante o fato de que o 1º de maio de 1968 ainda estava na memória.

A propaganda revolucionária ia ainda mais longe, estendendo a concepção de trabalhador para muito além do operário fabril, pois não era possível esquecer os favelados que executavam trabalho informal e grande número de desempregados que só fazia aumentar:

**Guerrilheiros em Vila Palmares**

No dia 17 de maio, às 10h. e 30 min., os guerrilheiros mostraram, sem deixar dúvidas, de que lado estão, e contra quem lutam, de armas na mão.

Nesse dia, um comando guerrilheiro tomou de assalto um caminhão distribuidor do Frigorífico Swift, em Santo André, e conduziu-o até a favela de Vila Palmares onde toda a carga do caminhão foi distribuída. Os guerrilheiros conversaram com os moradores da favela, explicando que só de armas na mão, é possível tomar algo dos grandes patrões, e que a revolução no Brasil vai fazer exatamente isso: expropriar os grandes capitalistas<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Jornal **Guerrilha Operária** nº1. Maio de 71, p.1. A descrição dessa mesma ação, com ligeiras modificações, está contida no jornal **Venceremos** nº 2, também de Maio de 71, sob a forma de editorial e com o título "Como os patrões esbanjam o dinheiro dos operário" (sic).

<sup>77</sup> Jornal **Guerrilha Operária** nº1. Maio de 71, p. 8.

A mesma ação, descrita com mais detalhes, está contida no jornal **Venceremos**, e, por neste veículo ser tratada de forma mais analítica, vale a pena reproduzir; segundo essa matéria foi explicado para os moradores, entre outras coisas, que "as ações armadas mostram o caminho da justiça e que as massas levarão o povo ao poder, para que ele próprio dirija seus destinos":

Às 10h45 do dia 17 de maio, dois guerrilheiros urbanos "fecharam" com um Volks o carro de entrega do frigorífico imperialista SWIFT. Imobilizaram o motorista e rumaram para Vila Palmares, favela operária do município de Santo André.

Os barracos são de madeira e lata. Grande número de crianças mal vestidas ou sêm roupa, visivelmente famintas. Os operários não estão nos casebres: durante o dia trabalham em calçamento de ruas, fábricas ou carregando cimento e areia em construções. Todos trabalham muito para receber um miserável salário-mínimo. Também há desempregados em Vila Palmares - e muitos. (...)

Os guerrilheiros enquanto conversavam distribuíam panfletos e pichavam o caminhão da SWIFT. Um bolo de mulheres conversava animadamente com a guerrilheira, que usava boina e portava uma sub-metralhadora.

Foi explicado para os moradores, entre outras coisas, o seguinte:

- que alimento, roupa, casa, ensino e saúde são bens criados pelo esforço e sofrimento dos trabalhadores e que, portanto, êstes bens devem estar ao alcance dos mesmos.
- que as ações armadas mostram o caminho da justiça e que as massas levarão o povo ao poder, para que êle próprio dirija seus destinos e use como melhor lhe convier as riquezas nacionais.
- que a guerrilha é o meio de unidade do povo, de emancipação, e de acabar com a exploração norteamericana; que a guerrilha é a consciência nacional<sup>78</sup>.

As greves, mesmo as que não tinham participação direta dos militantes revolucionários, também eram descritas nos jornais da ALN, seguindo-se o entendimento de que "greve também é guerrilha operária":

#### **Greves Operárias**

Operários metalúrgicos, químicos e da construção civil do Estado de São Paulo realizaram recentemente diversas greves com a finalidade de exigir o imediato pagamento dos salários atrasados.

Houve paralisação de trabalho por várias horas nas indústrias Goiana, Tamo, Marbraz e Tecnofim, até que os patrões pagassem os atrasados.

Na indústria Conspedra a greve durou dois dias, com os operários lutando pelo recebimento dos atrasados, exigindo reajuste salarial e a derrubada do arrocho. **GREVE TAMBÉM É GUERRILHA OPERÁRIA!**

---

<sup>78</sup> Jornal **Venceremos** nº 2. Maio de 71, p.14 (continuação p. 8).

No começo do ano, 1800 operários da firma Deodoro, na Guanabara, foram à greve para exigir o pagamento do 13º salário, que ainda não haviam recebido. Na mesma época entraram em greve os operários das indústrias Lenare, em Paracambi, exigindo o pagamento dos salários atrasados e a anulação da suspensão de um delegado sindical, imposta pelos patrões. Estas greves mostram a todos os operários o caminho a seguir em sua luta contra os patrões e a ditadura militar<sup>79</sup>.

Marighella teorizou sobre essa forma de luta e sua concepção ficou famosa entre seus liderados: “Os operários por sua vez, quando intensificarem as greves com ocupações de fábricas e seqüestros e patrões e gerentes, serão outra grande fonte de recrutamento para os grupos revolucionários armados”<sup>80</sup>.

Nesse sentido, eram comuns outras tentativas de popularização junto ao operariado: expropriar fábrica em dia de pagamento e levar os "vales"; assim, os patrões não poderiam controlar quanto cada empregado estava devendo e teriam que pagar integralmente o salário. Também ficaram famosos levantamentos em que se descobriam encarregados opressores e "dedos-duros"; estes levavam uma surra dos guerrilheiros, que adquiriam, assim, a simpatia de toda a fábrica.

### 3.3 - Guerrilha Operária: O jornal do guerrilheiro operário da ALN

#### **Venceremos saúda Guerrilha Operária**

Os editores e colaboradores de **Venceremos** saúdam entusiasticamente o surgimento de **Guerrilha Operária**, jornal do guerrilheiro operário para a classe operária e para todos os trabalhadores. A guerrilha une os trabalhadores, organiza-os e permite a sua participação na luta contra a exploração. Todo o apoio à **Guerrilha Operária!**<sup>81</sup>

O jornal **Guerrilha Operária** teve seu primeiro número publicado em maio de 1971 e não temos notícia de números posteriores. É uma fonte inédita<sup>82</sup> no que diz

---

<sup>79</sup> Jornal **Venceremos** nº 3. Junho de 71, p.5.

<sup>80</sup> MARIGHELLA, Carlos. **As perspectivas da Revolução Brasileira**. Mimeo.

<sup>81</sup> Jornal **Venceremos** nº 2. Maio de 71, p. 3.

<sup>82</sup> Este jornal foi encontrado há pouco tempo no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) pelo professor doutor Edson Teixeira, que gentilmente o cedeu para esta pesquisa. Em visita

respeito à história da Ação Libertadora Nacional e fundamental para este trabalho ao relacionar luta armada com movimento operário. A saudação do jornal **Venceremos**, expressa acima, não deixa dúvidas de que se tratava de um jornal da ALN, além de outras passagens - que aqui reproduziremos - que contém descrições de ações e palavras de ordem da Organização. Neste trabalho, nos deteremos a uma análise detalhada dele, pois

este jornal é feito com o dinheiro obtido em expropriações (assaltos como diriam os jornais dos patrões) realizadas por patriotas revolucionários. Esta é uma das razões pelas quais são feitas as expropriações (expropriações porque o dinheiro dos bancos e dos patrões pertence ao povo). Outras razões das expropriações são: comprar armas para a GUERRILHA OPERÁRIA e usadas [sic] lutas contra os militares; manter as famílias dos companheiros presos pelos carrascos da ditadura e as dos companheiros perdidos na luta; manter os companheiros procurados pela polícia, "os clandestinos", devido à sua luta.<sup>83</sup>

Observe-se que "Guerrilha Operária" não é apenas o nome do jornal, mas uma forma de luta. Fala-se em "comprar armas para a GUERRILHA OPERÁRIA", isto é, para a luta armada de resistência à ditadura e contra os patrões desempenhada pelos guerrilheiros operários (aqueles que já lutam) e pelos operários guerrilheiros (aqueles que viriam a ser recrutados). Assim se define a guerrilha operária:

Nós chamamos êste jornal de GUERRILHA OPERÁRIA porque esta é a forma de luta que os operários do mundo inteiro usam na sua luta contra a ditadura dos patrões e dos militares fascistas. Esta é a forma de luta que devemos empregar para derrotar o assôcho [sic] salarial, para termos melhores condições de trabalho e menos acidentes nas fábricas. Esta é a forma de luta para derrotar os pelegos nos sindicatos, para não sermos humilhados como na última campanha salarial em que tivemos um aumento de 20%, que não cobre nem o custo de vida.

Quando os operários de uma fábrica fazem uma greve e tomam a sua fábrica na luta pelos seus direitos êles fazem GUERRILHA OPERÁRIA; quando um operário se organiza dentro de uma fábrica com os seus colegas para discutir êste jornal ou as condições da fábrica, ou quando ele coloca num muro, com um pedaço de giz ou carvão, uma palavra de ordem (que pode ser por exemplo GUERRILHA OPERÁRIA DERROTA O ARRÔCHO), ele está

---

posterior a este Arquivo, encontrei outros documentos reveladores, como a publicação chilena **Teoria y Prática de ALN en 1971**, também utilizada neste trabalho, e um documento escrito pelo militante Iuri Xavier Pereira. Grande parte dos jornais da ALN aqui utilizados também são provenientes deste acervo.

<sup>83</sup> Jornal **Guerrilha Operária** nº1. Maio de 71, p. 2.

fazendo a GUERRILHA OPERÁRIA tanto quanto um grupo de patriotas que toma de assalto um quartel para tirar armas<sup>84</sup>.

Fazer guerrilha operária, portanto, significa também uma atuação destacada dentro das fábricas e dos sindicatos, forma de luta que num primeiro momento havia sido preterida e desacreditada pelos partidários da luta armada, afinal, como estar no sindicato se ele sofreu intervenção e está dominado por pelegos a serviço da ditadura? Como atuar nas fábricas sob a pena de perder o emprego e ser denunciado como comunista e agitador? Utilizando como veículo este jornal, então, a proposta da ALN passa por um convite à atuação de muitos operários a partir de suas próprias formas de luta, tradicionais, se voltando para as fábricas e sindicatos, o que expressa uma tentativa de aproximação das massas.

Entretanto, os operários também são convidados a empunhar armas, o que fica claro num artigo deste jornal intitulado "Primeiro de maio operário":

Os patrões declararam guerra contra todos aqueles que lutam contra a fome, a miséria e a exploração. Nessa guerra, os patrões usam as armas de seu exército e os nossos protestos são abafados pelas metralhadoras da polícia. Por isso, pegamos em armas para lutar de igual para igual pelos nossos direitos, contra o arrôcho salarial, contra a lei de greve e contra a ditadura dos patrões<sup>85</sup>.

Este artigo cita inclusive a questão da guerra de guerrilhas, e vale também pela representação que os guerrilheiros fazem do 1º de maio, colocando-o como um dia de luto, pelos companheiros que tombaram, mas também como um dia de guerra, em que mais uma vez fica claro o convite à luta armada (uma luta política), que vai muito além da luta economicista expressa na atuação de muitos sindicatos:

O 1º de maio para nós é dia de luto e de guerra.  
É dia de luto pela morte de todos os operários que deram a vida pela causa do povo, como DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO, VIRGÍLIO GOMES DA SILVA E OLAVO HANSEN<sup>86</sup>, entre muitos outros.

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 3. Grifo nosso.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 6. Grifo nosso

<sup>86</sup> Devanir José de Carvalho, natural de Minas Gerais, dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), operário, atuou junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando de greves operárias pelas reformas de base antes de se integrar à luta armada, morto sob

É dia de guerra porque a única forma de vencermos a luta justa dos trabalhadores é a Guerra Revolucionária: A Guerra de Guerrilhas. É a sabotagem nas fábricas, a expropriação do dinheiros dos grandes patrões, é a astúcia e a iniciativa<sup>87</sup>.

O jornal define seu público-alvo da seguinte forma:

Êste jornal se destina a todos os operários. É um jornal de luta dos operários contra os patrões e a ditadura. É um jornal de luta pela melhoria das condições dos operários.

Este jornal é feito por operários que já lutam contra os patrões<sup>88</sup> e que querem unir a todos os operários na sua luta contra a exploração; os operários que não lutam porque não sabem o caminho, os que já lutam mas ainda estão sozinhos, enfim unir a todos os operários que ainda não chegaram na idade de se renderem<sup>89</sup>.

E expressa seu objetivo, o programa da Ação Libertadora Nacional para a classe operária:

Nosso objetivo é promover a união da classe operária em torno da GUERRILHA OPERÁRIA, que é a luta de todos pela derrubada da opressão, do arrôcho salarial, a luta de todos contra a ditadura dos patrões e militares pela libertação nacional<sup>90</sup>.

"O Brasil vai bem, mas os operários vão mal". Este é um título muito representativo de outra matéria contida neste número, que fala da perda do poder de compra dos trabalhadores na ditadura, contrariando o discurso do presidente Médici de que "o governo da revolução é um governo preocupado com a sorte dos trabalhadores e o seu bem estar, presente e futuro". Mas como o governo estava preocupado com a sorte dos trabalhadores se tortura operários e intervém em sindicatos? O texto continua, utilizando dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

---

tortura em 1971, aos 28 anos. Olavo Hansen, natural de São Paulo, dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), integrou ativamente a posição sindical metalúrgica porque o Sindicato dos Metalúrgicos estava sob intervenção do governo, preso em 1º de maio de 1970 durante comemoração do Dia do Trabalho, foi torturado e morto pela repressão, com envenenamento por inseticida, aos 32 anos. Virgílio Gomes da Silva, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), sobre ele será falado mais detalhadamente no próximo tópico.

<sup>87</sup> Jornal **Guerrilha Operária** nº 1. Op. cit., p. 6.

<sup>88</sup> Grifo nosso. A expressão "operários que já lutam" pode ser entendida como uma referência aos guerrilheiros.

<sup>89</sup> Jornal **Guerrilha Operária** nº 1. Op. cit., p. 2.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 3.

Sócioeconômicos), não os "números enganosos e manipuláveis das estatísticas oficiais". Portanto, se "em 1965 o trabalhador com 1H. e 18 minutos de trabalho podia comprar pão já em 1969, êle necessitava 2H. e 27 minutos". Eis a reprodução da tabela contida no jornal<sup>91</sup>:

Mercadorias	1965	1969
PÃO .....	1h e 18 min.	2h e 27 min
ARROZ .....	1h e 15 min.	1h e 47 min
FEIJÃO .....	1h e 35 min.	3h e 19 min
MACARRÃO .....	2h e 49 min.	3h e 04 min
BATATA .....	1h e 16 min.	1h e 34 min
LEITE .....	0h e 43 min.	0h e 45 min
CARNE .....	4h e 24 min.	5h e 54 min
TOMATE.....	0h e 56 min.	1h e 05 min
BANANA .....	0h e 32 min.	0h e 52 min
LARANJA .....	0h e 51 min.	1h e 33 min
CAFÉ .....	1h e 01 min.	2h e 35 min
LIMÃO .....	1h e 31 min.	2h e 12 min
ALUGUEL .....	273h e 40 min.	407h e 50 min
GAZ ENGARRAFADO .....	9h e 28 min.	12h e 12 min

Este número de "Guerrilha Operária" traz ainda outros artigos, como os que tratam de duas ações de expropriação: "Guerrilheiros tomaram restaurante da burguesia" e "Guerrilheiros em Vila Palmares", descritas em tópico anterior. Há também uma discussão sobre a pena de morte "para os <<subversivos>>, isto é, os que lutam pela libertação e pela melhoria de vida dos trabalhadores, contra os privilégios dos patrões e dos militares fascistas espoliadores do povo brasileiro", intitulado "Pena de morte: quem não lutar, será poupado?". Um outro texto critica um projeto demagógico do governo que institui a previdência social no campo (o chamado Projeto-Impacto) e possui como título "O impacto é sobre nós!", uma referência ao fato de que quem financiaria o fundo destinado aos trabalhadores do campo seriam os operários da cidade através de uma parcela do imposto sindical que seria destinado para esse fim: "ao invés dos latifundiários, os grandes exploradores de camponeses, pagarem a farsa demagógica, serão os operários e trabalhadores da cidade que irão pagar", significando uma tentativa da ditadura de "jogar os operários contra os nossos companheiros do campo".

---

<sup>91</sup> Idem, p. 8.

Alguns militantes, aos quais mostrei este jornal, se mostraram surpresos. Poucos chegaram a conhecê-lo devido às condições de clandestinidade e até isolamento de alguns grupos dentro da Organização. Em maio de 1971, quando foi lançado, mais da metade da ALN estava presa ou no exterior. Se percebermos que este jornal teve pouca penetração entre seus próprios militantes - e não temos notícia de quantos números foram produzidos -, é certo que o mesmo acontece quanto ao público externo, isto é, os operários que visava alcançar. Entretanto, não podemos desprezar o "Guerrilha Operária" enquanto projeto, expressando a intenção da ALN de se voltar para o operariado através desse veículo e de trabalhar a imagem do "guerrilheiro operário".

A preocupação com os trabalhadores sempre existiu, mesmo nas extremas condições de clandestinidade, mas esse projeto específico se encaixa numa revisão de estratégias que os guerrilheiros começaram a promover nesse momento, tanto no Brasil como no exílio, com destaque para as discussões no Chile que deram origem à Tendência Leninista (TL):

Uma observação ainda que superficial da atual situação política do movimento revolucionário brasileiro evidencia de um modo gritante o total desligamento das massas dos diversos grupos armados que atuam no país. Para enfrentar essa situação desenvolvemos dentro da Ação Libertadora Nacional (ALN) uma luta interna cujo centro é a proposta para que a organização faça autocrítica profunda da sua política, da sua estrutura e dos seus métodos<sup>92</sup>.

Perceba-se que a tarefa de recrutamento e aproximação com a classe trabalhadora a partir da propaganda da guerrilha operária ia muito além do próprio jornal: "Junto com este jornal você está recebendo também alguns selos de propaganda revolucionária; é seu dever de operário revolucionário pregá-los nas fábricas e outros lugares onde existem operários".

Finalizando esta análise, não podemos deixar de apresentar as numerosas palavras de ordem expressas ao longo do jornal, o que reforça sua linha de atuação, seu

---

<sup>92</sup> SANTOS, José dos. **Uma autocrítica necessária (para discussão)**. Pela Tendência Leninista dentro da ALN. S/d. Mimeo. Esse documento, de conteúdo revelador pelas críticas que teceu à ALN, não é totalmente desconhecido pela militância, principalmente aquela do exílio chileno. Encontrei-o no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM); fazia parte do Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro e foi doado ao CEDEM pelo ex-militante da ALN Jose Luis del Roio.

vínculo com a luta armada guerrilheira da Ação Libertadora Nacional e sua inserção na sociedade:

- PELA UNIÃO DE TODOS OS OPERÁRIOS NA GUERRILHA!
- GUERRILHA OPERÁRIA DERROTA O ARRÔCHO!
- =DISCUTA ÊSTE JORNAL COM OS SEUS COMPANHEIROS=
- UNIÃO DOS OPERÁRIOS E CAMPONESES<sup>93</sup>!
- PELA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE E DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL
- PELA ANISTIA DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS
- PELA GUERRILHA OPERÁRIA
- OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL<sup>94</sup>!

### **3.4 - Os Guerrilheiros Operários: Alguns Perfis**

A proeminência dos estudantes na luta armada gerou um descrédito por parte de muitos quando iniciamos esta pesquisa, inclusive alguns militantes disseram não ter existido operários na Ação Libertadora Nacional: "um ou dois, no máximo, é o que você vai encontrar".

Ao longo deste capítulo, analisamos a questão operária dentro da ALN, comprovando que, além de uma preocupação teórica, existiam práticas guerrilheiras promovidas por trabalhadores e voltadas para a própria classe trabalhadora, como ocupações de fábricas e propaganda armada. A ALN foi representada em greves e

---

<sup>93</sup> O projeto da ALN de aliança operário-camponesa, conjugando a guerrilha urbana e a guerrilha rural, continua mantido, como se pode observar em parte de um texto deste jornal: "... nossa saída é lutar, lutar mais e mais, lutar de arma na mão junto com os companheiros do campo na causa da emancipação nacional" (p.6).

<sup>94</sup> Essa é uma das palavras de ordem mais utilizadas pela ALN, o que pode ser constatado em seus documentos, principalmente os jornais. Torna-se ainda mais interessante se constataremos o quanto esse "grito de guerra" pode ser irônico, pois faz parte do refrão do Hino da Independência (letra de Evaristo da Veiga e música de D. Pedro I) tão resguardado pelo Exército Brasileiro: "Brava gente brasileira! / Longe vá temor servil / Ou ficar a Pátria livre / Ou morrer pelo Brasil".

possuiu inclusive um projeto de guerrilha operária, traduzido em um jornal voltado para o guerrilheiro operário.

Agora, trabalhamos a trajetória de muitos desses operários que se tornaram guerrilheiros e passaram à história como guerrilheiros operários, traçando pequenas biografias através de entrevistas, documentos e referências encontradas em livros. Interessante foi descobrir que eram tantos que não foi possível contemplar todos os nomes. Cada perfil representa uma trajetória pessoal, um modo de ver a luta e uma contribuição importante à história da Ação Libertadora Nacional, da luta armada no Brasil e do período ditatorial como um todo. Inserir-los aqui é de fundamental importância, pois são mais uma evidência das relações entre luta armada e operariado na ALN, e por detrás dessas relações existiram nomes. Ei-los:

### **Cloves de Castro**

Natural de São Paulo, nascido em 18 de agosto de 1939, Cloves de Castro costuma dizer que possui duas trajetórias: uma de operário propriamente dito, metalúrgico e dirigente sindical, e outra de operário funcionário público, pois trabalhou no Departamento de Obras Públicas de São Paulo, primeiro como servente de obras, e posteriormente exercendo funções na secretaria. Sobre sua origem e militância, ele conta:

A minha família também é toda de origem operária, e comecei uma militância engajada a partir do final dos anos 50, quando fui para o Partido Comunista Brasileiro e fiquei até 1967/1968, quando rompemos com o PCB e fundamos o Agrupamento Comunista de São Paulo, que deu origem à ALN<sup>95</sup>.

Cloves participou de toda a luta interna dentro do Partido Comunista Brasileiro, e antes de pertencer ao Agrupamento Comunista de São Paulo, fazia parte do chamado **Grupo Zumbi**, que foi criado quando o comitê distrital da Saúde, com mais de 50 membros, se decidiu pela luta armada contra o caminho pacífico pregado pelo PCB. Assim, o Grupo Zumbi integrou o Agrupamento Comunista de São Paulo, foi parte significativa desse agrupamento que deu origem à ALN:

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

A luta interna dentro do PCB estava cada vez mais ganhando proporções maiores que exigia tomada de posições e, logicamente, eu estava identificado com a ala que dois anos depois romperia com o partido. É importante dizer que o Comitê Distrital do Bosque da Saúde, denominado Distrito Zumbi, teve fundamental importância nesse processo constituindo-se num foco de resistência pela mudança de rumos<sup>96</sup>.

Enquanto militante da ALN, atuava no setor de massas da Organização, que tinha como principal foco o operariado:

A nossa tarefa era organizar o apoio logístico, e foi muito importante esse trabalho: a possibilidade de guardar um companheiro, de guardar armas e algumas coisas que não podiam estar dentro de nossa casa (eu cheguei a ficar com quarenta caixas de dinamite na casa da minha avó, isso era loucura). Muitas pessoas estavam em células operárias, totalmente desligadas, e a nossa tarefa era refazer o contato<sup>97</sup>.

Estava adquirindo novas tarefas na Organização e se preparando para cair na clandestinidade quando foi preso em dezembro de 1969. Foi entregue por Hans Rudolph, militante que colaborou com a repressão e passou a ser conhecido delator junto com Otávio Ângelo; ambos foram responsáveis por muitas quedas dentro da ALN, entre as quais a de José Nonato Mendes, que descrevemos no tópico destinado a ele.

O cerco em torno de mim estava grande. Vários companheiros estavam caindo e eu estava a duro custo me mantendo numa semi-clandestinidade, trabalhando, tendo vida legal, mas me preparando para cair na clandestinidade porque não tinha mais jeito. Quem me abriu foi o Hans. O Hans vem de Cuba totalmente desbundado, e inclusive o comportamento dele lá foi muito ruim: não queria seguir a orientação dos cubanos, brigou com eles, cometeu delitos em Cuba. Terminou um curso de explosivos e veio totalmente desbundado, ele tinha que ser justificado, mas aí entra aquele lado pai do Toledo<sup>98</sup>, que coloca pano frio nas coisas; então, ele passou a dar cursos de explosivos, e inclusive eu participei de um desses cursos junto com companheiros de GTA. A essa altura eu já estava partindo para uma outra etapa dentro da ALN: estava fazendo curso de explosivos e curso de topografia de campanha, este dado por um grande companheiro, Agenor Machado, que não voltou para o Brasil; ele tem a patente de comandante em Cuba e participou da Revolução da Nicarágua. Voltando à minha situação, mais dia menos dia eu teria que abandonar o emprego<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Joaquim Câmara Ferreira

<sup>99</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

Cloves de Castro passou aproximadamente vinte dias na OBAN (Operação Bandeirantes)<sup>100</sup> sendo torturado, depois foi mandado para o DOPS/SP, lugar em que ficou preso com a base operária da ALN:

Eu estava na cela 5, junto com o Oswaldo Lourenço e o pessoal que era a nossa base operária: o João Domingos (da construção civil, já falecido), o Sampaio, o Zezinho (metalúrgico), o Juracy (alfaiate, o Profeta) e um velho armeiro, em cuja casa funcionou a fábrica de armas que o Otávio Ângelo abriu<sup>101</sup>.

Também passou pelo Presídio Tiradentes, permanecendo lá até agosto de 1970, quando foi transferido com um grupo de companheiros para o Carandiru. Solto em maio de 71, continuou a militância: "Na saída da prisão, alguns companheiros da ALN me passaram um ponto e dentro de dois meses eu já estava recontatado com a Organização"<sup>102</sup>.

Embora considere a forte repressão que assassinou e prendeu grande número de quadros, pondo fim às ações armadas entre 1974 e 1975, para ele a ALN continua a existir até o final dos anos 70, pois continuou atuando até esse período, através de contatos em vários estados. Pode-se depreender de seu discurso que a Ação Libertadora Nacional sobreviveu, mas passou a atuar sob outros métodos:

Continuamos com vários contatos, tinha um companheiro na Bahia, outro em Goiás, cheguei a estar dentro de fábrica organizando as oposições sindicais. Em 78 eu só não saio na chapa de oposição sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo porque nós estávamos processados; quem estava incurso na Lei de Segurança Nacional, pela legislação trabalhista não podia concorrer, mas eu fui coordenador dessa chapa. Nós fizemos até um filme (**Braços cruzados, Máquinas paradas**), participamos das greves de

---

<sup>100</sup> A OBAN (Operação Bandeirantes), criada oficialmente em 1 de julho de 1969, foi uma operação clandestina promovida pela colaboração de ricos empresários de São Paulo com o objetivo de comandar a repressão contra a guerrilha urbana. Em 1970 é incorporada pelos mecanismos institucionais da ditadura, tornando-se DOI-CODI (Departamento de Operações e Informação – Centro de Operações e Defesa Interna), com sede no II Exército, inspirando a criação dos mesmos organismos nas outras regiões militares do país. Cada estado passou a ter o seu DOI, subordinado ao CODI, que era o órgão central. Os DOI reuniam, sob um único comando, militares das três forças armadas e integrantes das Polícias Militares Estaduais, Polícia Civil e Federal. Nas entrevistas, nota-se a passagem de quase todos os militantes de São Paulo pela OBAN, e também pelo DOPS/SP ou DEOPS, como era conhecido o Departamento de Ordem Política e Social.

<sup>101</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

<sup>102</sup> Ibidem

São Paulo, a gente se mantinha, se organizava. Na oposição nós tínhamos várias correntes políticas. Eu era tido dentro da coordenação da oposição sindical como um cara da ALN, assim como tinha o pessoal do MR-8, como tinha o pessoal da AP Marxista-Leninista, como tinha o pessoal do PC do B e do Partidão também; o Partidão estava em todo lugar: estava junto com a oposição e junto com a pelegada. Depois das eleições sindicais de 78 é que as coisas se definem: o Partidão vai mesmo para dentro do sindicato, o MR-8 também vai para dentro do sindicato<sup>103</sup>.

Cloves também fala de quadros da ALN na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e descreve sua trajetória do início dos anos 80 até os dias de hoje. Continua no PT, fazendo oposição dentro do próprio Partido, e avalia toda a sua luta de forma muito positiva:

Continuei na oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Alguns companheiros têm uma visão – sobretudo os companheiros de São Bernardo – de que a luta da classe operária começou no ABC, eles pensam que são pioneiros. Eu mesmo ajudei a organizar várias oposições sindicais, viajei por Goiás ajudando a organizar oposições sindicais no campo; então, existe uma trajetória anterior muito importante, a história da classe trabalhadora não começou no ABC. Fiquei nessa luta até 83/84, depois não existiam mais condições de se estar dentro de uma fábrica.

Hoje eu estou no PT, continuo resistindo, participo de uma tendência dentro do PT que se chama Articulação de Esquerda. Precisamos fazer a disputa dentro do PT, não temos que sair do PT, temos que fazer a disputa dentro do partido...

Quem tinha que desbundar, desbundou. Saí muito preparado para me reintegrar, como me reintegrei, mas infelizmente, devido às quedas, não foi possível pôr em prática muitas coisas que tínhamos como perspectivas ao sair da cadeia. Mas no todo foi um processo bom<sup>104</sup>.

### **Conceição Imaculada de Oliveira**

Nascida em 12 de junho de 1946, no estado de Minas Gerais, operária metalúrgica, começou a trabalhar aos 16 anos e, aos 17, já era militante do Partido Comunista Brasileiro, em 1963, quando se iniciou sua conscientização política seguida do trabalho militante dentro da fábrica. Cinco anos depois, em agosto de 1967, integrou a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Pioneira, foi a primeira mulher a compor a direção da entidade, exercendo a função de 2º secretária.

---

<sup>103</sup> Ibidem.

<sup>104</sup> Ibidem.

Conceição lembra de muitos companheiros sendo presos à época do golpe e acompanhou de perto as discussões que levaram ao racha do PCB, tendo se posicionado, ao optar pela Corrente Revolucionária de Minas Gerais, contra antigos companheiros que inclusive a recrutaram para o Partido: "a Corrente me parecia a opção mais certa no momento", conta, e destaca que as diferenças eram apenas políticas, pois em momentos mais difíceis de repressão pôde contar com o apoio de membros do Partido que não racharam (acha impróprio e pejorativo o termo **Partidão**) e vice-versa.

Como integrava a direção do sindicato em 1968, participou ativamente da Greve de Contagem e tem muito a dizer sobre as estratégias de trabalho em fábrica das organizações da esquerda armada no período, como AP (Ação Popular), COLINA (Comandos de Libertação Nacional, um racha da POLOP) e Corrente/ALN, o que foi detalhado anteriormente. Sobre sua atuação:

Por que eu vou surgir com uma força no movimento operário? Porque os meus companheiros operários mais velhos, eles todos foram presos em 64, e mesmo depois que saíram da prisão eram vigiados o tempo todo. (...) Nós que éramos praticamente a juventude do Partido, nós fomos substituí-los, porque estávamos menos visados. Por exemplo, eu tinha mais liberdade de andar de uma fábrica para outra e a Polícia Federal não me acompanhava naquele primeiro momento, mas depois, quando eu vou para a diretoria do sindicato, eu começo a ser seguida vinte e quatro horas; antes de ser presa em 69 eu fui presa quatro ou cinco vezes para ficar no DOPS dois dias, vinte e quatro horas, algumas poucas horas nas primeiras vezes...<sup>105</sup>.

Sobre ter sido da Ação Libertadora Nacional: "Eu sou militante do Partido, vou para a Corrente e depois é que a Corrente se vincula à ALN". Quando seu irmão, também militante da ALN, Antônio José de Oliveira, foi preso num assalto a banco na cidade de Ibité, Conceição entra na clandestinidade. Foi presa em 09 de abril de 1969 e ganhou a liberdade apenas em janeiro de 1971, quando estava na lista dos 70 presos políticos trocados pelo embaixador sueco. Esta última prisão foi quando se constatou seu envolvimento com a esquerda armada, pois as outras detenções rápidas que vivenciara antes foram em um contexto em que a repressão não conseguia relacionar sua atividade sindical com uma atuação política mais radicalizada.

---

<sup>105</sup> Entrevista concedida à autora em 21/10/2006, em Belo Horizonte.

Foi banida para o Chile e lá trabalhou aproximadamente dez meses numa mina de cobre, seguindo para Cuba. Lá estudou na Escola de Medicina (cursou até o 3º ano) e começou a atuar no Movimento Sindical Internacional. Foi para o México em 1979, quando muitos companheiros estavam voltando do exílio, e permaneceu na Federação Sindical Mundial até 1987, quando volta para o Brasil.

Em nossa entrevista, Imaculada fala de sua condição de mulher, seja naquela época, seja nos dias de hoje, e solicita um destaque quando a este aspecto, o que será dado, principalmente porque é a única mulher desta relação de militantes operários. Com a palavra:

Fui a primeira mulher na direção do sindicato. Acho que é importante dar um destaque nisso, não por mim, mas para se pensar: por que as mulheres não chegam na direção dos partidos? Não é porque não exista mulher que se destaque. (...) Para mim é uma surpresa quando eu volto para o Brasil depois da legalidade e vejo tão poucas mulheres no movimento sindical, porque era muito forte a participação da mulher naquele período tão difícil. Seria bom ver por que os homens não deixaram as mulheres se destacarem e fazerem parte das direções, e por que isso até hoje. Acho que é uma coisa que deve ser cobrada. Agora mesmo eu vejo na campanha eleitoral o pessoal falando que as mulheres são mais de 51% dos eleitores e tem poucas candidatas, nenhum partido consegue colocar, e no sindicato eu também vejo isso: você tem hoje um número enorme de mulheres e você não vê as mulheres nas diretorias, e se vê está em cargo secundário, você não vê como presidente, tesoureira, os cargos de maior destaque. (...) Na ALN também, havia muitas mulheres nos grupos de ação direta, nos GTAs, mas quando você observa a direção mesmo, você tinha só os homens"<sup>106</sup>.

Sob o ponto de vista da repressão,

Conceição Imaculada de Olivera, codinome **Helena**, [estava] estruturada no Comitê Operário e no Setor de Expropriação (...); tomou parte em treinamentos de guerrilhas, entre eles na região do Pico do Itacolomi; aliciadora no meio operário; estava armada, quando presa; executava piquetes nas greves programadas pela organização"<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> Ibidem.

<sup>107</sup> Conceição consta de uma lista de 70 denunciados da Auditoria da 4º Circunscrição Judiciária Militar (Proc. Nº 15/70). Entre os denunciados constatamos que a maioria pertenceu à Corrente Revolucionária de Minas Gerais, mas é possível encontrar inclusive o nome de Joaquim Câmara Ferreira, que segundo o documento "foi quem, por ordem de Marighella, forneceu dinheiro, armas e munições e instruções aos elementos da CORRENTE, proporcionando o início das ações de expropriação e a onda de terror em Minas". Este documento nos foi gentilmente cedido por Lúcio Dias Nogueira, que "estruturado no 1º escalão da organização, dos que vivem exclusivamente para a Revolução Marxista; estruturado no setor de

Além de Antônio José de Oliveira, seus irmãos Efigênia Maria de Oliveira e Eustáquio Pinto de Oliveira também foram operários e militantes da Corrente/ALN. Eis os motivos, segundo a Auditoria da 4º Circunscrição Judiciária Militar, pelos quais foram denunciados:

Antônio José de Oliveira, "codinomes **Tonho** e **Lopes**, estruturado no comitê operário, viajava para a Organização, a fim de fazer levantamento de áreas próprias para guerrilhas e atividades da Organização; tomou parte em expropriação de bancos; militante do PCB desde 1964 até 1967, como diz, quando integrou-se na CORRENTE; expropriou firmas na capital; participou de treinamento de guerrilhas".

Efigênia Maria de Oliveira, "codinome **Santa**, uma das mais antigas militantes da organização, dirigia o Setor Operário; com o denunciados Gilney, Gilberto, Monir e Francisco<sup>108</sup> foram à Guanabara receber e receberam instruções, armas, munições e dinheiro, para o início das expropriações e da luta armada para a derrubada do Governo e do regime; transportou armas e munições, pelo Estado e na Capital; planejadora das ações de expropriação e aliciadora de elementos; antiga militante do PCB".

Eustáquio Pinto de Oliveira, "codinome Taque; estruturado no Comitê Operário; tomou parte em, pelo menos, cinco treinamentos de guerrilhas; furtou placas de automóveis, para serem usadas nos carros expropriados e utilizados nos assaltos a bancos".

### **Diomar Alves ("Pipira")**

Nascido em 22 de outubro de 1936, de origem humilde e pouco estudo, Diomar Alves, mais conhecido como "Pipira", começou a trabalhar como operário metalúrgico. Aos 24 anos, aproximadamente, já no início dos anos 60, passou a integrar os quadros do Partido Comunista Brasileiro como revolucionário profissional.

Entre suas atividades, visitava portas de fábricas para conscientizar operários e visitava alguns bairros com o objetivo de formar bases do Partido. Quando veio o golpe, estava na URSS junto com outros companheiros como Genésio Homem de Oliveira, numa época em que o Partido mandava para lá os melhores militantes a fim de estudarem para aprimorarem o conhecimento marxista e se fortalecerem

---

expropriações; tomou parte em várias expropriações na capital; (...) também estruturado no Setor de Armas e Explosivos; tomou parte em treinamentos de guerrilhas".

<sup>108</sup> Gilney Amorim Vianna, Gilberto Fernando Gomes de Faria, Monir Tahan Sab e Francisco Antônio de Souza Jorge.

ideologicamente. Chegaram no país comunista em começos de março de 1964 com o objetivo de fazer um curso de seis meses, mas, com a mudança radical de conjuntura proporcionada pelo golpe militar no Brasil, ficaram lá mais de um ano.

"Quando nós voltamos estava começando a luta interna: havia o grupo que queria partir para a revolução armada e o grupo que queria continuar no caminho pacífico. Eu cheguei a participar dessa luta interna"<sup>109</sup>. "Pipira", cujo apelido lhe foi atribuído pelos companheiros na União Soviética, optou pela luta armada e integrou o racha do Agrupamento Comunista de São Paulo. Após curta militância, conheceu o cárcere e a tortura:

Fui preso porque ajudei a guardar parte daquelas armas do Lamarca. Indiquei uma pessoa para guardá-las, essa pessoa caiu e me abriu. A Operação Bandeirantes pegou todas as armas. Fui preso em 08 de abril de 1970 e saí em 16 de abril de 1971. Fiquei uma semana na Operação Bandeirantes sendo torturado, direto<sup>110</sup>.

Quando saiu da prisão, Diomar Alves tentou fazer alguns contatos com a Organização, mas, ao perceber que ela estava se desmantelando, encerrou sua luta e optou pelo caminho religioso: após ter passado alguns anos no espiritismo, hoje é ativo membro da seita Cultura Racional.

### **Dorival Ferreira**

Segundo dados do Grupo Tortura Nunca Mais, esse militante da ALN nasceu em Osasco a 05 de novembro de 1932. Era mecânico. Casado e com filhos, foi morto aos 38 anos de idade, em São Paulo, quando no dia 02 de abril de 1970 agentes do DOI-CODI/SP invadiram sua casa, atirando. Dorival foi preso, certamente morto sob torturas, mas segundo a versão policial ele teria morrido em tiroteio com a polícia.

---

<sup>109</sup> Entrevista concedida à autora em 20/08/06, em São Paulo.

<sup>110</sup> Ibidem.

Dorival era líder operário em Osasco e membro ativo da oposição sindical dentro do Sindicato da Construção Civil. Participou da greve de Osasco, em 1968, mas não possuímos dados específicos acerca de sua atuação.

### **Genésio Homem de Oliveira**

Cearense, nascido em 07 de dezembro de 1924, saiu de sua terra natal em direção a São Paulo nos tempos da II Guerra, em 1944. Entrou no Partido Comunista Brasileiro pelas mãos do próprio Marighella: Genésio conheceu-o em 1946, no Rio de Janeiro, quando o líder comunista baiano assumiu o cargo de deputado federal. No ano seguinte estabeleceu contato com Joaquim Câmara Ferreira, quando este dirigia o jornal **Hoje**, órgão do PCB em São Paulo: "ele defendia muito os trabalhadores. Naquela época tínhamos grande admiração pelos jornais que defendiam os interesses da classe operária, as greves e passeatas. Então se destacava o jornal do Partido, no caso era o **Hoje e Notícias de Hoje**"<sup>111</sup>.

No final dos anos 50, passou um tempo de sua vida no Paraná, onde continuou atuando no PCB. Criou e presidiu uma entidade de defesa dos trabalhadores, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que congregava todas as categorias, desde trabalhador rural a operário metalúrgico: "criamos lá uma entidade que teve uma certa repercussão não só municipal como estadual e talvez até nacional, a União Geral dos Trabalhadores, da qual me orgulho de ter sido presidente, eleito na Câmara Municipal"<sup>112</sup>.

Em 1961, Genésio Homem de Oliveira comandou um enfrentamento armado de camponeses explorados contra jagunços de um fazendeiro da região de Paranavaí. Já nesse período o Partido constatou seu radicalismo e enviou-o, no início de 1964, para fazer um curso na União Soviética junto com outros militantes como Diomar Alves, incluído neste trabalho entre os perfis operários.

---

<sup>111</sup> Trecho retirado de uma entrevista que Genésio concedeu a Takao Amano, Carlos Eugênio Paz, Guiomar Silva Lopes e Maria Augusta de Oliveira Santos. Transcrição gentilmente cedida por seu filho, Carlos Henrique. Sem data.

<sup>112</sup> Ibidem.

Voltou da URSS em 1965 e começou a participar das discussões que levariam ao racha que compôs o Agrupamento Comunista de São Paulo, mas antes fez parte do Grupo Zumbi, ao lado de companheiros como Cloves de Castro<sup>113</sup>. Sobre a primeira reunião da ALN, Rabotti<sup>114</sup> conta:

O Toledo<sup>115</sup> foi lá no Bosque da Saúde e nos disse: "Olha companheiros, o negócio é muito sério, não é brincadeira, aquele que estiver de acordo muito bem, aquele que gosta de fazer determinada tarefa pode fazer também, aqueles que não gostarem, digam, não tem importância, é um direito falar. O negócio agora é pra valer, é guerrilha". Me lembro muito bem dessas palavras, fiquei muito empolgado e emocionado. Ele continuou: "Aquele que estiver de acordo com a luta armada, com a guerrilha, levante a mão". Eu levantei! Foi democrático. Me prontifiquei a fazer o que fosse preciso<sup>116</sup>.

Levado para o PCB pelas mãos de Marighella, como dito, também seguiu o líder quando ele saiu do Partido e fundou a ALN, desde o primeiro momento. Rabotti ficou conhecido na Organização por ter guardado as armas que Lamarca expropriou do Quartel de Quitaúna<sup>117</sup>:

Certo dia o Toledo me perguntou se eu poderia guardar um material, até então não sabia que material seria, e respondi que guardaria com muito prazer. Ele confiava muito em mim. Então aparece ele junto com Onofre Pinto<sup>118</sup> e o material me dizendo que eram as FALs, todas elas. (...) [Guarda-as] no mesmo quarto em que fechava Marighella e Toledo quando faziam reuniões. Permaneceram lá até eu receber ordem de entregar metade delas<sup>119</sup>.

---

<sup>113</sup> Ver explicação detalhada sobre o Grupo Zumbi na parte referente a Cloves de Castro.

<sup>114</sup> Rabotti era o nome de guerra de Genésio Homem de Oliveira. Esse nome é inspirado no termo *rabotnik*, que significa **trabalhador**, em russo. Destaque-se que *Rabotnik* (O Trabalhador) foi o nome de uma produção teórica não periódica, surgida no exterior da Rússia entre 1896 e 1899 em forma de coletânea de textos, organizada pela Liga dos Social-Democratas Russos e dirigido por Plekhanov. A iniciativa de publicação do *Rabotnik* foi, porém, de Lenin.

- Fonte: <http://valparaiso.indymedia.org/news/2005/08/4102.php> [Consulta realizada em 16/01/2006].

<sup>115</sup> Joaquim Câmara Ferreira, o segundo homem da ALN.

<sup>116</sup> Trecho retirado de uma entrevista que Genésio concedeu a Takao Amano, Carlos Eugênio Paz, Guiomar Silva Lopes e Maria Augusta de Oliveira Santos. Op.cit.

<sup>117</sup> A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) não tinha estrutura para guardar em local seguro as armas expropriadas por Lamarca e pediu ajuda à ALN. Essas armas foram, mais tarde, motivo de conflito entre os líderes das duas organizações: Marighella não se dispôs a devolvê-las em consideração aos riscos que a ALN enfrentou para guardá-las, mas depois de um acordo devolveu metade delas.

<sup>118</sup> Onofre Pinto, um dos líderes da VPR, militar como Carlos Lamarca, era ex-sargento do Exército. Consta da lista dos desaparecidos políticos. Desapareceu em julho de 1974, quando tentava entrar clandestinamente no Brasil com um grupo a fim de estabelecer um foco guerrilheiro. Um novo livro lança luzes sobre sua história, desvendando o fim trágico que Onofre levou: PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** 2.ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

<sup>119</sup> Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira reuniam-se constantemente no prédio em que trabalhava Genésio, pois o zelador reservava um quarto só para essas reuniões. Quanto às armas que ficaram com a

Não era um operário fabril, mas desde quando saiu do nordeste passou por vários empregos, tendo inclusive trabalhado no cais do porto do Rio de Janeiro por um curto período desempenhando as mais diversas atividades. Quando foi preso, era zelador de um edifício de classe média alta na rua São Carlos do Pinhal, região da Av. Paulista. Sobre a noite do dia em que foi preso, 04 de novembro de 1969, data do assassinato de Marighella, Genésio também deixou registro:

Noite de terror. Os trens da Sorocabana passavam em grande velocidade apitando. Uma grande quantidade de cães policiais latiam raivosos ao lado de nossas celas. Os tiras que se encontravam no andar superior, atiravam bombas sobre um pátio que ficava bem próximo a nós, eram tão fortes as explosões que dava a impressão de que as bombas estavam caindo sobre nós, e eles lá de cima gritavam: "tem mais bombas aqui seus terroristas". Enquanto isso outro batalhão de tiras, pulando e gritando no corredor que fica em frente às celas, festejavam e gritavam: "vitória, vitória, matamos Marighella". Estavam alucinados<sup>120</sup>.

Foi libertado em 23 de dezembro de 1970, pouco mais de um ano após ter sido preso e cinco meses após o nascimento de seu filho Carlos Henrique de Oliveira, que nasceu em julho de 70 e foi apresentado ao pai nas celas do DOPS. Carlos Henrique, cujo primeiro nome é uma homenagem a Marighella, é o caçula de cinco filhos do casal Genésio e Inês, tendo o primeiro filho, Luís Carlos (nome em homenagem a Prestes), falecido com pouco tempo de vida, vítima de erro médico.

Rabotti, antes de ser solto, também passou um período no presídio Tiradentes e lá conviveu, entre outros companheiros, com Oswaldo Lourenço, que sobre ele escreveu em seu livro:

Ele era o preso encarregado de servir o café da manhã, e de outras tarefas, tráfegando assim, o dia todo pelos corredores do DEOPS. Baixinho, truncado, lépido, ele também servia como nosso mensageiro, levando mensagens de um preso para outro. Nós o chamávamos de pombo-correio. (...) Ele era um veterano comunista e já estivera preso no tempo da ditadura Vargas. (...) No DEOPS, Genésio encontrou-se com Frei Tito<sup>121</sup>, cujas

---

ALN, ele retirou-as de sua casa e guardou com outro militante que mais tarde foi preso e as entregou para a repressão.

<sup>120</sup> OLIVEIRA, Genésio Homem de. Uma história dos porões da Ditadura. S/d. 11p. Mimeo. Texto gentilmente cedido por Eunício Cavalcante.

<sup>121</sup> Frei Tito era primo de Genésio e foi buscá-lo em casa, junto com a polícia, no dia 04 de novembro de 1969. Segundo seu filho Carlos Henrique, esse fato era reiteradamente contado por Genésio, o que também podemos ver em seu texto: "Ao chegar fiquei surpreso quando vi sentado no banco traseiro

informações foram a causa de sua prisão. O religioso chorava, mostrando-se inconsolável com o seu papel. Genésio, porém, sem nenhum ressentimento, procurava infundir ânimo a ele e aos demais dominicanos, segundo me contaram os companheiros de cela que já estavam presos na ocasião<sup>122</sup>.

Sofreu torturas tão brutais a ponto de ter dois de seus dedos, grudados por natureza, separados, mas se orgulhava de não ter aberto ninguém, e todos também o admiravam por isso. Percival de Souza, em **Autópsia do medo – Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**<sup>123</sup>, ao supor que ele teria falado demais na tortura, gerou a reação e solidariedade de 45 ex-presos políticos, signatários de um abaixo-assinado<sup>124</sup> enviado ao site Observatório da Imprensa, datado de fevereiro de 2001, que dizia, entre outras coisas: "Ao escrever que "falou e falou", o autor o configura como delator. Apreciação falsa, injusta, que resvala para o nível da calúnia. Sua refutação se faz necessária para que não venha a manchar a reputação de uma pessoa íntegra, merecedora do respeito e da estima de todos que com Genésio conviveram no cárcere e no decorrer dos anos de chumbo da recente história nacional".

Esse guerrilheiro operário, que felizmente sobreviveu ao cárcere, faleceu em 2002, de aneurisma cerebral, no dia 25 de abril. Revolucionário até a morte, deixou a vida no dia em que comemoramos a Revolução dos Cravos. Fica na memória, além de sua história, uma frase que ele gostava de repetir e que o caracteriza da melhor forma possível: "Os motivos de minha prisão? Ser comunista e pertencer à organização libertária Ação Libertadora Nacional"<sup>125</sup>.

---

também algemado o Frei Tito, meu primo, e que logo ia me dizendo: <<Genésio, você deve falar!>> Não sei de nada, respondi".

<sup>122</sup> LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. Op.cit., p. 204.

<sup>123</sup> SOUZA, Percival. **Autópsia do medo – Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Editora Globo, p. 224: "Mais gente para falar foi sendo presa – até Genésio Homem de Oliveira, o zelador de um prédio no jardim paulista, onde Marighella aparecia de vez em quando e onde foram escondidas algumas das armas expropriadas do 4º RI – além de ter escondido um cassado fuzileiro naval [o autor refere-se a Eunício Cavalcante, que foi preso na casa de Genésio]. Genésio falou e falou porque não suportou os choques, o pau-de-arara, as queimaduras, os socos e pontapés, as pauladas".

<sup>124</sup> Entre os que assinaram, destacamos nomes como Jacob Gorender, Alípio Freire, Elza Lobo, Celso Horta, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Luís Roberto Clauset, Takao Amano, Aton Fon Filho e Isaías Almada, pessoas da ALN e de outras organizações. Cópia deste documento cedida pelo filho Carlos Henrique.

<sup>125</sup> OLIVEIRA, Genésio Homem de. **Uma história dos porões da Ditadura**. Op. cit.

## **José Nonato Mendes**

Paraense, operário metalúrgico, José Nonato Mendes nasceu em 30 de julho de 1928. Foi militante do PCB e optou pela luta armada, aderindo à Ação Libertadora Nacional. Já em 1967 foi treinar guerrilha em Cuba, compondo o chamado 1º Exército da ALN:

Eu estava filiado à ALN, dirigida por Carlos Marighella – dissidente do PCB -, que tinha feito um acordo com Cuba para treinamento de guerrilha, pois a experiência revolucionária cubana era de muita importância para nós. Em fins de 1967 parti para Cuba com mais sete companheiros<sup>126</sup>.

Com pouco mais de um ano de treinamento, voltou ao Brasil e encontrou um país bastante diferente, com repressão muito mais intensa. Perdeu o contato com a Organização e voltou à produção como metalúrgico. Passado um tempo, conseguiu chegar a Joaquim Câmara Ferreira que o trouxe de volta à militância e às tarefas: Nonato passou a atuar em um grupo assistido por Agonalto Pacheco com a função de orientar a fabricação de explosivos, dado seu treinamento guerrilheiro.

Em junho de 1969 foi preso por Fleury na fábrica onde trabalhava. Foi descoberto um sítio de sua propriedade que já havia funcionado como aparelho da ALN utilizado em conjunto com a VPR para a guarda de armas; sucessivas prisões de pessoas que passaram por lá levaram o DEOPS até o seu nome. Na prisão, esse guerrilheiro operário teve um alento momentâneo: não sabiam de sua ligação com a guerrilha e muito menos de seu treinamento em Cuba: "Posso dizer que foi uma sorte ser preso como elemento filiado ao PCB, e que fazia agitação política distribuindo panfletos e jornais sob a orientação de Câmara Ferreira. (...) Percebi que não sabiam nada sobre meu treinamento em Cuba"<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> MENDES, José Nonato. Nossa luta não foi em vão. É a história. In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J. A. Granville (Orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura - Memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione, 1997, p.76. Este livro é composto por depoimentos de vários ex-presos políticos que passaram pelo presídio Tiradentes, que foram convidados, pelos organizadores do livro, a escreverem sobre suas experiências de militância e cadeia. José Nonato Mendes é um deles, e os trechos reproduzidos aqui foram escritos por ele.

<sup>127</sup> Ibidem, p.78.

Mais tarde, entretanto, esses fatos foram descobertos, e da pior forma possível: por delações de Otávio Ângelo e Hans Rudolph, identificados como colaboradores da repressão por muitos militantes da ALN, e José Nonato é mais um que confirma:

De volta ao presídio Tiradentes<sup>128</sup> soube das delações do Otávio e do Hans. Houve vacilações entre alguns companheiros, motivadas pela tortura, o que é compreensível. Mas outros, por pura traição ou fraqueza ideológica, se passavam para o lado inimigo, facilitando o trabalho dele. Com suas delações, tornaram-se responsáveis pela prisão e morte de muitos companheiros<sup>129</sup>.

Após mais de três anos de prisão, foi solto em agosto de 1972 e voltou exercer sua profissão de torneiro mecânico, o que faz até hoje. Sobre sua experiência, ele conta:

Não fui melhor nem pior do que os outros companheiros. Apesar do caminho difícil e áspero, trilhado pela luta social, entrei consciente nela. Não posso esconder a decepção por aquele ideal pelo qual lutamos com tanto empenho não ter tido, naquele momento, o êxito que esperávamos. Mas a nossa luta não foi em vão, ela não acabou. É a História: ela é feita de avanços e de recuos. Um dia a razão vence. É necessário a gente conhecer a verdadeira razão para melhor entender o processo histórico das lutas sociais<sup>130</sup>.

### **Marco Antônio Brás de Carvalho (Marquito)**

Nasceu em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 1939. Operário metalúrgico, chegou a trabalhar na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Comandante do primeiro Grupo Tático Armado (GTA) da ALN, participou de mais de quinze expropriações a banco, do assalto ao trem pagador Santos – Jundiá e do justicamento do capitão norte-americano Charles Chandler, em outubro de 1968.

Quanto às lutas desenvolvidas no seio da classe trabalhadora, destaque-se sua participação ativa no 1º de maio de 1968, episódio do boicote ao governador de São Paulo, Abreu Sodré, descrito anteriormente; também é registrada sua participação na

---

<sup>128</sup> Quando foi preso, Nonato foi para o DEOPS/SP. Depois foi mandado para o presídio Tiradentes e retirado de lá para ser torturado na OBAN quando foi delatado. Foi mandado de volta para o Tiradentes mais uma vez e lá ficou até ser solto.

<sup>129</sup> MENDES, José Nonato. Nossa luta não foi em vão. É a história. Op.cit., p.80.

<sup>130</sup> Ibidem, p.82.

greve de Osasco. Marquito – como era conhecido - foi morto aos 30 anos de idade, no dia 28 de janeiro de 1969, fuzilado em sua própria casa, que foi invadida por policiais do DOPS/SP. Foi o primeiro guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional a ser assassinado pela repressão.

### **Nilson Furtado**

Nilson, natural de São Paulo e membro atuante do Grupo Tortura Nunca Mais, tem muita história pra contar, mas longe do lugar comum que essa expressão representa. Talvez por sua atuação política até os dias de hoje se pautar pelo período que aqui estudamos, ele nos proporcionou uma entrevista bastante analítica, e o que nos resta a fazer é falar pouco ao tentar traçar seu perfil.

Nasceu em 16 de abril de 1943 e aos 14 anos começou a trabalhar em fábrica, onde tomou contato com o Partido Comunista Brasileiro. Perguntado se recrutava operários para o PCB, disse trabalhar a consciência política operária além da noção de partido:

[Recrutava operários] não exatamente para o PCB, mas para a consciência política dos problemas operários, da exploração a que eram submetidos, do arbítrio dos patrões e do governo de um modo geral, das leis esdrúxulas, como no caso da greve pelo 13º, que foi uma mobilização muito intensa que nós fizemos antecedendo o golpe, uma das maiores mobilizações grevistas. Nada se modifica a não ser politicamente, é isso o que melhora as condições de vida do povo e da sociedade de uma maneira geral, e o operário só obtém melhorias a partir de muita pressão e muita luta, a partir de muitas greves. Então, trabalhávamos o operariado nesse sentido, num sentido amplo, de não dizer para ele que era só o PCB em si ou só o fato de ele reivindicar salarialmente, mas fazê-lo entender que a reivindicação de salário era um formato da luta política contra o regime capitalista de exploração<sup>131</sup>.

Serviu ao Exército em 1962 e já nessa época previu o golpe:

Passei pelo serviço militar em 62, sou praticamente sargento do Exército, fiz curso de cabo; em 62 eu sentia que estavam armando uma reação muito violenta contra o sistema, na verdade uma contra-reação, porque já tinham feito a reação em 61, no golpe do Jânio Quadros; seriam

---

<sup>131</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

esses mesmos militares que depois concretizariam o golpe em 64. Quando eu servi, tinham aquelas greves e paralisações, e o Exército, a pretexto de conter essas mobilizações, preparava a tropa para uma reação golpista; tanto é que em 62 nós ocupamos todas as estações de trem de ponta a ponta da Santos-Jundiaí, exatamente como preparativo, prevendo, porque mobilizavam os soldados e os oficiais exatamente com esse intuito de manter acesa a mobilidade para em 64 configurarem o golpe<sup>132</sup>.

Ao sair do exército, no ano seguinte voltou para a fábrica e se ligou ao Sindicato dos Metalúrgicos. Vivenciou a implantação da ditadura e hoje é capaz de analisar profundamente como passou a se dar o trabalho no chão da fábrica no período pós-golpe e relembra a história de Olavo Hansen, operário como ele:

Era ligado [ao sindicato] através do PCB, mas não fui direção, sempre trabalhava na base, exercendo cargos de mobilização das comissões operárias, e ao mesmo tempo tentando levar essas reivindicações ao sindicato nesse período, porque após o AI-5 nem isso foi mais possível. Nessa época formamos uma oposição ao sindicato, à interventoria do sindicato, ou seja, fizemos um sindicato paralelo para enfrentar o sindicato oficial que estava sob domínio dessa interventoria; infelizmente, muitos companheiros do Partido participavam desse sindicato oficial, pois o interventor curiosamente era oriundo do Partido Comunista, então viram nele alguém que pudesse acompanhar toda a mobilização e obviamente delatar qualquer coisa que houvesse. Muitos companheiros foram detidos, expulsos do sindicato e em muitos casos mortos, como é o caso do Olavo Hansen. Ele era do sindicato e do PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), pregava a luta armada, inclusive, era um político nato, um elemento capaz de muita mobilização operária que estava sendo marcado desde o pós-golpe. Prenderam-no em uma manifestação no dia 1º de maio de 1970, torturaram-no até a morte e inventaram que ele tinha se suicidado com inseticida, como fizeram com todas as invencionices de mortes e assassinatos em tortura. Quando eu fui preso, em 17 de maio de 70, toda a tortura era aludida a isso: "Acabamos de matar um operário e você vai ser o segundo, pode estar certo que você não escapa". Fui preso pelo DOPS<sup>133</sup>.

Sobre sua participação na ALN, explica sua opção pela luta armada a partir do imobilismo do PCB diante do recrudescimento da ditadura. Enquanto guerrilheiro, fez questão de conciliar reação armada com ação política, nunca deixando de ter em vista o operariado, que correspondia ao setor de massas da Organização:

---

<sup>132</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

<sup>133</sup> Ibidem.

Quando houve a reunião de OLAS, em Cuba, a qual o Partido queria impedir a ida do Marighella, sentimos que o comitê central não estava disposto a enfrentar essa ditadura, sentimos que ele já estava acomodado a ela sem buscar uma resistência, fomos avaliando e vieram todas as discussões sobre a luta armada ou não. Em 68, com o AI-5, vimos que não havia mais saída, porque foi o golpe dentro do golpe, um verdadeiro golpe militar mesmo, excludente, de violência, de tudo, com a prisão subsequente inclusive dos próprios aliados golpistas, do Lacerda, do Juscelino e do próprio Marechal Teixeira Lott, que foi detido também para ser interrogado.

A partir desse momento, sentimos que não havia mais condições, que essa ditadura se implantava com toda a sua força, com toda a sua violência e com todo o seu arbítrio, então não tivemos outra alternativa a não ser buscar a reação armada e dar continuidade à ação política, porque uma coisa não pode se separar da outra, ação política é uma continuidade e ação armada é uma consequência, e foi uma consequência, pois até para distribuir um boletim de reivindicações operárias você corria risco de vida a partir do AI-5. Nos comícios relâmpagos político-operários que nós fazíamos, tinha que ter sempre uma cobertura armada em torno para qualquer reação (seja para reagir armado ou reagir saindo fora do cerco), pois até um guarda de esquina, qualquer guarda de fábrica, tinha o direito de chamar a polícia caso detectasse qualquer coisa suspeita politicamente<sup>134</sup>.

Foi preso em 70 e permaneceu na cadeia por dois anos. Sobre esse aspecto, Nilson nos conta sua experiência de uma forma singular e contundente:

Foi uma experiência inicialmente muito séria, muito grave, muito pesada, as torturas se deram por praticamente um mês seguido, depois novamente eu tive que voltar, pois às vezes um companheiro caía e citava a minha pessoa, então eu voltava para o DOPS para ser torturado novamente por causa desse companheiro que me citou e do qual eu não havia falado quando da minha prisão e daquela violência toda. Após um ano, eu ainda tive que retornar, e tenho uma lesão óssea até hoje por causa disso, um delegado veio para cima de mim gritando... "Seu desgraçado, você só fala mediante tortura e muita tortura mesmo, você vai morrer"... Mas ele não podia me matar porque eu já estava preso, minha família já me visitava, então ele começou a gritar histericamente, veio pra cima de mim, deu um soco no meu peito, eu bati na parede e caí. Eu só o escutei gritando: "Joga lá na solitária que eu vou matar ele". Fiquei uma semana na solitária e me mandaram de volta para o Tiradentes sem falar mais nada. De 65Kg que eu tinha, cheguei a pesar 52Kg, fiquei muito magro. Foram dois anos duros, mas dois anos muito bons também, porque de certa forma eu me aperfeiçoei politicamente, principalmente com as aulas do Gorender<sup>135</sup>...

---

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> Nilson refere-se a Jacob Gorender, colega de prisão e um dos fundadores do PCB (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Retomou sua vida política trabalhando nos movimentos de base, especialmente os de bairro, em que se juntou a outros companheiros; vivenciou a luta pela Anistia e pelas Diretas até a dissolução da ditadura:

Voltamos aos movimentos de base porque não podíamos reorganizar os companheiros nos moldes da ALN, isso era risco de vida total, apesar de que esse ressurgimento se deu em 77<sup>136</sup>, quando da convergência socialista, que foi a raiz do PT, de certa forma. Com essa luta nós conseguimos dar continuidade à luta contra o regime, mas de uma maneira mais popular até. Essa luta de bairro se fortaleceu cada vez mais com os companheiros que saíram das prisões e demos a continuidade - fomos enlaçando essas forças de resistência de uma maneira geral contra a ditadura. (...) Então, esse formato de luta nos foi empurrando pra frente até a Anistia, que deu um alívio um pouco maior pra gente. A partir da Anistia o empurrão foi maior para dissolver essa ditadura que já estava caindo aos pedaços. (...) Depois tudo foi se desenvolvendo até às Diretas Já e o fim definitivo dessa ditadura. Mas perdemos muitos companheiros nessa luta, uns por total violência sobre eles, outros por não terem uma estrutura ideológica suficiente e outros por não terem uma estrutura física mesmo. E minha luta hoje é no Grupo Tortura Nunca Mais<sup>137</sup>.

Idealista e coerente quanto às suas visões e vivências, Nilson Furtado ainda hoje opta pelo Socialismo:

Essa luta valeu a pena, fizemos com consciência total, lutei e luto pelo socialismo, que é o que eu considero o único regime saudável para a humanidade, e vejo o socialismo de uma forma mais atualizada hoje, não de uma forma tão esquemática como era naquele período nosso, porque os tempos mudaram e a gente não pode ficar parado, entendendo que, se for preciso, a gente retorna aos moldes daquela antiga luta<sup>138</sup>.

## **Oswaldo Lourenço**

Natural de Santos, Oswaldo Lourenço nasceu em 01 de março de 1925. Aos 18 anos começou a trabalhar como portuário e em pouco tempo tornou-se líder sindical da categoria. Suas lutas mais significativas começaram a ser travadas no início dos anos 60, quando era secretário sindical do Comitê Municipal do PCB em sua cidade natal. Em seu livro, **Companheiros de Viagem**, além de traçar sua biografia, Oswaldo Lourenço

---

<sup>136</sup> Cloves de Castro também comenta este aspecto em sua entrevista, das relações entre a ALN e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)

<sup>137</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

<sup>138</sup> Ibidem.

escreve sobre todas as mobilizações do início dessa década, com destaque para a greve da paridade e a criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), que é também lembrada por Raphael Martinelli em sua entrevista. Com a palavra, Oswaldo lembra da referida greve:

Em setembro de 1960, começou no Rio o chamado "movimento da paridade" destinado a conseguir a paridade de salários entre o pessoal civil e militar. O movimento, rapidamente espalhado para alguns outros estados, resultou numa greve vitoriosa de mais de 400 mil pessoas, empregadas no setor de transporte: marítimos, portuários, ferroviários, aviários. Em Santos, a greve recebeu a mais ampla adesão dos sindicatos da orla. Nasceu assim o PUA, cuja existência decorreu intimamente ligada com a USOMS<sup>139</sup>.

Oswaldo lembra que a CGT teve sua origem no Comando Geral de Greve, também criado durante a greve da paridade. A USOMS foi a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos, entidade que ele dirigiu assim como o Fórum Sindical de Debates (FSD), que congregava trabalhadores de toda a Baixada Santista.

Em agosto de 1961, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, participou do movimento que paralisou parcialmente os serviços do porto de Santos com o objetivo de forçar a posse de João Goulart na Presidência da República. Em 1962 foi eleito deputado federal mas foi cassado antes da posse: a Justiça Eleitoral sustou a diplomação de todos os candidatos comprovadamente comunistas. Documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), reproduzido em seu livro, diz que "durante o ano de 63, [Oswaldo Lourenço] foi <<elemento de proa>> na deflagração de inúmeros movimentos paredistas na Baixada Santista"<sup>140</sup>.

Com o golpe, Oswaldo foi destituído do cargo de Secretário do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários. Racha com o PCB em 1967 para fundar a ALN e explica sua opção da seguinte forma:

Formado dentro dos postulados do marxismo-leninismo, eu sempre pensara a luta revolucionária como subordinada ao trabalho de um partido de vanguarda das massas. Fora disso, qualquer tentativa de movimento armado seria considerado por mim, fazendo uso do jargão comunista, uma simples "aventura".

---

<sup>139</sup> LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. Op.cit., p.111.

<sup>140</sup> LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. Op.cit., p.29.

A apatia do PCB, porém, me levou a reconsiderar minhas idéias. Quando se nega ao povo o direito à luta legal pela sua melhoria, o que resta senão o confronto direto?<sup>141</sup>

O SNI também registra que Oswaldo Lourenço "foi integrante do <<Setor de Massas da ALN>>, vinculado ao Sub-Sector Operário"<sup>142</sup>, e que era "o responsável pelo aliciamento de dirigentes de sindicatos para arregimentação das <<massas sindicalizadas>>"<sup>143</sup>. Assim ele descreve sua atuação: "Coube-me a função de estabelecer contatos na área sindical. Estava subordinado ao Setor de Massas da organização. Fazia freqüentes reuniões com líderes sindicais e operários, recorrendo aos mais diversos lugares"<sup>144</sup>.

Foi preso no início dos anos 70. Passou pelo DEOPS e pelo presídio Tiradentes, de onde ganhou a liberdade em 71 e retomou sua vida, sem nenhum contato com antigos companheiros. Entretanto, prenderam-no novamente em 1974, e dessa vez Lourenço foi seqüestrado por torturadores que queriam mais detalhes sobre sua participação no PCB, pois, segundo os policiais, havia "caído" muitas pessoas que apontaram o envolvimento do líder sindical em atos subversivos.

No início dos anos 80, começou a trabalhar na organização de movimentos de aposentados e hoje, aos 82 anos, incansável, Oswaldo Lourenço preside o Sindicato dos Aposentados e Pensionistas Ferroviários e Demais Categorias do Estado de São Paulo (SINDAPFER). A luta dos aposentados será objeto do 2º volume de seu livro.

### **Raphael Martinelli**

Proveniente de uma família de ferroviários, foi o quinto dentre oito filhos (sete meninos e uma menina); seu irmão mais velho e seus dois irmãos mais novos trabalharam na ferrovia. Nasceu em São Paulo, em 24 de outubro de 1924, no bairro

---

<sup>141</sup> LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. Op.cit., p.183.

<sup>142</sup> LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. Op.cit., p.32.

<sup>143</sup> Ibidem.

<sup>144</sup> LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. Op.cit., p.194.

operário da Lapa, que cresceu em função das estradas de ferro e das oficinas que abrigavam aproximadamente 3000 operários.

Seguindo o destino do pai e dos três irmãos, tornou-se ferroviário aos 15 anos, quando foi trabalhar na São Paulo Railway Company. Serviu ao exército em 46 e saiu no ano seguinte, durante o governo Dutra, quando começou sua vida sindical e os contatos mais estreitos com o Partido Comunista Brasileiro. A lembrança de sua primeira greve data de 1949:

A direção da ferrovia resolveu nos equiparar (éramos CLT) a funcionário público; tentou cortar nossa hora extra, por exemplo, e então houve uma greve em 1949. Essa greve não deu certo porque foi contra o Sindicato pelego; não houve organização: alguns setores da ferrovia pararam, enquanto outros continuaram trabalhando, um descontrole; a polícia entrou batendo e arrebatando com a gente, foram 253 companheiros para a rua, toda a liderança, e a maioria comuna. (...) A partir de 1949 é que começou minha luta mesmo, porque eu fiquei na ferrovia, não fui dispensado. Já em 1950 estava participando ativamente porque fui um dos poucos comunistas que ficaram na ferrovia, a ligação com os companheiros dirigentes do partido passou a ser por meu intermédio"<sup>145</sup>.

Começa a ter participação ativa no movimento sindical no início da década de 50, quando ganha a eleição como tesoureiro na chapa de oposição ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo:

A minha vida sindical começou então em 1952, para transformar aquilo que era pelego, ainda mais porque a chapa que derrotamos tinha policial, pelego e até gente ligado ao peronismo. Perón tinha uma penetração incrível, tipo Getúlio na Argentina, e tinha peronista aqui e no Rio de Janeiro. Logo em 1953 fizemos uma greve nacional contra a carestia, trezentos mil, paramos tudo em São Paulo"<sup>146</sup>.

Nessa época, Martinelli era quadro de destaque do Partido Comunista Brasileiro e figura significativa no sentido de fazê-lo ocupar os espaços perdidos no movimento operário em decorrência da linha que adotara durante o governo Dutra, de afastamento dos sindicatos. Assim, descreve sua atuação partidária e as orientações que seguia:

Você só entra no Partido porque é o que vai transformar, vai acabar com a exploração, e, quando o operário adere, ele atua mesmo, o intelectual

---

<sup>145</sup> Entrevista concedida à autora em 22/04/06, em São Paulo.

<sup>146</sup> Ibidem.

não. Você analisa por aí. Os quadros passavam por curso, você sabia quem era o inimigo de classe e como tratar com ele na área sindical. O quadro comunista tinha que ser o melhor operário, deveria ter liderança mesmo, tinha que ser um bom marido e um bom filho, um quadro tinha que dar exemplo, tinha que ter estrutura moral para poder liderar. A linha do Partido foi a seguinte: tínhamos que lutar para derrotar todos os pelegos na área sindical<sup>147</sup>.

Morou no Rio de Janeiro entre 1959 e 1964, quando presidiu a Federação Nacional dos Ferroviários e participou de todas as grandes greves do início dos anos 60, como a Greve da Paridade, em que os marítimos, portuários e ferroviários reivindicavam equiparação do aumento salarial com os militares; dessa greve resultou o PUA (Pacto de Unidade e Ação), e Raphael Martinelli foi um de seus fundadores.

Quando do golpe, teve seus direitos políticos cassados pelo prazo de dez anos no primeiro Ato Institucional da ditadura, datado de 09 de abril de 1964. Trabalhava na Rede Ferroviária Federal S.A. e foi demitido. Nesse Ato, o nome de Martinelli figurou ao lado de outros como Prestes, João Goulart, Celso Furtado e Oswaldo Pacheco, este último sindicalista entre os portuários de Santos.

O líder dos ferroviários viveu na clandestinidade por 3 anos e em 1967 foi um dos fundadores da ALN ao lado de outros líderes operários como Rolando Frati, Agonalto Pacheco e Oswaldo Lourenço. Entre suas principais ações enquanto guerrilheiro destacamos o levantamento que fez para a ação do assalto ao trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, na qual trabalhava, embora discordasse dos rumos que a Organização estava tomando:

A nossa área ferroviária ficou brigada mais ou menos um ano com a ALN, pois essa questão de GTA, de fazer assalto e o que bem entendesse não era a nossa posição inicial. A gente recrutava a juventude e em quinze dias já estavam assaltando banco, eu não concordava com isso. Nós discutíamos, e o problema do assalto ao trem pagador foi uma dessas discussões: não adianta assaltar bancos e colocar quadros de 18 ou 20 anos para morrer, se leva mais de 20 anos para criar um quadro; então, não se pode entregar um jovem antes que ele entenda toda a luta, isso não é aventura. Essa questão nós discutíamos na área ferroviária, achávamos que tínhamos que dar o exemplo de ação política, mas quanto ao assalto fizemos todo o estudo da ferrovia, de como era o pagamento, como o trem saía, como parava, fizemos o levantamento completo e entregamos para o grupo que ia fazer o serviço<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> Ibidem.

<sup>148</sup> Ibidem.

Ficou preso entre abril de 70 e agosto de 73, período em que passou pela OBAN, DOPS/SP, presídio Tiradentes e Hipódromo da Mooca. O cárcere não foi suficiente para conter sua trajetória política: Martinelli foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual atua até os dias de hoje. Com uma sólida e ininterrupta vida de lutas, também foi fundador e é atual presidente do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. Sobre sua experiência na guerrilha, conclui: "Eu sempre fui da ALN, até hoje sou da ALN. Eu sou fundador da ALN, embora os princípios que defendia não tenham sido aplicados"<sup>149</sup>.

### **Virgílio Gomes da Silva**

Possuindo como principal nome de guerra **Jonas**, foi um dos quadros operários de maior destaque da ALN. Nascido em 15 de agosto de 1933, no Rio Grande do Norte, Virgílio Gomes da Silva chegou em São Paulo no início dos anos 50. Os registros das suas primeiras atividades políticas são de 1957, quando trabalhava como operário da Nitroquímica<sup>150</sup> e aderiu ao Partido Comunista Brasileiro.

Foi dirigente do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo e ativo participante das greves do início dos anos 60, sendo inclusive baleado em 1962 quando participava de uma manifestação pelo 13º salário. Nas mobilizações de 1963, chegou a liderar 3000 operários.

Com o golpe, exilou-se no Uruguai por um curto período, logo retornando ao Brasil. Foi um dos primeiros a aderir ao Agrupamento Comunista de São Paulo e integrou o 1º Exército da ALN, tendo sido mandado para Cuba ainda em 1967. Retornou em 1968 e assumiu o comando do Grupo Tático Armado de São Paulo com a morte de seu primeiro comandante, Marco Antônio Brás de Carvalho (Marquito). Liderou a ação do seqüestro do embaixador americano e foi preso no dia 29 de setembro de 1969, menos de um mês após a ação, morrendo sob bárbaras torturas.

---

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> Empresa pertencente ao Grupo Votorantim.

Como sua prisão e morte não foram reconhecidas pela ditadura, Jonas transformou-se no primeiro desaparecido político brasileiro. Quando, em 1997, o filme **O que é isso companheiro** apresentou-o de forma injusta, como um militante frio e bruto, muitos que o conheceram se levantaram em sua defesa, a ponto de dizerem que o guerrilheiro Jonas vivenciou duas mortes: a morte imposta pela repressão e a morte que tentaram provocar de sua memória e dignidade.

Muitos atos de desagravo tomaram a imprensa, e a coletânea dos artigos e entrevistas criticando a visão conciliadora e preconceituosa do filme gerou um livro chamado **Versões e ficções: o seqüestro da história**, lançado pela Fundação Perseu Abramo. Este livro conta com a contribuição de professores como Marcelo Ridenti e Emir Sader e militantes como Alípio Freire e Celso Horta, que foi o último a ver Virgílio Gomes da Silva vivo, na sala de torturas.

Sim, Virgílio era um operário, não partilhava das mesmas questões intelectuais dos estudantes que pareciam protagonizar a guerrilha, mas não era nenhum néscio como o filme supôs, e sua grandeza pessoal era inquestionável. Sobre isso, eis fala imensamente sensata de Franklin Martins, que foi seu companheiro no seqüestro de Charles Elbrick:

Era um homem valente e determinado, tranqüilo e atento, entusiasmado mas com os pés no chão. Tudo bem: ele não havia lido Gramsci e Lukács, provavelmente não amava os Beatles e os Rolling Stones e não freqüentava as sessões de cinema de vanguarda do Paissandu ou do Belas Artes. Não tinha a sofisticação intelectual de outros guerrilheiros. Mas em matéria de estatura pessoal, condição moral e experiência de vida, não ficava a dever nada a nenhum deles<sup>151</sup>.

Citamos ainda outros guerrilheiros operários os quais não foi possível reconstituir a história, mas é indispensável lembrar seus nomes:

**Rolando Frati:** líder operário em Santos, foi membro do Comitê Central do PCB e um dos fundadores da ALN e de um de seus rachas, a Tendência Leninista. **Oswaldo Pacheco:** sindicalista de destaque, líder dos estivadores em Santos; mesmo havendo

---

<sup>151</sup> MARTINS, Franklin. As duas mortes de Jonas. In: Versões e ficções: o seqüestro da história. São Paulo: Perseu Abramo, 1997, p. 119-120.

controvérsias sobre se foi ou não da ALN, seu nome figura aqui pelo maior número de respostas positivas. **Agonalto Pacheco**<sup>152</sup>: irmão de Oswaldo Pacheco; fundador da ALN, estava entre os quinze presos libertos no seqüestro do embaixador americano; treinou guerrilha em Cuba. **Francisco Gomes da Silva**: metalúrgico, irmão de Virgílio Gomes da Silva; participou da ação do trem pagador. **Denílson Luís de Oliveira**: sapateiro.

Há ainda muitos que foram da Corrente/ALN e cujos nomes foram cedidos pela ex-militante Margot de Alvarenga Araújo. Ei-los: **Geraldo Clemente Soares, Geraldo Moreira da Silva, Jadir de Olivera Isidoro, Joaquim Antônio da Fonseca, José Alfredo, José Natalino Magalhães, Matias Gomes Barbosa e Degule de Freitas Castro.**

Os jornais da ALN também fazem referência a alguns operários, sejam aqueles pertencentes à Organização, sejam àqueles que lutavam em conjunto na Frente Armada<sup>153</sup>, como Devanir José de Carvalho, dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT):

Foram assassinados pela ditadura três companheiros revolucionários que lutaram pela libertação nacional e contra a exploração dos ricos: Devanir, Roky e Reis.

Devanir: operário, caiu quando foi emboscado por mais de 30 tiras, 30 tiras contra um só homem.

Roky: operário, foi emboscado por 20 a 30 tiras que não lhe deram nenhuma oportunidade de defesa.

Reis: tipógrafo, foi emboscado quando chegava em casa, por vários tiras que assassinaram-no friamente<sup>154</sup>.

---

<sup>152</sup> Algonalto é a grafia correta de seu nome, embora em vários escritos apareça como Argonauta.

<sup>153</sup> A Frente Armada era quando duas ou mais organizações se reuniam para realizar ações de maior envergadura. Com o aumento brutal da repressão, a atuação em Frente passou a ser prática corrente de quase toda as siglas.

<sup>154</sup> Jornal **Venceremos** nº 2. Maio de 71.

## Capítulo IV

### "1º de maio é dia de luto e de luta": A Questão Operária em conflito

"A única coisa em que eu creio é que nós temos que ter a suficiente capacidade de destruir todas as opiniões contrárias baseados em argumentos, ou, se não, deixar que todas as opiniões se expressem. Opinião que temos que destruir com pancada é opinião que tem vantagem sobre nós". (Che Guevara)

Mesmo considerando que as armas não fazem parte da tradição operária brasileira, constatamos que um grupo de trabalhadores pegou em armas dentro da Ação Libertadora Nacional, e quando falamos em guerrilheiros operários não nos referimos necessariamente a trabalhadores fabris. Segundo levantamento de Ridenti<sup>155</sup>, entre os quadros da ALN apenas 14,8% correspondiam a "trabalhadores manuais urbanos" (o equivalente a 68 processados por envolvimento com esta Organização em um total de 458, segundo dados do BNM). Esse conceito é explicado em seu trabalho da seguinte forma:

nem todos os enquadrados nessa rubrica foram operários no sentido usualmente dado ao termo, isto é, de trabalhadores blue collar, imediatamente produtivo, empregado nas indústrias; por isso, evitou-se a classificação desse grupo ocupacional como "operário". Contudo, muitos dos classificados como "trabalhadores manuais urbanos" provavelmente eram operários, a julgar pela denominação da maioria das profissões listadas nos processos, como as de apontadores de produção, caldeiros, ferramenteiros, funileiros etc<sup>156</sup>.

Nesse passo, as camadas médias intelectualizadas correspondiam a 55,7% da organização (255 militantes processados), recrutadas para as fileiras da Ação Libertadora Nacional em maior número que outras classes sociais:

A ALN foi a organização guerrilheira mais destacada nos anos 60, encontrando bases nos mais diversos setores sociais, por obra sobretudo, da liderança de Carlos Marighella, que, ao deixar o PCB, levou consigo grande parte da seção do Partido em São Paulo, pela qual ele era o responsável. Logo encontraria também adesões em todo o território nacional, onde o nome Marighella era muito popular pela combatividade e liderança exercida nos tempos do PCB. No decorrer do processo armado, entretanto, não resta dúvida de que a atuação da ALN passou a atrair sobretudo estudantes e

<sup>155</sup> Ver tabela com levantamento completo sobre a ALN em Anexo I

<sup>156</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Op.cit., p. 166.

trabalhadores intelectuais, que compuseram mais de 55% dos processados da organização<sup>157</sup>.

O movimento operário sofreu duros golpes desde os primeiros momentos da ditadura, com intervenção em sindicatos, repressões a greves, perseguições a líderes dos trabalhadores e não conseguiu mais se organizar de forma significativa até o momento em que se começou a ensaiar a abertura política. O movimento estudantil, ao contrário, se encontrou no auge de sua articulação política em 1968, fornecendo as bases para a luta no momento em que quase todos os grupos políticos se imergiam na luta armada. Na ALN não foi diferente: os operários que estavam em suas fileiras eram oriundos, em sua maioria, do racha do PCB em São Paulo, embora outros tenham sido recrutados após esse momento para a execução de tarefas específicas porque a ALN tinha, como vimos, uma prática voltada para o operariado. Segundo o militante Paulo de Tarso Venceslau,

no momento de sua articulação, a ALN tinha muitos contatos no movimento operário, mas não tinha uma política que permitisse militância mais regular, como num partido. Acabou sendo absorvido o pessoal operário que se encaixou em determinadas estruturas, como produção de armas, informações sobre pagamento da fábrica, etc<sup>158</sup>.

Em referência a este depoimento, Ridenti segue em seu texto destacando a importância do setor operário na Organização e comprovando que o número desses trabalhadores pode se elevar dependendo do tipo de análise empreendida:

(...) a ALN sempre manteve um setor operário, em grande parte levado por Marighella para a organização, logo depois da ruptura com o PCB. "Chegou um momento em que a rede de apoio de classe média – que era maioria – estava profundamente atingida, e foi o setor operário que acabou sustentando a organização, segundo Venceslau. Os dados estatísticos apontam 68 "trabalhadores manuais urbanos" acusados de pertencerem à ALN (14,8% dos processados da organização), número que se elevaria a 168 (36,6%), em sendo computados também os "autônomos", "empregados" e "técnicos médios"<sup>159</sup>.

Não negamos a consagrada e predominante presença dos estudantes na Ação Libertadora Nacional e em todas as organizações que estiveram envolvidas no processo

---

<sup>157</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>158</sup> Entrevista concedida a Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti. In: RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Op. cit., p. 169.

<sup>159</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Op. cit., p. 169.

de luta armada urbana no Brasil, mas esses mesmos dados evidenciam a presença operária em número significativo, muito maior que o suposto pela maioria dos estudos outrora desenvolvidos sobre este tema.

Em entrevista ao semanário francês *Front*, às vésperas de sua morte, Marighella reconhece a limitação da participação operária em detrimento da participação dos estudantes. Uma das principais questões que se levantava é que, se um operário fosse preso, sua família ficaria desamparada, enquanto intelectuais e estudantes teriam maior suporte. Porém, Marighella sugere formas de luta – como sabotar máquinas, fabricar armas em segredo e destruir material – para aqueles que não podiam assumir um enfrentamento mais direto contra a ditadura:

(...) se os operários ocuparem as fábricas, estarão armados de antemão. Aliás, é assim que vejo a conjunção da guerrilha urbana e do movimento de massa. Aliás, os operários podem muito bem sabotar as máquinas, fabricar armas em segredo, destruir material. Para homens casados, pais de família, é a única forma de guerrilha atualmente possível<sup>160</sup>.

As lutas meramente economicistas e a atuação no chão da fábrica deixaram de representar alternativas para o guerrilheiro operário, pois, como escrevera o ex-militante Ottoni Fernandes Júnior, "quando optamos pelo caminho da luta armada, fomos para o subterrâneo da política. Abandonamos as formas legais de luta e nos colocamos à margem da lei"<sup>161</sup>.

Com todas as dificuldades impostas pela repressão, era necessário o recrutamento de novos militantes para a sobrevivência da Organização, entre os quais militantes operários. Conceição Imaculada de Oliveira, após confirmar, em sua entrevista, que a ALN tinha uma prática de recrutamento de operários, disse que entende o método de atuação da ALN no movimento operário - em especial na greve de Contagem - como uma herança do Partido Comunista:

---

<sup>160</sup> "O Brasil será um novo Vietnã". In: CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984, p. 66. Neste livro, o autor dedica uma parte à ALN, com transcrição de alguns documentos seus e de Marighella. Observe-se que o fato desta organização estar inserida num livro com este título é significativo, mostra que as relações entre luta armada e movimento operário através da Ação Libertadora Nacional são reconhecidas.

<sup>161</sup> FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. **O Baú do Guerrilheiro - Memórias da luta armada urbana no Brasil**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2004, p.86.

A ALN herda a experiência e a metodologia do Partido, porque sabe combinar o trabalho clandestino com o trabalho legal, e as outras organizações não tinham essa vivência antes. Quem tinha um pouco era o pessoal da POLOP, que foi uma organização mais de classe média, da área de intelectuais, de estudantes (mais tarde eles vão ter trabalho no movimento operário, mas o início deles era mais intelectualizado). O pessoal da Ação Popular trabalha primeiramente com a noção de trabalho legal, aberto, eles vão ter uma atuação muito forte no movimento estudantil, mesmo no movimento operário, mas através das organizações de igreja (da JUC, da JOC); quando vai passando final de 68, 69, é quando eles aderem ao maoísmo e começam a mudar um pouco, mas eles tinham essa dificuldade de combinar o clandestino com o legal. Nós da ALN não, porque tínhamos a experiência do Partido Comunista, que sempre trabalhou com a coisa clandestina e legal ao mesmo tempo. É muito importante que se diga que o movimento operário brasileiro foi todo construído pelo Partido Comunista, na sua imensa maioria, claro que tem um papel grande do PTB, do pessoal brizolista, mas a imensa maioria dos quadros, dos principais dirigentes sindicais, do trabalho mais combativo... era oriundo do PCB<sup>162</sup>.

Assim como Conceição, Cloves de Castro confirma o recrutamento de operários para a ALN: "Sim, nós recrutávamos. Tivemos um monte de companheiros operários que foram recrutados para a ALN, foram para Cuba, voltaram e se integraram na luta armada"<sup>163</sup>. Nilson Furtado nos oferece uma noção de como se organizavam:

(...) a ALN se dividia por setor: setor da coordenação operária, que era o meu caso, setor da coordenação estudantil... Existiam essas divisões, com representação regional e nacional. Essa divisão do setor operário se aliava com os comerciantes, com os bancários, com tudo o que se podia classificar como operário, pequenos industriais e até mesmo grandes industriais (estes como forma de apoio). Na medida em que fomos nos unindo ao setor estudantil é que se fortaleceu a ALN ao ponto de ela ter condições numéricas de quadros para organizar os GTAs (Grupos Táticos Armados)<sup>164</sup>.

E de como se desenvolvia as tarefas de agitação e propaganda para a conquista de novos quadros:

Atuávamos com um método o mais seguro possível, para não haver risco de prisão ou de morte, espalhando panfletos noturnamente, que colocávamos nos portões das fábricas em passagens de operários, ou ficávamos num lugar bem estratégico que pudesse aglutinar muitos operários

---

<sup>162</sup> Entrevista concedida à autora em 21/10/2006, em Belo Horizonte.

<sup>163</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

e sob qualquer reação já saíamos fora da área. Trabalhávamos nesses formatos de agitação e propaganda, como os comícios-relâmpago<sup>165</sup>.

"Para se falar em luta armada no Brasil não se pode deixar de falar na luta social, na luta operária. A gente tem que começar por aí, a luta do Partido Comunista"<sup>166</sup>, dissera o ex-militante Eunício Cavalcante, associando a luta da ALN com a sua gênese no PCB. Para alguns ex-militantes, a relação entre o Partido Comunista e a ALN transcende o racha desta última: segundo Carlos Guilherme de Mendonça Penafiel, "a ALN via a questão do trabalhador da maneira mais PC possível"<sup>167</sup>.

Sobre a real penetração dos trabalhadores na ALN, temos visões as mais distintas possíveis, que variam de acordo com a origem e as vivências de cada militante. Rômulo Noronha, por exemplo, admite que existiam operários na ALN e cita o exemplo de Virgílio Gomes da Silva, mas era um militante de classe média e destaca o papel desse setor da sociedade na luta contra a tortura:

A classe média e outros setores da sociedade ficaram muito escandalizados com as torturas que sofremos na nossa prisão, com as torturas que passamos no cárcere, mas o mesmo pau de arara em que fomos pendurados, nossos avós escravos já estavam acostumados com ele. E que em qualquer delegacia de polícia, se a gente for hoje, a qualquer momento, vai ser o mesmo pau de arara, o mesmo choque elétrico, o mesmo afogamento, as mesmas técnicas e práticas de tortura, mas como foram com os diletos filhos da classe média criou-se todo aquele... Mas é claro que do ponto de vista político, de luta contra a tortura, de luta contra a violência, foi importante que esse setor da sociedade se mobilizasse contra esse tipo de prática<sup>168</sup>.

Outros militantes igualmente destacaram sua extração de classe e chegaram a considerar que praticamente não existiram operários na ALN, como Reinaldo Guarany, que escreve em seu livro: "Todos éramos de classe média. Qual o operário que teria a loucura-lucidez de se meter naquilo?"<sup>169</sup>. Este seu entendimento é próprio de alguém que

---

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Entrevista concedida à autora em 18/04/05, no Rio de Janeiro.

<sup>167</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/05, no Rio de Janeiro.

<sup>168</sup> Entrevista concedida à autora em 18/09/06, no Rio de Janeiro.

<sup>169</sup> GUANANY, Reinaldo. **A fuga**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 30.

atuou essencialmente no Rio de Janeiro, que não contou com uma base operária como em São Paulo:

Sou pequena-burguesia. Lembro de um operário dentro da ALN que tem uma história interessante: ele treinou em Cuba, voltou para o Brasil, foi preso, e a história que corre é que ele saiu da prisão, foi para uma favela e morreu em 74 em combate com a polícia já no tráfico de drogas. Lembro-me também de um pessoal de São Gonçalo que era operário, mas assim que nossas conversas progrediram no sentido das ações armadas, eles pularam fora dizendo: "Vocês são filhinhos de papai, qualquer coisa que haja com vocês a família segura, mas a gente tem que trabalhar, sustentar a família, não tem ninguém para segurar a gente". Nós os taxamos de desbundados, vacilões, etc. Aqui no Rio de Janeiro a militância da ALN era fundamentalmente a pequena burguesia; em São Paulo teve um componente operário que veio do Partidão com o Marighella<sup>170</sup>.

Compartilhando a mesma consideração de que os operários da ALN se concentravam em São Paulo, eis depoimento de Sérgio Granja:

A ALN tinha muito operário, lá em São Paulo os operários do Partido Comunista que vieram para a ALN, o pessoal de Santos por exemplo, os portuários, os estivadores tinham gente na ALN, inclusive o líder sindical lá de Santos que foi da direção da ALN, o Rolando Frati, por exemplo. Claro que tinha, tinha todo um trabalho do Partido nos setores sindicais de São Paulo e boa parte desse trabalho ficou com o Marighella<sup>171</sup>.

Cabe lembrar que Belo Horizonte foi outro grande reduto de operários, pois a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que deu origem à ALN no estado, contou com muitos trabalhadores em suas fileiras, desde servidores públicos a operários fabris da região de Contagem. Carlos Fayal, mesmo considerando o quanto era sólida a base operária paulista, não nega a existência de operários atuando na ALN no Rio de Janeiro:

A organização em São Paulo tinha uma base operária boa, eu inclusive fiquei lá guardado por esse pessoal, um grupo desses, de vários companheiros que eram operários mesmo, em vilas operárias que eu não sei onde eram porque não era pra saber, mas eu fiquei lá no esquema operário da ALN. Então você vê que era um esquema muito forte porque eu era muito queimado, muito procurado, e o Marighella me colocou no esquema operário lá porque confiava. (...) Nós [no Rio] tínhamos operários, mas não tínhamos uma estrutura operária, uma base. Marighella tinha. Mas nós enquanto grupo tínhamos contatos com pessoas que eram operários, mas aqui não existia uma

<sup>170</sup> Entrevista concedida à autora em 25/07/05, no Rio de Janeiro.

<sup>171</sup> Entrevista concedida à autora em 11/02/06, no Rio de Janeiro.

vila operária, uma fábrica em que a gente tivesse uma penetração, tínhamos apenas contatos. Em São Paulo tinha pela própria origem, pela própria estrutura do Partido. (...) Quando a gente propõe um recuo das ações era justamente para fazer um trabalho mais nessa área popular e operária<sup>172</sup>.

Militantes de outras organizações também reconhecem uma base operária significativa na ALN, como é o caso de Fernando Gabeira, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que, após a ação do seqüestro do embaixador americano, passou um tempo em São Paulo e ficou "guardado" pelo esquema operário da ALN. Ele conta em seu livro:

Fiquei sabendo que iria para São Paulo e gostei muito da idéia. A ALN tinha alguns contatos operários e não sabia exatamente o que fazer com eles no momento. O grosso de seus quadros estava concentrado no trabalho armado, preparação da guerrilha no campo e na realização de ações de logística na cidade. Nós, que falávamos tanto na necessidade de organizar os operários, na importância de São Paulo, por que não cuidávamos daquilo temporariamente?

(...) Quantos operários estavam envolvidos naquele trabalho? Era muito difícil precisar, pois nem todos os informes eram checados diretamente. Alguns tinham abandonado suas fábricas, por perseguição política, e tinham se profissionalizado também. (...) A ALN não destinava suficiente dinheiro para a frente de massas pois estava envolvida até a cabeça no trabalho de montagem do foco guerrilheiro<sup>173</sup>.

Mesmo contando com a solidariedade da Organização, que enfrentou muitos riscos para protegê-lo, Gabeira não a poupa de suas críticas, dizendo, como visto acima, que a ALN não sabia o que fazer com seus quadros operários e que não lhes destinava dinheiro suficiente por estar envolvida numa estratégia militarista. Entretanto, o afastamento das massas não era característica da ALN. As entrevistas e os documentos comprovam que esse distanciamento foi produto de um contexto, e não aconteceu apenas com a Ação Libertadora Nacional: as ações políticas e a estratégia ofensiva com que todos os grupos guerrilheiros vinham enfrentando a ditadura deram lugar às ações de sobrevivência e a uma estratégia defensiva.

---

<sup>172</sup> Entrevista concedida à autora em 16/01/06, no Rio de Janeiro.

<sup>173</sup> GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980, p. 139-141.

O jornal **O Guerrilheiro** nº 8, do último trimestre de 1972, mostra essa preocupação por parte dos militantes: o contexto de brutal repressão, que começaria a encaminhar o fim da própria Organização, coloca em questão "organizar as massas ou organizar a vanguarda", permitindo a seguinte pergunta: como se manter junto ao povo e ao mesmo tempo garantir a própria sobrevivência?

A repressão violenta que se abate sobre os trabalhadores, como seria de se esperar, dificulta bastante o nosso trabalho político, ainda mais que vem acompanhada de uma série de derrotas que nos foram infligidas no plano tático, e que diminuíram nossos vínculos com a massa<sup>174</sup>.

A aproximação com o operariado foi se tornando cada vez menor, principalmente porque este foi o grupo mais atingido pela repressão ditatorial. Os estudantes conseguiram se organizar mais rapidamente, mas o movimento operário sofreu golpes muito grandes e nunca mais foi o mesmo. Mas, com o aumento exponencial da repressão, nem mesmo os primeiros conseguiram se manter:

Os guerrilheiros estavam fechados num círculo de giz, cada vez menor. O trabalho de massas fora negligenciado. Não havia mais trabalho político no meio estudantil, onde as organizações de esquerda armada tiveram forte penetração. Não mantínhamos a menor presença entre os operários, onde a repressão batia forte desde o começo de 1964<sup>175</sup>.

Para as esquerdas, atingir o operariado era mais do que um projeto político, se devia também a uma visão romântica alimentada por seus militantes, e a ALN não fugia a essa rubrica. Segundo Francisco Mendes, as dificuldades de se trabalhar esse segmento depois de certo período, além das duras condições de clandestinidade, também se devem ao milagre econômico:

Eu acho que toda esquerda tinha um pouco a romantização da figura do operário, é claro que nós tivemos muitos operários que vieram para a ALN. (...) Agora, se você me disser que a maioria dos quadros de luta armada eram classe média, pequena burguesia, eu fecho contigo, ainda te digo mais: quando houve o milagre econômico, por um lado existia a barra pesada que era você tomar a decisão de enfrentar a ditadura - luta armada, vida

---

<sup>174</sup> Jornal **O Guerrilheiro** nº 8. Outubro/Novembro/Dezembro de 1972.

<sup>175</sup> FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. **O Baú do Guerrilheiro - Memórias da luta armada urbana no Brasil**. Op.cit., p.31.

clandestina, abandonar tudo; por outro lado a ditadura começou a afagar o bolso da classe média<sup>176</sup>.

Otoni Fernandes Júnior também confirma em seu livro a influência do milagre econômico como um dos fatores de isolamento entre os guerrilheiros e o povo:

Estávamos completamente isolados politicamente. Mesmo os setores de classe média que nos apoiavam estavam se deixando seduzir pelos prazeres do milagre econômico. Mas não era só isso. A verdade era que a esquerda armada estava na rota errada. O voluntarismo, o desejo de fazer triunfar um novo mundo, sem opressão, mais justo, nos ocultava a realidade. Perdíamos a capacidade de analisar o mundo real. A política cedia lugar à ideologia. Não éramos capazes de interpretar a conjuntura, a situação real das forças políticas, representativas dos interesses das classes médias, como tínhamos aprendido nos manuais de materialismo histórico<sup>177</sup>

Porém, o milagre econômico não foi o único ponto de conflito que promoveu um afastamento da ALN em relação à classe operária. Otoni sugere que o voluntarismo, traduzido numa "pressa pequeno-burguesa", descaracterizou a Organização. Osvaldo Lourenço concorda nesse ponto e é contundente ao dizer que o resultado não foi conforme Marighella planejara, tendo a ALN destoado de seus princípios:

Nós éramos pra começar um trabalho no campo, e foram mandados companheiros para fazer esse trabalho. Não era para entrar na guerrilha urbana da maneira que acabamos entrando. Aquilo que Marighella pensava não deu certo. Não digo aventura, mas foi um tanto precipitado aquilo, mesmo porque nós não tínhamos quadros ainda suficientemente no meio operário para começar a dirigir<sup>178</sup>.

Esse aspecto é tão polêmico que o livro **A Revolução Impossível**<sup>179</sup>, de Luís Mir, sugere que os fundadores operários Rolando Frati, Agonalto Pacheco, Rafael Martinelli e Osvaldo Lourenço teriam criticado a proposta da ALN: a violência

---

<sup>176</sup> Entrevista realizada em 01/06/05, no Rio de Janeiro.

<sup>177</sup> FERNANDES JÚNIOR, Otoni. **O Baú do Guerrilheiro - Memórias da luta armada urbana no Brasil**. Op.cit., p.117.

<sup>178</sup> Entrevista concedida à autora em 19/08/06, em São Paulo.

<sup>179</sup> MIR, Luís. **A Revolução Impossível**. São Paulo: Editora Best-Seller, 1994

revolucionária defendida por Marighella cairia na vala do terrorismo<sup>180</sup>. Também sugere que Martinelli tenta a formação de um movimento paralelo ao tocado por Marighella: a organização de milícias operárias dentro das fábricas<sup>181</sup>. Martinelli, entretanto, nega esse fato em nossa entrevista: "Eu fiquei na ALN até o final"<sup>182</sup>, declara. Essa é apenas uma demonstração das muitas imprecisões em que este livro está mergulhado.

Embora esses fundadores não tenham rompido com a ALN (com a exceção de Rolando Frati, que no exílio racha e funda a Tendência Leninista), de fato existiu um conflito permeado pelo papel que os estudantes estavam desempenhando. Segundo Oswaldo Lourenço,

O volume da entrada de estudantes no movimento superou e muito a participação dos operários, da classe operária. Então, o estudante não tinha preparação para um tipo de luta dessa, porque os operários do Partido muito deles já haviam sofrido. No governo João Goulart, quando estourou o golpe, eu já estava com duas prisões preventivas, no próprio governo João Goulart. (...) Grande parte desses operários já tinham processos de greves, essas coisas, o estudante não tinha nada, eles não passaram por esse tipo de luta, de preparação, nada. Quando eles se viam frente à realidade perdiam todo o sonho de ser revolucionário e viram que a coisa não era assim tão fácil. Esse problema de fato existiu.

Segundo Nilson Furtado, a formatação da ALN era operário-estudantil, o que ocorria com praticamente todas as outras organizações:

Portanto, até 68 mantínhamos as reuniões, claro que de forma mais reservada, com uma atuação política muito intensa junto às fábricas, centros acadêmicos, foi a partir daí que houve essa aliança operária-estudantil na formatação da ALN, no meu caso e de todos os companheiros que tinham uma bagagem política, fazendo essa aproximação com o movimento estudantil e com profissionais liberais para a luta armada e mais propriamente para resistência à ditadura, num termo mais exato. Mesmo a VPR, que muita gente fala que era mais militarista, suas raízes também são essas. O único grupo que não teve raízes semelhantes à nossa foi a AP, mas a ALN, a VPR, a REDE (que foi um grupo pequeno comandado pelo Bacuri - Eduardo Leite), o PCBR, o COLINA (que surgiu em Minas), a VAR-Palmares, todos esses grupos, tiveram a mesma formação<sup>183</sup>.

---

<sup>180</sup> Cf. MIR, Luís. **A Revolução Impossível**. Op.cit, p.344.

<sup>181</sup> Cf. MIR, Luís. **A Revolução Impossível**. Op.cit., p.346.

<sup>182</sup> Entrevista concedida à autora em 22/04/06, em São Paulo.

<sup>183</sup> Entrevista concedida à autora em 21/04/06, em São Paulo.

No início, eram setores estanques, poderia se falar de um componente operário atuando em separado dos estudantes, mas com a escalada repressiva tudo passou a se concentrar no Grupo Tático Armado (GTA) em detrimento de um trabalho político:

O setor operário, quando se uniu ao setor político da ALN, passou a ter mais contato com a direção, com o Joaquim Câmara Ferreira, que era quem mais nos dava cobertura; até por intuição política, o Câmara gostava mais da nossa área. O Marighella tinha uma visão mais militarista e se apoiava mais no pessoal do GTA, no Takao Amano, Aton Fon Filho, Paulo de Tarso Venceslau, Manuel Cyrillo, no nosso querido operário Virgílio Gomes da Silva (que foi trucidado e morto, cujo irmão é o Chiquinho - Francisco Gomes). Então, nós fazíamos essa divisão de setores: primeiro, obviamente, agitação e propaganda, a busca de mais elementos, de mais companheiros para reforçar a ALN como um todo, sempre naquele sistema estanque, angariando simpatizantes (aquele que dá apoio logístico) e aqueles que eram oriundos de raízes mais profundas, tanto politicamente quanto ideologicamente - e até militarmente - para serem estimulados a irem para os GTAs; muitas vezes, antecipavam a entrada de pessoas nesse grupo de fogo: mal a gente sabia, já estava um companheiro no GTA sem que a gente tivesse dado consentimento político<sup>184</sup>.

"Foi um processo rápido, começamos a perder os melhores quadros operários, presos ou até mortos"<sup>185</sup>, dissera Oswaldo Lourenço, considerando que os quadros mais preparados, os operários que tinham longas experiências de luta (em sua maioria provenientes do PCB), quando começaram a "cair" cederam espaço aos estudantes, que eram maioria na Organização, e isso imprimiu outro perfil à ALN, que passou a se distanciar cada vez mais de suas origens.

Essa discussão é levantada no exílio e está na origem das cisões da ALN. Rolando Frati, líder operário e um dos fundadores da Ação Libertadora, junto com Agonalto Pacheco (também operário) e outros quadros funda a Tendência Leninista, que tinha como proposta fundamental resgatar os princípios do Agrupamento Comunista de São Paulo, em especial o trabalho com as massas:

(...) Propomos aos companheiros da organização um profundo processo autocrítico para responder o porque estamos isolados das massas, o porque não se desencadeou a guerrilha rural em 1969, como se havia anunciado, o porque sofremos perdas tão importantes como a de Marighella, Câmara Ferreira e outros heróicos combatentes, o porque temos hoje em dia nas

---

<sup>184</sup> Ibidem.

<sup>185</sup> Entrevista concedida à autora em 19/08/06, em São Paulo.

prisões centenas de militantes e milhares de aliados, o porque há um processo em curso não somente na ALN, mas em todas as organizações de uma crescente atomização em grupos e subgrupos em permanente luta, etc. Em nossa opinião a ALN necessita retomar, no fundamental, a linha política aprovada pelos comunistas de São Paulo, em sua conferência de abril de 1967, quando foi eleito para a direção do movimento o companheiro Carlos Marighella. Nessa oportunidade, os comunistas de São Paulo aprovaram a concepção marxista-leninista da revolução como obra das massas, deixando claro que a violência das classes dominantes expressa na ditadura militar fascista determina a via armada para a tomada do poder político. Na resolução da conferência se enfatizava o trabalho político com as massas, em especial com a classe operária das grandes empresas industriais, onde se deveria construir partido, sem o qual as tarefas da revolução não poderiam ser levadas adiante<sup>186</sup>.

A crítica aos estudantes, entendidos como "pequena burguesia radical", era implacável, e à sua "pressa pequeno-burguesa" eram imputados os erros da ALN que possibilitaram a guerrilha urbana caminhar para o seu fim:

A razão básica de nossos erros residiu fundamentalmente no desvio da linha aprovada nessa conferência. Cremos que isto ocorreu devido [entre outros fatores] (...) o enorme afluxo de elementos da pequena burguesia radical, notadamente de estudantes, para a organização<sup>187</sup>.

Nesse passo, convém refletir sobre a autocrítica do Reinaldo Guarany em sua entrevista: hoje considera que os companheiros da Tendência Leninista, tais como Rolando Frati e Ricardo Zarattini, estavam certos porque eram mais experientes, mas não foram ouvidos porque a ALN permaneceu no caminho voluntarista até os seus estertores:

(...) eu quero falar da Tendência Leninista, sobre a qual eu tenho uma profunda autocrítica a fazer, porque eram pessoas muito sérias, como o Zarattini e o Frati, que tinham muito mais experiência política do que a gente. Eles criaram a Tendência Leninista em Cuba e partiram diretamente para a divulgação, para o confronto com a ALN. Eles pregavam um rumo leninista, que a ALN voltasse a esse rumo, mas na época eu estava no Chile, não entendi e fui crítico. Eu tenho uma profunda autocrítica a fazer e, se algum dia eu estiver com o Zarattini, serei obrigado a me redimir com ele. Eu tive algumas conversas com os dois em que eles tentaram de uma maneira muito

---

<sup>186</sup> SANTOS, José dos. **Uma autocrítica necessária (para discussão)**. Pela Tendência Leninista dentro da ALN. S/d. Mimeo.

<sup>187</sup> Ibidem.

franca colocar suas críticas à ALN, mais porque a gente continuava naquele voluntarismo<sup>188</sup>.

A Tendência Leninista, assim como o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), surgiram com a proposta de se vincular ao trabalho com as massas, mas possuíam sérios desvios em relação à ALN. A TL, por exemplo, passou a preconizar um partido para conduzir a luta, mas esse aspecto nunca fez parte do entendimento da organização surgida em 67. Segundo Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins,

essa questão do proletariado, da visão leninista, isso não se colocava como uma questão política do ponto de vista imediato. O que se pretendia? Se pretendia levar a ação revolucionária para o campo. Se você pretendia levar a ação revolucionária para o campo e atacar como bandeira política o problema da terra, Marighella falava do Grupo Tático Móvel; o que se tinha mais interesse em termos de enraizamento social e preocupação era o campesinato, eram as bases rurais. O que o Marighella dizia era: "Nós queremos montar um exército revolucionário, nós não estamos num partido político". A ALN não era um partido político, ela não tinha esta intenção<sup>189</sup>.

Concluimos que a preocupação com o operariado na ALN era uma herança ligada ao Partido Comunista Brasileiro, no qual ela teve origem. Porém, adotou forma própria de lidar com essa questão, inserindo os trabalhadores num projeto de guerrilha operária. Marighella, por sua própria tradição militante junto à classe trabalhadora, também imprimiu caráter próprio à Organização, que a diferenciou dos outros rachas do PCB.

O afastamento das massas, vivenciado pela ALN em conjunto com todas as organizações guerrilheiras que atuavam no mesmo período, trouxe à tona críticas quanto a atuação dos estudantes, que eram esmagadora maioria entre os integrantes da luta armada. À sua "pressa pequeno-burguesa" era atribuída a situação de impasse que os guerrilheiros passaram a vivenciar com a intensificação da repressão. Entretanto, a existência de ações de propaganda armada em fábricas ou em bairros operários até o fim da ALN confirma que o isolamento dos militantes em relação ao povo não era completo,

---

<sup>188</sup> Entrevista concedida à autora em 25/07/05, no Rio de Janeiro.

<sup>189</sup> Entrevista concedida à autora em 30/11/2005, no Rio de Janeiro.

mas, de fato, as relações pretendidas entre ALN e trabalhadores foram muito maiores que as realmente estabelecidas.

A discussão sobre as relações entre luta armada e movimento operário também ocorriam no âmbito de outras organizações guerrilheiras, o que nos permite concluir que a falta de aproximação com as massas e os poucos operários em suas fileiras não se devia a uma falta de projeto, mas a um contexto que tornou necessário intensificar o militarismo em que estes grupos estavam inseridos. A VPR, por exemplo, na fala de Juarez Guimarães de Brito<sup>190</sup>, segundo Sirkis em seu livro **Os Carbonários**, considerava que

na nossa organização não há lugar pra estruturas de trabalho de massas. São muito vulneráveis, pouco clandestinas. Além disso, podem acabar virando uma espécie de pólo reformista dentro da organização. Lembre o que aconteceu com a VAR<sup>191</sup>. Esse negócio de organismo pra trabalho de massas é um problema danado. Nós queremos é construir uma organização de grande poder de fogo, ultraclandestina, que faça as grandes ações destinadas a sacudir o país e ter um grande impacto sobre o povo<sup>192</sup>.

"Estivemos na porta das fábricas, os operários não pegaram em armas. O que aconteceu de errado, onde o gesto falhou?<sup>193</sup>", se pergunta Renato Tapajós, da Ala Vermelha (uma dissidência do PC do B), cujo livro, **Em Câmera Lenta**, mostra todo um processo autocrítico que passou a ser vivenciado por muitos militantes, muitos dos quais não conseguiram se despir de um vanguardismo de classe média, que seria responsável em trazer os trabalhadores para a luta:

Agora eu sei, eu sempre soube e não queria admitir, eu sabia e não queria saber que o gesto falhou porque quisemos fazê-los sozinhos, que os outros, os que na verdade contam, o povo não virá atrás de um gesto isolado por mais belo, espetacular, emocionante que fosse (...) É o povo, a massa, o proletariado que faz a revolução e não nós sozinhos que o que nós temos pra fazer é buscá-los e ensinar, educar, organizar e eles se levantarão e derrubarão tudo<sup>194</sup>.

---

<sup>190</sup> Juarez Guimarães de Brito participou da criação da VAR/PALMARES e, após a divisão dessa organização, ficou na nova VPR. Em abril de 1970, ao ter o carro cercado pela repressão, suicidou-se.

<sup>191</sup> Juvenal (nome de guerra de Juarez de Brito) refere-se à Var-Palmares.

<sup>192</sup> SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 1998, p. 177.

<sup>193</sup> TAPAJÓS, Renato. **Em câmera lenta**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p.85

<sup>194</sup> Ibidem, p. 159.

## Conclusão

Terminado o desenvolvimento deste trabalho, o envolvimento com o tema permanece. Aqui a questão operária dentro da ALN foi analisada e discutida em todas as suas faces e contradições. Cremos ter cumprido nosso objetivo, pois acreditamos ter esgotado a maior parte dos livros e documentos que abordam esse tema.

Por ser um enfoque polêmico e completamente novo, lidamos o tempo inteiro com a descrença de muitos, e não ocultamos o nosso medo ao escolhê-lo. Lembro do Reinaldo Guarany, com seu jeito bem humorado, dizendo: "Você escreve um livro sobre os operários da ALN e nós concorreremos ao Jabuti de Ficção". Takao Amano foi mais solidário e disse: "Você precisará de uma lupa para encontrar operários na ALN, mas eles existem", ao que Guarany retrucou: "Aqui na minha sala existe uma luneta, eu te empresto".

Tudo começou com a leitura de documentos do Marighella (que se revelou para mim um grande teórico) e muitas conversas com vários ex-militantes, seja através de entrevistas, seja através dos papos informais com os amigos guerrilheiros que conquistei. Estudar a Ação Libertadora Nacional fez com que passássemos a dominar um código inerente à luta armada, uma linguagem própria. Palavras que antes pareciam estranhas, tais como "quedas", "cobrir ponto", "voluntarismo", "cerco tático e estratégico" passaram tanto a fazer parte do nosso cotidiano a ponto de às vezes cairmos no anacronismo.

De repente nos vimos tentando entender as cabeças daqueles grandes seres humanos que abriram mão de sua juventude em prol de um projeto revolucionário, e não bastavam mais apenas os livros sobre aquele contexto histórico: surpreendi-me lendo desde Régis Debray a Sartre, assistindo desde Glauber Rocha a Godard, buscando contanto com as artes plásticas do período, chorando ao ver o Show Opinião de 65, revirando imagens de arquivo, enfim, nunca mais fui a mesma. Lembro de Emir Sader, que disse uma vez que com os guerrilheiros estavam figuras como Che Guevara, Bob Dylan, Chico Buarque, isto é, tudo o que a humanidade produziu de melhor.

Nesse passo, também buscamos sentir mais de perto toda essa história. Lembro o quanto foi marcante a visita à Alameda Casa Branca, em São Paulo, na altura do número 800, onde Marighella foi assassinado. Visitar o túmulo de Joaquim Câmara Ferreira no cemitério da Consolação deixou-nos sem palavras: percebi o quanto é doloroso ver o nome de um dos meus heróis numa lápide, e revoltante também, ao considerarmos que sua morte se deve às bárbaras torturas do delegado Fleury. O restaurante Varela, na rua da Mooca, no bairro de mesmo nome, não existe mais, mas o estabelecimento que encontramos fechado é uma triste lembrança do lugar onde foram assassinados Ana Maria Nacinovic, Marcos Nonato da Fonseca e Iuri Xavier Pereira.

A luta continua, e cheguei a essa conclusão na missa que marcaria o traslado dos restos mortais para Recife do último comandante da ALN, Luís José da Cunha, realizada em setembro do ano passado, em São Paulo. Assassinado em 1973, este guerrilheiro teve sua ossada encontrada em 1991, na chamada Vala de Perus, em São Paulo, mas foi identificada somente 15 anos depois. A cerimônia na Catedral da Sé reuniu muitos ex-militantes, que sobreviveram ao triste período ditatorial, têm orgulho de sua luta e podem nos contar sua história.

A luta continua, realmente não há dúvidas: "Eu só deixei de pertencer à ALN quando acabou a munição"<sup>195</sup>, disse Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins em sua entrevista, contando que uma vez sua mãe lhe escreveu dizendo: "Meu filho, você lutou por amor a um ideal e foi vencido", ao que ele respondeu: "Eu fui vencido mas não perdi"<sup>196</sup>.

Segundo Marighella, "a experiência histórica brasileira incumbe-se por si só de situar o golpismo ao lado da ditadura – e o marxismo ao lado do progresso e da liberdade"<sup>197</sup>. Os grupos armados e seus guerrilheiros lutaram sobretudo pela Revolução, mas a redemocratização do país colocou sobre eles a pecha de lutadores pela democracia, apenas isso, e infelizmente alguns aceitaram o título e deixam de se colocar como revolucionários que foram, assumindo-se somente como mero produto de um contexto. Assim, é oportuna a frase de Ladislau Dowbor, o Jamil, teórico da VPR, que

---

<sup>195</sup> Entrevista concedida à autora em 30/11/2005, no Rio de Janeiro.

<sup>196</sup> Ibidem.

<sup>197</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. Op.cit., p. 109.

ignorando as críticas que recebeu de quase todos os outros movimentos guerrilheiros, inclusive da ALN, por ter passado a pregar um isolamento estratégico das massas para garantir a segurança da Organização, disse em um documento: "não estaríamos dando a vida se fosse para conquistar liberdades burguesas". Essa frase calou profundamente na época, e com certeza seu efeito permanece. A Revolução não foi feita, e não faltam estudos para tentar entender por que não:

Hoje, o "terrorismo" daquele punhado de homens que tiveram a coragem de se rebelar contra a ditadura, olhado depois de serenados os ânimos, pode aparecer como "um pequeno exército guerrilheiro de anões de almas gigantemente generosas", atirando pedras com atiradeiras em um "exército regular de Gullivers", armados até os dentes, apoiados não somente pelos grandes proprietários de terra do país, como pelo grande capital inter/nacional e por seus diversos aparelhos. Tudo isso numa conjuntura que parecia indicar, a nossos olhos, que era desvantajosa. Mas os resultados não tinham necessariamente que ser esses. Não significa que a grande musa desses homens apaixonados e, muitas vezes, "cegos" por essa paixão, tivesse faltado ao encontro. Talvez tenham sido os nossos heróis que chegaram tarde ao encontro, com uma deusa profundamente caprichosa! A revolução jamais aceitou, nem adiantamentos, nem atrasos<sup>198</sup>.

A ditadura cumpriu sua missão: continuamos submetidos ao capitalismo estrangeiro e as reformas de base ou algo parecido com seu projeto ainda não foi feito, mesmo entendendo que atualmente vivemos um contexto mais favorável, quando um operário chegou ao poder ao lado de parte desta geração que aqui estudamos. Marighella considerava que o plano repressivo da ditadura tinha como objetivo final privar o povo brasileiro de liderança revolucionária, e foi exatamente o que aconteceu. Se os nossos mortos se contam às centenas, ao contrário de outras ditaduras latino-americanas como a argentina e a chilena cujos mortos se contam aos milhares, não significa que a nossa ditadura foi mais branda, pelo contrário, ela promoveu uma eliminação tão seletiva a ponto de a esquerda brasileira estar esfacelada e carecer de verdadeiras lideranças até os dias de hoje.

Neste quadro, as ações armadas, desfechadas desde 1967, não puderam constituir-se em expressão política de movimentos ou lutas sociais. Daí por que os "guerrilheiros" foram tão sumariamente massacrados nas sofisticadas salas de tortura da Marinha, do Exército, da Aeronáutica. As demais

---

<sup>198</sup> NOVA, Cristiane. NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. Op.cit. p.343.

propostas de enfrentamento – greves operárias (POC), manifestações de massas (PC do B), preparação para autodefesa (PCB) – também caíram no vazio da inexistência de lutas sociais de envergadura<sup>199</sup>.

Dessa forma, o fracasso da experiência armada é analisado, hoje, pela perda de terreno no campo político, algo muito além da repressão ditatorial. E as relações entre as massas e a luta guerrilheira sempre fizeram parte da cartilha de Debray:

A luta guerrilheira tem motivos e fins políticos. Deve apoiar-se nas massas ou desaparecer; convencer as massas das suas boas intenções antes de envolvê-las diretamente, a fim de que a rebelião se torne realmente, pelo seu recrutamento e origem de seus combatentes, na guerra do povo. Para convencer as massas é preciso dirigir-se a elas, isto é, dirigir-lhe discursos, explicações, proclamações, em resumo: realizar um trabalho político, um trabalho de massas. (...) Luta política e luta armada vão juntas, onde uma é fraca, a outra também o é, e vice-versa<sup>200</sup>.

Che Guevara apregoava que, onde quer que existam outras vias para o descontentamento ou para as diversas aspirações, a luta armada é praticamente impossível, e de acordo com Maria Paula Nascimento Araújo, uma mudança no "clima político" também contribuiu para o fim dessa forma de luta:

É importante notar que o fracasso da experiência armada foi de duas ordens. De um lado, derrota militar, orquestrada pelos órgãos de repressão da ditadura militar que se utilizavam de grande violência e medidas arbitrárias como prisões ilegais e tortura para derrotar as organizações armadas. Mas, de outro, também significou um processo de mudança do "clima" político. No mundo todo, a valorização teórica e política da violência começou a perder terreno. Nesse sentido, a reorganização da esquerda no Brasil, em meados da década de 1970, implicou uma retomada da luta política a partir de uma visão crítica (e autocrítica) da luta armada<sup>201</sup>.

O fim da ALN pode ser situado em 1974, quando a maioria de seus militantes estavam presos, no exílio ou mortos, mas foi possível descobrir aspectos interessantes, como quadros da Organização presentes na fundação do PT se identificando exatamente como membros da Ação Libertadora Nacional. A luta continuou e continua, como dito,

---

<sup>199</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro – Os comunistas no Brasil**. Op.cit., p. 72.

<sup>200</sup> DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Havana: Casa de Lãs Américas, 1967, p. 31.

<sup>201</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia Fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Op. cit., p. 115.

senão sob a forma de guerrilha urbana, através da busca de espaços políticos de atuação: vide grande número de militantes inseridos em partidos, na luta pelos direitos humanos e discutindo a questão dos mortos e desaparecidos políticos. E os princípios permanecem os mesmos, como demonstra Francisco Mendes:

(...) não abri mão dos meus princípios, tenho muito desapeço por aqueles que mudaram de lado, continuo dentro do possível fiel a meus princípios, ainda sonho em mudar o mundo apesar dos meus 60 anos, acho que a ALN é um capítulo que precisa ser escrito e que você está ajudando a escrever<sup>202</sup>.

Concluimos com a fala de Carlos Fayal, que analisa o período em que viveu e hoje é preocupado com a transmissão desse legado, fato que é compartilhado por todos os entrevistados. Tentamos fazer a nossa parte:

A ALN foi um período, uma opção num determinado período histórico, um período muito trágico pelo fato de ter morrido tantos companheiros, pessoas incríveis, o melhor que havia na sociedade, pessoas capazes de dar a vida por uma causa, pelo país, por uma justiça social, foram uma perda irreparável. Esse legado é fundamental, esse legado é que é importante, você, por exemplo, tem uma responsabilidade enorme em transmitir uma coisa dessas para as futuras gerações<sup>203</sup>.

---

<sup>202</sup> Entrevista concedida à autora em 01/06/05, no Rio de Janeiro.

<sup>203</sup> Entrevista concedida à autora em 16/01/06, no Rio de Janeiro.

## Anexo I

### ALN: ocupação dos processados judicialmente nos anos 60 e 70

	Quantidade	%
Artistas	5	1,1
Autônomos	34	7,4
Empregados	43	9,4
Empresários	2	0,4
Estudantes	134	29,3
Funcionários Públicos	15	3,3
Lavradores	8	1,8
Militantes	2	0,4
Militares de Baixa Patente	6	1,3
Oficiais Militares	-	-
Professores	40	8,7
Profissionais Liberais ou com formação superior	63	13,8
Religiosos	11	2,4
Técnicos Médios	23	5,0
Trabalhadores Manuais Urbanos	68	14,8
Outros	4	0,9
Não consta a ocupação	34	-
Total	492	
Total com ocupação conhecida	458	100

Tabela composta a partir do estudo de Marcelo Ridenti. Cf. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 68.

## Anexo II

### Quadro de Entrevistados

<b>Nome</b>	<b>Data de Nascimento</b>	<b>Profissão</b>	<b>Data da Entrevista</b>	<b>Local da Entrevista</b>
Carlos Eduardo Fayal de Lira	10/07/1948	Cirurgião Dentista	16/01/2006	Rio de Janeiro
Carlos Guilherme de Mendonça Penafiel	21/12/1936	Jornalista	21/04/05	Marica/Rio de Janeiro
Cloves de Castro	18/08/1939	Autônomo	21/04/2006	São Paulo
Conceição Imaculada de Oliveira	12/06/1946	Metalúrgica Aposentada	21/10/2006	Belo Horizonte
Diomar Alves	22/10/1936	Vendedor	20/08/2006	São Paulo
Eunício Precílio Cavalcante	15/12/1932	Militar Aposentado	18/04/05	Rio de Janeiro
Fernando Palha Freire	23/10/1947	Programador	16/08/2005	Rio de Janeiro
Francisco Roberval Mendes	11/07/1942	Professor	01/06/2005	Rio de Janeiro
Nilson Furtado	16/04/1943	Pensionista Anistiado	21/04/2006	São Paulo
Oswaldo Lourenço	01/03/1925	Portuário Aposentado	19/08/2006	Santo André/São Paulo
Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins	27/11/1947	Advogado	30/11/2005	Rio de Janeiro
Raphael Martinelli	24/10/1924	Ferrovário Aposentado	22/04/2006	São Paulo
Reinaldo Guarany Simões	05/11/1945	Artista Plástico	25/07/2005	Rio de Janeiro
Rômulo Noronha de Albuquerque	19/06/1946	Professor	18/09/2005	Rio de Janeiro
Sérgio Ribeiro Granja	13/04/1948	Professor	11/02/2006	Rio de Janeiro
Takao Amano	15/06/1947	Advogado	22/04/2006	São Paulo

## Bibliografia

### Livros e Artigos

- ABREU, Alzira Alves de. Os anos de chumbo: memória da guerrilha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, ABREU, Alzira Alves de (Coords.). **Entrevistas: abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia Fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Por uma história da esquerda brasileira**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 333-353.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Perfil dos Atingidos**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BETTO, Frei. **Batismo de Sangue – Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. 14 ed. rev. e ampliada Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História – Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.
- CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia desarmada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DANIEL, Herbert. **Passagem para o próximo sonho. Um possível romance autocrítico**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Havana: Casa de Lãs Américas, 1967.

- DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1995.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. **O Baú do Guerrilheiro - Memórias da luta armada urbana no Brasil**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2004.
- FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J. A. Granville (Orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura - Memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione, 1997.
- GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada**. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2003.
- GUANANY, Reinaldo. **A fuga**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWN, Eric. História Operária e Ideologia. In: \_\_\_ **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella. O inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.
- KUSHNIR, Beatriz (Org). **Perfis cruzados: trajetória e militância política no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.
- LOURENÇO, Oswaldo. **Companheiros de Viagem**. Vol. 1. São Paulo: Editora Maturidade, 2005.
- MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

- MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. 3ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA: OLODUM, 1995.
- MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo: Boitempo Editorial & Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MIR, Luís. **A Revolução Impossível**. São Paulo: Editora Best-Seller, 1994
- NOVA, Cristiane. NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: Unesp, 1999.
- PALMAR, Aluísio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** 2.ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.
- PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à Luta Armada – Memórias Romanceadas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Nas trilhas da ALN – Memórias Romanceadas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, p. 200-212.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro – Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: JZE, 2000.
- \_\_\_\_\_. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: **Versões e ficções: o seqüestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997, p. 31-45.
- REIS FILHO, Daniel Aarão & FERREIRA DE SÁ, Jair. **Imagens da revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- \_\_\_\_\_. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para os pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2004, p. 53-65.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUD, 2001.

\_\_\_\_\_. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRIO e Boitempo Editorial, 2001.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 1998.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmera lenta**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

**Uma história forjada na luta**. Revista comemorativa dos 70 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Contagem, MG: 2004.

### **Teses e Dissertações**

LIMA FILHO, Antonio Guedes de. **Resistência ou Conformismo? A ruptura de Carlos Marighella com o PCB e as razões da ALN (1958-1964)**. Marília: Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de São Paulo, 2003.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira. **Carlos: a face oculta de Carlos Marighella**. Vassouras: Dissertação de Mestrado, Universidade Severino Sombra, 1999.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira. **Um combate ao silêncio: A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a repressão política**. Niterói: Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2005.

### **Documentos**

Guerrilha Operária. nº 1. Maio de 1971

O Guerrilheiro. nº 1. Abril de 1968

O Guerrilheiro. nº 2. Novembro de 1970

O Guerrilheiro. nº 3. Setembro de 1971

O Guerrilheiro. nº 5. Maio de 1972

O Guerrilheiro. nº 6. Agosto de 1972

O Guerrilheiro. nº 8. Outubro de 1972

Venceremos. nº 1. Abril de 1971

Venceremos. nº 2. Maio de 1971

Venceremos. nº 3. Junho de 1971

Venceremos. nº 4. Agosto de 1971

Venceremos. nº 6. Fevereiro de 1972

Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil

Ao povo brasileiro

As perspectivas da Revolução Brasileira

Balanco dos três anos

Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo

Quem samba fica, quem não samba vai embora

Questões de Organização

O papel da ação revolucionária na organização

Operações e Táticas Guerrilheiras

Sobre a guerrilha rural

Sobre a organização dos revolucionários

Sobre problemas e princípios estratégicos

Teoria y Practica de ALN en 1971/Brasil.

## **Arquivos**

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

- Coleções Particulares de Daniel Aarão Reis Filho, Jair Ferreira de Sá e Jean Marc van der Weid. Dossiê nº 27. Datas-limite 1968-1974 [Contém documentos de diversas organizações guerrilheiras, entre eles jornais e comunicados da ALN].

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)

- Coleção ASMOB (Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano) [Contém panfletos, revistas, jornais, livros e outros tipos de documentos doados por militantes de diversas organizações e partidos que se encontravam exilados em vários países, nas décadas de 60 e 70. Há, nessa coleção, muitas fontes documentais da ALN].

- Periódicos [Diversos números dos jornais "O Guerrilheiro" e "Venceremos", da ALN, e jornais produzidos no exílio em conjunto com outras organizações].